UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ECONOMIA REGIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

ANNA CAROLINA OLIVEIRA CARVALHO

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA SOB A PERSPECTIVA DO INSTITUCIONALISMO ECONÔMICO

ILHÉUS – BA

2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ECONOMIA REGIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

ANNA CAROLINA OLIVEIRA CARVALHO

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA SOB A PERSPECTIVA DO INSTITUCIONALISMO ECONÔMICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Santa Cruz.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Regional

Orientador (a): Gustavo Joaquim Lisboa

Coorientador (a): Ronaldo Lima Gomes

ILHÉUS – BA

2022

C331 Carvalho, Anna Carolina Oliveira.
O processo de industrialização na Bahia sob a perspectiva do institucionalismo econômico / Anna Carolina Oliveira Carvalho. – Ilhéus : UESC, 2022.
129f. : il.
Orientador : Gustavo Joaquim Lisboa.
Co-orientador : Ronaldo Lima Gomes
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Políticas Públicas.

Inclui referências.

1.Indústria – História – Bahia. 2. Indústria – Aspectos econômicos. 3. Política pública. I. Lisboa, Gustavo Joaquim. II. Gomes, Ronaldo Lima. III. Título.

CDD – 338.098142

ANNA CAROLINA OLIVEIRA CARVALHO

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA SOB A PERSPECTIVA DO INSTITUCIONALISMO ECONÔMICO

Ilhéus-BA. 07 de Junho de 2022

Prof. Dr. Gustavo Joaquim Lisboa
UESC- Universidade Estadual de Santa Cruz
Orientador

Cláudio Damasceno Pinto

Prof. Dr. Cláudio Damasceno Pinto
FIOCRUZ -Fundação Oswaldo Cruz
Examinador Externo

Ronaldo Lima Gomes
Professor Pleno - DCAA/UESC
Mat.: 73423544-8

Prof. Dr. Ronaldo Lima Gomes
UESC- Universidade Estadual de Santa Cruz
Examinador Interno

Profª. Dra. Lessí Inês Farias Pinheiro
UESC- Universidade Estadual de Santa Cruz
Examinador Interno

Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA SOB A PERSPECTIVA DO INSTITUCIONALISMO ECONÔMICO

RESUMO: O objetivo principal do presente estudo consistiu em analisar o processo de mudança institucional das regiões imediatas baianas a partir da implementação de políticas públicas de incentivo à indústria na Bahia, no período de 2002 a 2018. Buscou-se, assim, discutir a trajetória histórica e econômica do setor industrial baiano; descrever, analisar e relacionar as atividades econômicas e das regiões imediatas baianas, sob a perspectiva industrial; e verificar, sob o ponto de vista das políticas públicas e do institucionalismo econômico, a relação entre a mudança econômica e arranjos institucionais no setor industrial na Bahia. Foram empregadas variáveis referentes à atividade produtiva, arrecadação fiscal, comércio exterior e emprego industrial sob o recorte temporal em formato *cross-section* para os anos de 2002, 2010 e 2018, na Bahia. Também foram utilizados o Coeficiente de correlação de Pearson e o Índice de Moran Local. Os resultados evidenciaram que a maioria dos municípios não sofre qualquer influência da indústria; a maior parte dos municípios que a indústria tem participação significativa são de baixa produtividade industrial, com vizinhos similares; e a região imediata de Salvador demonstrou ser a que tem os municípios com maior dependência espacial positiva, inferindo que possui municípios de alta produtividade, com vizinhos semelhantes. Ademais, a região é quem teve a maior participação em todo período analisado, em relação à maioria das variáveis. Os resultados também mostraram que a maior parte das políticas industriais implementadas na Bahia são de caráter estadual e federal e que, durante a maior parte da história da indústria baiana, transparece um desenvolvimentismo sem a preocupação de adoção de uma nova estratégia de reconfiguração do arranjo industrial, aceitando a competência do mercado em alocar os recursos. Por fim, foram observadas inúmeras incompatibilidades e inconsistências entre os instrumentos do ciclo de planejamento.

Palavras-chaves: Indústria baiana. Análise espacial. Economia institucional. Regiões imediatas baianas.

Classificação JEL: O2, O10, R11, R12.

THE INDUSTRIALIZATION PROCESS IN BAHIA FROM THE PERSPECTIVE OF ECONOMIC INSTITUTIONALISM

ABSTRACT: The main objective of the present study was to analyze the process of institutional change in the immediate regions of Bahia from the implementation of public policies to encourage industry in Bahia, from 2002 to 2018. In this way, the historical and economic trajectory of the industrial sector of Bahia was discussed; the economic activities and the immediate regions of Bahia, under the industrial perspective, were described, analyzed and related; and the relationship between economic change and institutional arrangements in the industrial sector in Bahia was verified, from the point of view of public policies and economic institutionalism. Variables related to productive activity, tax collection, foreign trade and industrial employment were used under the temporal cut in cross-section format for the years 2002, 2010 and 2018, in Bahia. Pearson's Correlation Coefficient and the Local Moran Index were also used. The results showed that most municipalities do not receive any influence from the industry; most of the municipalities in which the industry has a significant share are of low industrial productivity, with similar neighbors; and the immediate region of Salvador proved to be the one with the municipalities with the greatest positive spatial dependence, inferring that it has municipalities with high productivity, with similar neighbors. Furthermore, the region is the one that had the highest participation in the entire analyzed period, in relation to most variables. The results also showed that most of the industrial policies implemented in Bahia are of state and federal character and that, during most of the history of Bahian industry, developmentalism appears without the concern of adopting a new strategy of reconfiguration of the industrial arrangement, accepting the market's competence in allocating resources. Finally, numerous incompatibilities and inconsistencies were observed between the instruments of the planning cycle.

Keywords: Bahian industry. Spatial analysis. Institutional economics. Bahia's immediate regions**.**

LISTA DE TABELA

Tabela 1– Municípios baianos com maior Valor Agregado Bruto da Agropecuária (2002, 2010 e 2018) 74
Tabela 2 – Municípios baianos com menor Valor Agregado Bruto da Agropecuária (2002, 2010 e 2018) 75
Tabela 3 – Municípios baianos com maior Valor Adicionado Bruto da Indústria (2002, 2010 e 2018) 77
Tabela 4 – Municípios baianos com menor Valor Adicionado Bruto da Indústria (2002, 2010 e 2018) 77
Tabela 5 – Municípios baianos com maior Valor Agregado Bruto dos Serviços (2002, 2010 e 2018) 79
Tabela 6 – Municípios baianos com menor Valor Agregado Bruto dos Serviços (2002, 2010 e 2018) 79
Tabela 7 – Municípios baianos com maior Valor Adicionado Bruto do Setor Público (2002, 2010 e 2018) 80
Tabela 8 – Municípios baianos com menor Valor Agregado Bruto do Setor Público (2002, 2010 e 2018) 81
Tabela 9 – Municípios baianos com maior PIB municipal (2002, 2010 e 2018) 82
Tabela 10 – Municípios baianos com menor PIB municipal (2002, 2010 e 2018) 83
Tabela 11 – Municípios baianos com maior PIB per capita municipal (2002, 2010 e 2018) .. 84
Tabela 12 – Municípios baianos com menor PIB per capita municipal (2002, 2010 e 2018) 84
Tabela 13 – Municípios baianos com maior arrecadação de ICMS (2002, 2010 e 2018) 86
Tabela 14 – Municípios baianos com maior repasse de IPI (2002, 2010 e 2018) 87
Tabela 15 – Municípios baianos com maiores valores de importação (2002, 2010 e 2018) ... 89
Tabela 16 – Municípios baianos com maiores valores de exportação (2002, 2010 e 2018) ... 90
Tabela 17 – Municípios baianos com maior superávit da balança comercial (2002, 2010 e 2018) 91
Tabela 18 – Municípios baianos com maior déficit da balança comercial (2002, 2010 e 2018 91
Tabela 19 – Municípios baianos com maior estoque de emprego formal (2002, 2010 e 2018) 93
Tabela 20 – Coeficiente de correlação entre variáveis dentre os municípios baianos (2002, 2010 e 2018) 94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Recorte das regiões geográficas intermediárias e imediatas baianas (2017).....38
Quadro 2 – Atividade produtiva: variáveis 41
Quadro 3 – Arrecadação fiscal: variáveis.....41
Quadro 4 – Comércio exterior: variáveis 42
Quadro 5 – Emprego industrial: variável 42

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das regiões imediatas baianas 37
Figura 2 – Diagrama de Dispersão de Moran 44
Figura 3 – Evolução histórica das principais políticas em prol da indústria na Bahia 70
Figura 4 – Evolução do Valor Agregado Bruto da Agropecuária na Bahia (2002, 2010 e 2018) 73
Figura 5 – Evolução do Valor Agregado Bruto da Indústria na Bahia (2002, 2010 e 2018) ... 76
Figura 6 – Evolução do Valor Agregado Bruto de Serviços na Bahia (2002, 2010 e 2018).... 78
Figura 7 – Evolução do Valor Agregado Bruto do Setor Público na Bahia (2002, 2010 e 2018) 80
Figura 8 – Evolução do PIB na Bahia (2002, 2010 e 2018) 82
Figura 9 – Evolução do PIB per capita municipal na Bahia (2002, 2010 e 2018) 83
Figura 10 – Evolução na arrecadação de ICMS na Bahia (2002, 2010 e 2018) 86
Figura 11 – Evolução no repasse de IPI na Bahia (2002, 2010 e 2018) 87
Figura 12 – Evolução das importações na Bahia (2002, 2010 e 2018) 88
Figura 13 – Evolução das exportações na Bahia (2002, 2010 e 2018) 90
Figura 14 – Evolução do emprego industrial nos municípios baianos (2002, 2010 e 2018).... 92
Figura 15 – Mapas de autocorrelação espacial do Valor Adicionado Bruto da indústria dos municípios baianos (2002, 2010 e 2018) 96
Figura 16 – Diagramas de dispersão de Moran do Valor Adicionado Bruto da indústria dos municípios baianos (2002, 2010 e 2018) 97
Figura 17 – Mapas de significância de Moran do Valor Adicionado Bruto da indústria dos municípios baianos (2002, 2010 e 2018) 99

LISTA DE SIGLAS

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

BAHIAPLAST – Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Transformação Plástica

BANDEB – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia

BANEB – Banco do Estado da Bahia

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CEDIN – Centro de Desenvolvimento Industrial

CEFI – Conselho Estadual de Fomento à Indústria

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CEPLAB – Centro de Planejamento da Bahia

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano Lavoura Cacaueira

CIA – Centro Industrial de Aratu

CIS – Centro Industrial de Subaé

CNDI – Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

CONDEB – Conselho de Desenvolvimento Econômico da Bahia

COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari

CPE – Comissão de Planejamento Econômico

DESENBAHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia

DESENBANCO – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia

DESENVOLVE – Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia

EEP – Estaleiro Enseada do Paraguaçu

FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FO – *Forgaging Order*

FUNDAGRO – Fundação de Desenvolvimento Agroindustrial

GM – General Motors

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

I PND – I Plano Nacional de Desenvolvimento

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFCEB – Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia

II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento

INOVATEC – Programa Estadual de Incentivos à Inovação Tecnológica

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial

IVS – Índice de Vulnerabilidade Social

JUCEB – Junta Comercial do Estado da Bahia

LAO – *Limited Access Order*

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MODERMAQ – Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional

NEI – Nova Economia Institucional

OAO – *Open Acess Order*

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAEG – Programa e Ação Econômica do Governo

PBM – Plano Brasil Maior

PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo

PEA – Plano Estratégico de Ação

PEGCB – Polo Empresarial Governador César Borges

PIB – Produto Interno Bruto

PICE – Plataforma Integrada do Comércio Externo

PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

PII – Polo de Informática de Ilhéus

PLANDEB – Plano de Desenvolvimento da Bahia

POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PPA – Plano Plurianual

PROAUTO – Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia

PROBAHIA – Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia

PROCOMEX – Programa de Incentivo ao Comércio Exterior

PRODETEF – Programa de Desenvolvimento Econômico de Teixeira de Freitas

PROFARMA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica

PROIND – Programa de Estímulo à Indústria do Estado da Bahia

PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural

PRONAVAL – Programa Estadual de Incentivos à Indústria de Construção Naval

PSI – Processo de Substituição de Importações

RIDE – Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento

RLAM – Refinaria Landulpho Alves - Mataripe

RMS – Região Metropolitana de Salvador

SECTI – Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia

SEFAZ-BA – Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia

SEI-BA – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEPLANTEC – Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

VAB – Valor Adicionado Bruto

VEI – Velha Economia Institucional

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO** 15
2 **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA** 19
2.1 O *mainstream* neoclássico 19
2.2 A Velha Economia Institucional 22
2.2.1 Thorstein Bunde Veblen 23
2.2.2 Wesley Clair Mitchell 26
2.2.3 John Rogers Commons 27
2.3 A Nova Economia Institucional 29
2.3.1 Douglass C. North 30
2.3.2 Coase 33
2.3.3 Williamson 34
3 **METODOLOGIA** 36
3.1 Caracterização da área de estudo 36
3.2 Caracterização da pesquisa 39
3.3 Técnicas e procedimentos da coleta de dados 39
3.4 Técnicas e procedimentos da análise de dados 42
4 **TRAJETÓRIA HISTÓRICO-ECONÔMICA DO SETOR INDUSTRIAL BAIANO** 46
5 **DESEMPENHO DA ATIVIDADE ECONÔMICA BAIANA SOB A PERSPECTIVA DAS REGIÕES IMEDIATAS** 73
5.1 Atividade produtiva: setores do Produto Interno Bruto 73
5.1.1 Setor da agropecuária 73
5.1.2 Setor da indústria 75
5.1.3 Setor de serviços 78
5.1.4 Setor Público 79
5.1.5 Produto Interno Bruto – PIB dos municípios baianos 81
5.1.6 Produto Interno Bruto – PIB *per capita* dos municípios baianos 83
5.2 Análise da receita municipal, sob o ponto de vista dos repasses constitucionais 84
5.2.1 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS nos municípios baianos 85
5.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI dos municípios baianos 86
5.3 Abertura externa dos municípios baianos 88

5.3.1 Importações 88
5.3.2 Exportações 89
5.3.3 Saldo da balança comercial 90
5.4 Estoque de emprego industrial 92
5.5 Análise da correlação das principais variáveis 93
5.6 Dependência espacial entre as regiões imediatas baianas 94
6 **O PAPEL DA INDÚSTRIA NA CONFIGURAÇÃO DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA** 100
7 **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 111
R**EFERÊNCIAS** 114

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da trajetória histórica baiana, as regiões do estado foram criadas, modificadas e extintas, conforme às exigências dos ciclos econômicos de desenvolvimento capitalista do Brasil, tendo como consequência diferentes arranjos dos espaços e da sociedade. Sendo assim, divide-se aqui a economia baiana em três períodos.

O primeiro momento equivale ao período da história colonial até a primeira metade do Século XX, cuja economia do estado era primário-exportadora, com baixa produtividade, estrutura fundiária e tecnologia obsoleta. O modelo de produção deste período buscava atender os interesses das metrópoles brasileiras e dos mercados internacionais, através dos ciclos econômicos de produtos primários, como o pau-brasil, cana-de-açúcar, fumo, minerais, café, couro, cacau, entre outros. Foi neste período onde as regiões históricas baianas foram formadas, como a Região Cacaueira e o Recôncavo açucareiro.

O segundo momento corresponde à transição da Bahia agrária para a Bahia industrial, equivalente ao intervalo entre a década de 1950 e 1980. A instalação da Refinaria de Landulfo Alves (Mataripe) permitiu a exploração do petróleo no território baiano, gerando capital para o estado e fortalecendo a industrialização em todo o Nordeste. Na década de 1960, a Bahia se integra à economia nacional, não mais como supridora de matéria-prima, mas devido ao potencial de seu parque produtivo. Este período foi marcado pela expansão na criação de distritos industriais, por grandes investimentos em infraestrutura, e pelo fornecimento de incentivos fiscais e financeiros, que perduraram até a chegada da crise financeira da década de 1980.

O terceiro momento está em curso, e se refere ao período da década de 1990 até os tempos atuais, com a reordenação dos espaços regionais e o gradual retorno dos investimentos públicos em favor do desenvolvimento local.

Partindo da premissa que a indústria tem o papel de motor de crescimento econômico — o que pode ser importante para o desenvolvimento socioeconômico de uma região —, deve-se considerar que os resultados esperados dependem de diversas circunstâncias, entre elas, o modo de operacionalização das instituições.

A primeira corrente de pensamento econômico que considerou a relação entre instituições e economia foi o institucionalismo econômico. De origem estadunidense, o institucionalismo econômico surgiu a partir das obras de Thorstein Veblen, no início do Século XX. Insatisfeito com o paradigma econômico vigente em sua época, Veblen rejeitou

completamente a ortodoxia neoclássica, não limitando as instituições às regras e organizações sistematizadas para fins pré-determinados, como também englobando os hábitos, posto que quando os hábitos são compartilhados por indivíduos, estes criam instituições políticas, sociais e econômicas (LOPES, 2013).

A partir da década de 1970, o que antes era visto apenas como "institucionalismo" se dividiu em duas dimensões distintas: a tradição institucionalista iniciada por Veblen, Commons e Mitchell, seguidos por Galbraith, Myrdal e Ayres, conhecida como Velha Economia Institucional (VEI); e a Nova Economia Institucional (NEI), assim denominada e desenvolvida por Oliver Williamson, junto com Ronald Coase e Douglas North, a partir da perspectiva que a teoria institucionalista original era demasiadamente abstrata, impedindo o tratamento de fenômenos microeconômicos de maneira adequada.

Os autores desta corrente negam qualquer ligação com os velhos institucionalistas, de modo que veem as instituições apenas como restrições exógenas que influenciam no comportamento dos indivíduos, mas não como o resultado de um processo histórico, cumulativo, organicista e endógeno.

Na abordagem do velho institucionalismo, as instituições moldam a performance de uma sociedade, ao ponto em que estas influenciam na conduta dos indivíduos ao estruturar e regular as interações humanas. Assim, a maneira que a economia de uma região ou país se desenvolve não depende somente da tecnologia ou dos recursos, como também da atuação das instituições. Desta maneira, aspectos sociais e culturais desenham trajetórias diferentes em cada nação, de forma que não há fórmula ou roteiro para o crescimento e desenvolvimento econômico. Esta, inclusive, é a causa para que o estudo entre instituições e crescimento econômico ter natureza mais heterodoxa do que ortodoxa.

Sendo assim, questiona-se, sob a perspectiva do velho institucionalismo econômico, quais as principais mudanças no setor industrial baiano, tanto sob o ponto de vista da implementação das políticas públicas quanto aos arranjos das atividades econômicas das regiões imediatas baianas no período de 2002 a 2018?

Desta maneira, o objetivo geral do estudo consistiu em analisar o processo de mudança institucional das regiões imediatas baianas a partir da implementação de políticas públicas de incentivo à indústria na Bahia, no período de 2002 a 2018. Para tanto, foram os objetivos específicos: (I) discutir a trajetória histórica e econômica do setor industrial baiano; (II) descrever, analisar e relacionar as atividades econômicas e das regiões imediatas baianas, sob a perspectiva industrial; (III) verificar, sob o ponto de vista das políticas públicas e do

institucionalismo econômico, a relação entre a mudança econômica e arranjos institucionais no setor industrial na Bahia.

A hipótese desse estudo é de que as instituições baianas não tem contribuído efetivamente para o crescimento da economia baiana por meio de políticas públicas industriais.

Em 2018, a Bahia era a maior economia da Região Nordeste, e sétima maior economia do país (SEI, 2021). O estado tem áreas com altos níveis de renda e dinamismo econômico, mas a maioria de seus municípios se traduz em regiões estagnadas e com baixos níveis de renda. A economia baiana se concentra nos extremos do território, enquanto as cidades localizadas no centro são menos dinâmicas. A heterogeneidade econômica intrarregional do estado consiste em contradições em suas regiões, estabelecendo desigualdades regionais, que constituem um problema para o desenvolvimento do estado.

É importante destacar que o enfoque dado à indústria reside no fato de que existe a necessidade de se compreender a importância do setor, seja em razão dos efeitos de encadeamentos produtivos e capacidades de geração de emprego direto, ou mesmo em razão das profundas transformações do setor secundário com o avanço das tecnologias.

Diante do exposto, ao constatar a ausência de pesquisas acerca do industrialismo regional baiano sob a ótica institucionalista, emerge esta pesquisa, buscando identificar a relação entre os aspectos econômicos e institucionais.

Destaca-se que o objeto de análise aqui foram as instituições e organizações formais, posto que a inclusão de instituições e organizações informais exigiria análise de condutas, comportamentos, hábitos, costumes, crenças, além de mais tempo.

A proposta deste estudo possibilita o subsídio do planejamento para diferentes territórios e, portanto, com maior aderência aos problemas enfrentados pela sociedade nestes, possibilitando a formulação de políticas públicas específicas, de acordo com as idiossincrasias de cada local. Ademais, o conhecimento e sistematização de informações acerca da análise institucional da dinâmica econômica baiana serão fundamentais para a melhor utilização de recursos públicos para o crescimento e desenvolvimento econômico do Estado da Bahia. Por fim, este estudo pretende estimular uma reflexão a respeito do atual modo de pensamento científico na Teoria Econômica, procurando incentivar futuros trabalhos acadêmicos no campo heterodoxo.

Discutir o institucionalismo consiste em compreender o mundo real, longe do vazio intelectual, mecânico e abstrato criado pela ortodoxia econômica. Assim, ao utilizar-se da abordagem institucionalista, este estudo admite que regras, leis, regulações, normas, crenças,

hábitos, costumes e convenções moldam o comportamento dos indivíduos, sendo capazes de moldar as relações econômicas.

As recentes discussões sobre a adoção de tecnologias e fatores institucionais como propulsores de crescimento e desenvolvimento trouxeram à tona a importância acerca do papel das instituições e, consequentemente, o renascimento do Institucionalismo Econômico. Entretanto, as identidades das várias correntes institucionalistas devem ser analisadas minuciosamente, uma vez que a teoria neoclássica vem abrangendo uma gama de temáticas e ferramentas antes consideradas intratáveis ou marginais, inclusive, incorporando aspectos institucionais sob à luz da teoria neoclássica, como a Nova Economia Institucional (NEI). Prova do grande destaque da abordagem neoclássica sob roupagem institucionalista são os Prêmios Nobel de Economia de Coase (1991), de North (1993) e de Williamson (2009).

O estudo está estruturado em 6 capítulos: introdução; referencial teórico; um capítulo acerca da trajetória histórica e econômica do setor industrial baiano; um capítulo referente ao desempenho econômico e industrial das regiões imediatas baianas; um capítulo com a análise do papel da indústria na configuração do planejamento do Estado da Bahia; e as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O *mainstream* neoclássico

O *mainstream* econômico é um conceito oriundo da sociologia, o qual consiste em ideias dominantes nas instituições acadêmicas, organizações e revistas em um determinado período (COLANDER et al, 2004). O *mainstream* é o que é ensinado nas universidades e colégios de maior prestígio, é o que as revistas mais famosas publicam, de modo que recebem fundos mais importantes (DEQUECH, 2007). Embora o conceito do *mainstream* seja dinâmico, não estático no tempo, e capaz de abarcar uma pluralidade, na realidade, a ciência econômica tem o predomínio da abordagem neoclássica desde o final do Século XIX (com exceção do período de 1930-1970, quando houve a ascensão e queda do keynesianismo). Sendo assim, o *mainstream* permanece plural apenas em nível teórico, mas mantêm-se com forte aderência neoclássica no que cerne ao tratamento dos fenômenos econômicos.

Devido às amplas definições na economia, aqui definem-se neoclássicos como indivíduos que defendem a racionalidade maximizadora e o equilíbrio (seja dos mercados, no comportamento dos agentes ou no agregado, parcial ou geral) em um contexto estático.

A história do pensamento neoclássico originou-se a partir de 1870, através do desenvolvimento quase simultâneo da teoria das utilidades marginais por William Stanley Jevons na Inglaterra, Carl Menger em Viena e Léon Walras na França (DIAS, 1994). Ressalta-se que antes de 1870, poucos autores haviam desfrutado do raciocínio marginal em suas análises, sendo Jeremy Bentham, Heinrich von Thünen, Hermann Henrich Gossen e Augustin Cournot os que mais se aproximaram do campo do princípio marginal. Bentham defendia que doses sucessivas consumidas de um bem trazem níveis de satisfações decrescentes; Thünen declara que a aplicação sucessiva de trabalho em uma área de terra deve continuar até que a renda do último trabalhador contratado seja igual ao valor do salário que ele recebe. Gossen destaca que à medida que se consome um determinado bem, o nível de satisfação do indivíduo diminui continuamente até que se alcance a saciedade; ademais, o indivíduo gasta seus recursos de maneira que o valor da última unidade de recurso tenha o mesmo grau de utilidade. Tais colaborações possibilitaram a existência da “Revolução Marginalista”, um movimento que objetivava promover uma melhor compreensão acerca da alocação eficiente de recursos por meio da liberdade econômica (DENIS, 1990).

Jevons, Menger e Walras foram reconhecidos por sombrear as linhas tradicionais clássicas, especialmente a economia ricardiana, por preconizar um novo conceito de teoria do

valor a partir da subjetividade do indivíduo. Logo, os autores rejeitam o princípio clássico de que o trabalho humano seria decisivo para determinar o valor de um bem (FEIJÓ, 2000).

> Na nova visão, o valor dos meios de produção é que são determinados pelo produto final em termos de sua avaliação subjetiva, portanto invertem completamente a antiga conexão causal. Ainda aceitam que no ambiente de competição os preços são iguais aos custos marginais, mas o valor em comum entre eles flui do produto final para os meios de produção e não o contrário, como se pensava até então. (FEIJÓ, 2000, p. 161)

Jevons encontra na linguagem matemática uma maneira de evidenciar a aplicação de leis econômicas, transformando a ciência econômica em uma ciência mecânica. O autor fundamenta sua teoria apoiado na noção de necessidades, vontades e interesses do indivíduo, conforme o utilitarismo de Bentham, defendendo que o objetivo da ciência econômica deve ser o de maximizar a felicidade do ser humano (BRUE, 2006). Sendo assim, a utilidade marginal mostra-se como o único alicerce possível para a Economia, uma vez que o valor de um bem se sujeita à utilidade de si próprio. A partir desta perspectiva, Jevons enuncia a lei da proporcionalidade das utilidades marginais aos preços dos produtos, afirmando que o consumidor é propenso a adquirir quantidades de bens até o instante em que os níveis finais de utilidade desses bens sejam iguais aos seus preços (DENIS, 1990). Tal linha de pensamento já havia sido abordada por Thünen, no entanto, é nas obras de Jevons, Menger e Walras que a lei é incorporada à Economia.

Diferente de Jevons, Menger defende que a Economia deveria ter a função de investigar a essência de conceitos econômicos, de modo que gráficos e equações só seriam válidos em condições de equilíbrio. Diferente do costume neoclássico, para Menger, os processos econômicos submetem-se a leis econômicas exatas que funcionam em qualquer sociedade, independentemente de fatores geográficos e históricos; a hipótese de informação perfeita não se faz necessária; o autor também defendia a taxação progressiva, como também era favorável à atuação do Estado em setores como mercado de trabalho, meio ambiente, educação e infraestrutura (FEIJÓ, 2000; YKEDA, 2010). Em razão do seu pensamento diante do que se considerava habitual, e devido à ausência de uma abordagem matemática nas obras do autor, o autor colocou-se no sentido contrário à tendência do final do século XIX, acarretando em baixa popularidade para si (FEIJÓ, 2000).

Com concepção semelhante às obras de Jevons e Menger, surge Léon Walras que formalizou os problemas econômicos através da construção de modelos matemáticos. O autor criou a Teoria do Equilíbrio Geral, que afirma que quando os mercados de um sistema econômico interagem entre si, tendem ao equilíbrio no longo prazo, posto que o mecanismo de

preços é capaz de regular a relação entre oferta e demanda, anulando assim qualquer tipo de excesso. Desta maneira, ao maximizar suas utilidades através de suas racionalidades ilimitadas, os indivíduos conduzem a economia ao equilíbrio (PINTO et al, 2007).

De modo geral, no entanto, quem sintetizou o pensamento marginalista foi Alfred Marshall, ao ponto em que institucionalizou a Economia como ciência autônoma. Ao criar um corpo teórico sistemático, Marshall definiu qual o objeto da Ciência Econômica, a função do economista e a importância de se estudar esta área. Sendo assim, ao preocupar-se em tornar sua obra acessível para o maior número de pessoas, o autor eliminou de suas obras as fórmulas matemáticas, embora fosse um matemático excelente. A raiz do pensamento marshalliano se alimenta do utilitarismo, de maneira que alega que o valor de troca de um bem não está sujeito à quantidade de trabalho incorporado neste, mas da utilidade da sua última unidade disponível e, consequentemente, menor, devido à lei da utilidade marginal decrescente. Assim, o autor se afasta da tradição clássica e defende que o objetivo do sistema econômico é gerar satisfação para os indivíduos (PAVON, 2006).

Uma vez que tem seu *modus operandi* alicerçado no conservadorismo, a Economia Neoclássica conveio àqueles interessados na manutenção do *status quo*, resistentes às mudanças. Sendo assim, beneficiou aos ricos, por estes serem contrários à intervenção governamental na economia, sindicatos, políticas distributivas de renda, e salários inflexíveis (atribuídos como a causa do desemprego) (OSER; BLANCHFIELD, 1983).

> A Teoria Neoclássica, na forma assumida na década de 1870, não foi ultrapassada, mas foi modificada em suas várias vertentes para poder continuar como um conjunto de ideias viáveis. Inúmeras contribuições foram recebidas, ao longo do tempo, cuja maioria consiste, geralmente, em modelos matemáticos, sendo melhorias formais dos modelos iniciais (CARVALHO, 2019, p.40-1).

Assim, a ortodoxia neoclássica tem incorporado três tendências na ciência econômica: formalização crescente, com uso forçoso e excludente, da matemática e da econometria; a aplicação também obrigatória do equilíbrio competitivo; utilização sistemática do princípio da otimização como manifestação da racionalidade. As análises econômicas por meio de funções marginais e maximizadoras permitem simulações automatizadas não concretas da realidade, ao ponto que afastam as temáticas econômicas mais próximas das ciências sociais, como a economia política. Desta maneira, o excesso de agregação e o uso exaustivo de modelos, a defesa da concorrência perfeita e a suposição de que todos os agentes se comportam de maneira idêntica e mecanizada levam o estudo da economia à completa abstração do mundo real. E

dessa forma o fazem para não complicar demasiadamente suas análises, preferindo ignorar a complexidade da economia e tratá-la como um ambiente estacionário (POSSAS, 1997).

2.2 A Velha Economia Institucional

No final do Século XIX, em um cenário onde os Estados Unidos emergiram como potência mundial, em contraste ao crescimento econômico, predominavam os monopólios, a pobreza, falta de seguridade social, inexistência de segurança no trabalho e inacessibilidade à educação no país. Neste contexto, insatisfeito com o resultado que o *laissez-faire* produzia na sociedade, de modo que não gerava o bem-estar social prometido, surge Thorstein Veblen, propondo uma reconstrução da sociedade, preservando o capitalismo ao tempo em que buscava melhorar as condições das massas (BRUE, 2006). A compreensão do autor acerca das instituições permitiu a introdução da primeira corrente de pensamento originalmente estadunidense: a Economia Institucional, posteriormente chamada de Velha Economia Institucional (VEI) ou Economia Institucional Original.

Sobre a Economia Institucional Original, Carvalho (2019, p. 11) destaca:

> A Escola Institucionalista buscou representar o interesse da classe média em prol de reformas em um período onde a economia era dominada por grandes empresas, monopólios e a crescente tendência do capitalismo bancário. Assim, trabalhadores, pequenos empresários e indivíduos ligados a grupos agrários foram atraídos pelo Institucionalismo, posto que tinham a expectativa de que o Institucionalismo alterasse o modelo de sociedade, de modo que a iniciativa privada passasse a estar a favor do bem coletivo. Desta maneira, os institucionalistas tornaram lento o desenvolvimento de uma ortodoxia rígida no pensamento econômico, ao passo em que estimularam a interação da Economia dentro das ciências sociais.

Além de Veblen, a escola de pensamento institucionalista também tem como referências influentes os autores John Commons e Wesley Mitchell. Em comum, os trabalhos da VEI abordam o comportamento econômico com base na vida em sociedade, de modo que as instituições são vistas como a essência da economia. A VEI não tem um método exclusivo, nem leis econômicas supostamente universais, mas se pauta de um forte caráter interdisciplinar, interagindo com as demais ciências sociais – política, sociologia, antropologia, como também com a psicologia e a história.

2.2.1 Thorstein Bunde Veblen

Até 1898, Veblen defendia o determinismo material, pregando que a mudança institucional ocorria exclusivamente por meio da dinâmica do progresso tecnológico que, auxiliada pelos instintos básicos humanos, tornava-se a força motora da mudança institucional, levando o homem a aprimorar seus conhecimentos e capacidades. Para ele, o processo de mudança transformava a organização da produção, impondo ideias nos hábitos dos indivíduos, redefinindo a maneira que estes se comportam, os objetivos da ciência e as técnicas de estudo (PALERMO, 2015). No entanto, após a publicação *Why Is Economics not an Evolutionary Science?* (Por que a Economia não é uma ciência evolucionária?), o autor mostra-se inspirado por Charles Darwin e sua teoria da evolução, sendo o primeiro economista a elaborar uma teoria econômica baseada no darwinismo, se propondo em transformar a economia em uma ciência pós-evolucionária. O artigo é considerado o marco das críticas sistemáticas de Veblen às escolas de economia política existentes em sua época (VEBLEN, 1898). Na publicação, o autor defende uma ciência econômica que reconheça o processo de evolução das instituições, propondo uma teorização econômica envolvendo cadeias de causa e efeito, em oposição ao imaginário ortodoxo vigente no período (CAVALCANTE, 2014).

Veblen propôs um modelo de desenvolvimento econômico delineado na relação entre indivíduos, hábitos mentais e instituições, enfatizando a importância das crenças, fatores culturais, deliberações, ações e processos de adaptação. Portanto, do ponto de vista vebleniano, o desenvolvimento econômico é o resultado da ação dos indivíduos e das instituições e, portanto, o comportamento e as estruturas institucionais são a resposta para a compreensão das mudanças e do crescimento econômico (VEBLEN, 1919), como discorre o autor:

> A situação de hoje modela as instituições de amanhã mediante um processo seletivo e coercitivo, atuando do ponto de vista humano habitual sobre as coisas, e assim alterando, ou envigorando um ponto de vista ou uma atitude mental herdada do passado. (...) As instituições são produtos do processo passado, são adaptadas às circunstâncias passadas e, portanto, nunca estão de acordo com as exigências do presente (VEBLEN,1983, p. 191, tradução nossa).

A partir do instante em que as instituições são inerentes do passado, elas nunca se encaixarão idealmente com o presente, devido à incapacidade de acompanhar os processos de mudanças da sociedade. Sendo assim, as instituições se aproximam da eficiência somente quando são velozmente ajustadas, mas não se tornam completamente eficientes. Ao mesmo tempo em que as instituições influenciam o cotidiano dos indivíduos, moldando seus

comportamentos, estas não se adaptam completamente, criando condições para sua modificação. Myrdal, inclusive, dá enfoque às inadequações institucionais, afirmando que as instituições também podem impedir o progresso no processo histórico do desenvolvimento econômico (FERREIRA; SALES, 2020).

Uma vez que se opõe à noção de equilíbrio, Veblen se aproxima da noção da causação circular, diante de sua perspectiva em relação à ideia de processo. Para o autor, uma mudança institucional na estrutura social não necessariamente acarreta em desenvolvimento econômico, posto que se exige mudanças na mentalidade da maioria da sociedade, de maneira que os instintos dos indivíduos precisam estar alinhados e em conformidade com este objetivo. Um determinado conjunto de hábitos de pensamento é capaz de impedir ou restringir a inovação tecnológica, proporcionando estagnação ou degradação socioeconômica. Por este motivo, as mudanças em direção ao progresso são mais difíceis de serem alcançadas do que em direção ao retrocesso, uma vez que a população já está habituada aos velhos hábitos e o surgimento de novos processos adaptativos costuma gerar resistência.

Neste sentido, Reis (1998, p. 131) afirma que:

> "a economia é institucional porque é processual e evolucionista, cultural e colectiva, interdisciplinar e não-preditiva e, por isso, não é apenas uma ciência da escolha nem a mecânica fria, apriorística e abstracta, que assenta na psicologia hedonista do indivíduo concebido como um calculador iluminado".

Diante da percepção de Veblen, o ambiente fruto das políticas deve ser mais harmônico para a sociedade do que aquele somente derivado de empresas voltadas unicamente para o lucro. Uma vez que nem toda mudança institucional é benéfica para a distribuição de renda e desenvolvimento econômico, o Estado deve assegurar que suas políticas estimulem o desenvolvimento de inovações e do aumento de produtividade, considerando os conflitos entre os agentes e os instintos envolvidos na situação. Somente o Estado decide sobre os direitos e obrigações de uma sociedade, sendo o único a garantir os direitos de propriedade, mesmo quando exerce um papel de não-intervencionista (CONCEIÇÃO, 2002).

Veblen defende que o processo de mudança institucional é cumulativo, e está subordinado à modificação e seleção, assim como em qualquer ambiente em evolução (VEBLEN, 1898). Uma vez que as instituições são produto das condições materiais da sociedade, a história e a cultura tornam-se fundamentais na análise vebleniana. Sobre a instituição se atribui o papel de balizar a ação dos indivíduos, de maneira a promover a fluidez da dinâmica social. Nenhum agente está imune às influências dos padrões de conduta ou simbolismos produzidos pela sociedade de sua época. Ademais, conforme Veblen:

> As instituições não são apenas o resultado de um processo seletivo e adaptativo que molda os tipos predominantes ou dominantes de atitudes e aptidões espirituais; elas são ao mesmo tempo métodos especiais de vida e de relações humanas e, portanto, por sua vez, fatores eficientes de seleção. De modo que as instituições em mudança, por sua vez, fazem uma seleção adicional de indivíduos dotados do temperamento mais apto e uma adaptação adicional do temperamento e hábitos individuais ao ambiente em mudança através da formação de novas instituições (Veblen, 1983, p. 88, tradução nossa).

Veblen não concordava com a abordagem hedonista, que declara que a satisfação e o sofrimento delineiam o comportamento humano. O autor era contrário à noção de *homo economicus*, que enxerga o indivíduo como agente racional, que evita o lavoro e o esforço desnecessário, perfeitamente informado, que vive em um tempo linear, desconsiderando as motivações referente às dinâmicas sociais, como emoções. Assim, para Veblen, o hedonismo, associado às instituições de propriedade e do livre contrato, fazem com que a ortodoxia neoclássica seja uma ciência puramente estática, uma vez que os marginalistas tomam as instituições como dadas, desconsiderando sua origem (CAVALIERI, 2015, ZULIAN; MARIN; MARTINELLI JUNIOR, 2018).

Nota-se que a teoria de Veblen pouco se preocupa com os resultados das instituições, mas trata de explicá-las. O autor destaca que as instituições não necessariamente melhoram o desempenho econômico de um determinado local, mas são fundamentais na compreensão deste (LOPES, 2013).

Ao estudar o comportamento humano, Veblen considerou o comportamento individual em diferentes situações, distinguindo entre hábito e instinto na análise. De acordo com Veblen, o hábito é resultado de experiências passadas e esse conhecimento pode produzir comportamento sem a necessidade de trabalho mental. O hábito surge a partir da repetição de uma ação, que condiciona a mente a tornar tal ação contínua, criando uma instituição, uma vez que quando estes se estabelecem na sociedade, criam-se instituições que dificilmente serão modificadas. Veblen destaca que uma mudança de hábitos imposta é desagradável para os indivíduos, posto que envolve muito esforço mental, ganhando resistência. Por outro lado, os instintos são o motor do comportamento humano, pois possuem características teleológicas e se orientam para objetivos específicos por meio da inteligência humana. No entanto, o instinto não pode ser entendido como puramente teleológico, pois o comportamento de uma pessoa envolve diferentes sistemas e peculiaridades cognitivas. Isso envolve fatores racionais e fisiológicos e é composto de origens históricas e sociais (VEBLEN, 1898, ZULIAN; MARIN; MARTINELLI JUNIOR, 2018).

Ainda quanto aos instintos, Veblen os classificou em: inclinação paternal, curiosidade vã, instinto para artesanato (também chamado de instinto do trabalho eficiente) e instinto predatório. O instinto paternal se refere àquele que motiva o indivíduo a buscar a melhora do bem-estar de seu grupo familiar. A curiosidade vã é o instinto que move os indivíduos a buscarem conhecimento, sem interesse em contrapartida monetária. O instinto para o artesanato é o que conduz o ser humano a realizar atividades úteis para a manutenção da vida coletiva. O instinto predatório é derivado do instinto do trabalho eficiente, e é resultado da competitividade entre indivíduos, ao almejar a obtenção de honra, poder ou bens materiais (ZULIAN; MARIN; MARTINELLI JUNIOR, 2018).

No que diz respeito ao comportamento humano, Veblen introduziu dois fundamentos básicos: uma razão suficiente e a causa suficiente. A razão envolve o comportamento presente dos agentes racionais se basear no futuro. Por outro lado, a causa suficiente se refere à relação de causa e efeito, que muda com o tempo. Embora a perspectiva vebleniana considere ambos os aspectos, Veblen acredita que as instituições se relacionam com o fenômeno da causa eficiente (ZULIAN; MARIN; MARTINELLI JUNIOR, 2018).

2.2.2 Wesley Clair Mitchell

Enriquecendo as discussões acerca do institucionalismo econômico, surge Wesley Clair Mitchell, considerado um discípulo de Veblen e o institucionalista menos radical do trio da VEI, não rejeitando a economia ortodoxa e, pelo contrário, aproximando-se desta.

Mitchell é considerado o economista institucionalista que atendeu à demanda de unir pesquisas teóricas com pesquisas quantitativas, partindo da análise vebleniana acerca dos ciclos econômicos. Mitchell identifica os motivos que explicam que as economias modernas tenham ciclos de prosperidade, crise, depressão e reativação das atividades econômicas (MITCHELL, 1923).

Para Mitchell (1923), apesar de periódicos, todo ciclo decorre de uma série de acontecimentos únicos, determinados por mudanças cumulativas. O ponto de partida da análise de Mitchell é o período pós-depressão, onde há uma fase de acumulação da prosperidade a partir das condições proporcionadas pela depressão: empresários têm receios em investir, seja em razão das expectativas negativas quanto à atividade econômica ou devido ao nível de crédito restringido; estoques e nível de compras baixos; preços baixos; margens de lucro reduzidas, etc. Os sinais de reativação da atividade econômica consistem na expansão do volume de vendas e,

consequentemente, no aumento das transações comerciais. A partir de então, as empresas elevam suas atividades, aumentando seus lucros, contraindo financiamento e contratando mão de obra. Assim se espalha um sentimento de otimismo, as expectativas da população tornam-se positivas quanto à situação econômica. Mas, ao passo que a prosperidade se aproxima de seu apogeu, as mudanças cumulativas contribuem para o desencadeamento de uma crise. Constata-se um novo nível de preços, em virtude da fase de prosperidade, acarretando na elevação dos custos da atividade econômica, como, por exemplo, na contratação de mão de obra, aluguéis e renovação de equipamentos. Junto com tal elevação de custo, une-se à elevação dos juros, por pressão do aumento da demanda de capital, que cresce mais acelerado que a oferta de crédito. A elevação da taxa de juros pressiona a taxa de lucros esperada pelas empresas, repercutindo na redução do nível de atividade em um futuro próximo.

Mitchell (1923) abstrai seis conclusões de suas análises: (I) o volume de produção se eleva mais nas fases de prosperidade, entra em declínio nas primeiras etapas da depressão, porém a expansão e contração da oferta são sempre maiores nos setores de bens de produção do que nos de bens de consumo; (II) os lucros contraem-se em maior proporção do que os salários, mas os efeitos de tal contração são mais adversos sobre os assalariados do que nos empresários; (III) as oportunidades que surgem no ciclo de prosperidade tornam os investidores mais propensos a realizarem investimentos arriscados, produzindo um grande número de empreendedores com duvidoso grau de eficiência; (IV) durante a crise e depressão, a concentração de capital mostra-se mais acentuada, posto que famílias executam hipotecas e empresas em dificuldade são vendidas à preços baixos; (V) com o aprofundamento da depressão, surgem medidas de aprimoramentos de eficiência em prol da produtividade; (VI) a prosperidade então melhora o conforto dos indivíduos, alimentando esperanças, como também intensificando os desperdícios e extravagâncias.

2.2.3 John Rogers Commons

Commons foi outra figura importante para a trajetória da economia heterodoxa denominada de Economia Institucional. Dentre os institucionalistas, Commons se destacou por criar um projeto de reformas para minimizar os efeitos negativos do capitalismo, não sendo o primeiro autor a relacionar direito e economia, mas tornando-se quem o fez com maior acuidade. É também o único autor do Velho Institucionalismo cujas ideias são reconhecidas pelo Novo Institucionalismo.

O autor discute a dificuldade de se delimitar a economia institucional, devido à ambiguidade do significado de “instituição”, que pode significar leis; direitos naturais; tudo que é dinâmico, e não estático; comportamento dos indivíduos; processos econômicos; ou até toda crítica à economia clássica ou hedonista. Embora todas essas noções estejam ligadas à economia institucional, Commons destaca que essas são apenas metáforas e descrições, de modo que o autor atribui às instituições um caráter diferente. As instituições para Commons funcionam então como um acordo coletivo entre os indivíduos, que possibilita a existência de produção, distribuição e o câmbio de bens entre os indivíduos de uma sociedade, regulando as ações sociais, para além do individualismo metodológico. Para ele, a escassez de recursos leva ao conflito de interesses, onde, na ausência de instituições, seriam resolvidos exclusivamente por meio da força física (COMMONS, 1931). Assim, Commons diverge de Veblen, posto que este último entende o conflito como consequência de hábitos mentais distintos, e não da escassez de recursos.

Sendo assim, as instituições são mecanismos em que o controle coletivo é executado, podendo ocorrer através de uma ação organizada (*organized action*) ou costumes desorganizados (*unorganized customs*). A ação organizada compreende as regras formais, que podem partir do Estado, da Igreja, de corporações, de sindicatos, etc., de modo que possuem um modo de funcionamento (*working rules*) que estabelecem o que os indivíduos estão permitidos ou não de fazer, enquanto os costumes desorganizados são regras informais, que também exercem controle coletivo (COMMONS, 1931).

Commons discorda da visão de Adam Smith acerca da existência de uma ordem econômica de maneira espontânea, sendo contrário à ideia de que a relação entre a lei e a economia se baseava nos mercados autorreguláveis. O autor alega que os processos econômicos se dão de maneira dinâmica, conflituosa e, portanto, complexa, posto que os movimentos de troca não se apenas na ações individuais de transferência física de bens e serviços, mas nas transações, que devem ser asseguradas por instituições, para garantir os direitos de propriedade e assegurar bem-estar para toda a sociedade (COMMONS, 1931). Neste sentido, Commons relaciona as transações com a propriedade da seguinte forma:

> As transações intervêm entre o trabalho dos economistas clássicos e os prazeres dos economistas hedônicos, simplesmente porque é a sociedade que controla o acesso às forças da natureza, e as transações não são a 'troca de mercadorias', mas a alienação e aquisição, entre indivíduos, dos direitos de propriedade e liberdade criados pela sociedade, que devem, portanto, ser negociados entre as partes interessadas antes que o trabalho possa produzir, ou os consumidores possam consumir, ou as mercadorias sejam fisicamente trocadas (Commons, 1931, s.p., tradução nossa).

O autor ainda classifica as transações em três tipos: racionamento (*rationing transaction*), empresarial (*managerial transaction*) e barganha (*bargaining transaction*). As transações de racionamento envolvem a divisão de uma riqueza, sendo executada por uma autoridade superior (como a taxação governamental aos contribuintes). As transações empresariais são aquelas que existem na relação entre patrões e empregados, de modo a organizar a produção. As transações de barganha se referem a um acordo voluntário entre as partes, não necessariamente com o mesmo poder de barganha (COMMONS, 1931).

2.3 A Nova Economia Institucional

A falta de um rigor formal na VEI permitiu o surgimento de uma nova abordagem, reforçando a hegemonia da economia ortodoxa com base nas instituições. A ressurreição da discussão acerca de instituições na década de 1970 se caracteriza pela retomada do indivíduo como ator racional, de modo que agora as instituições são escolhidas pelos agentes e não mais é fruto de suas escolhas.

Os principais autores da base teórica da Nova Economia Institucional foram Douglass C. North, contemplado no Nobel de Economia de 1993 por ter aplicado a teoria econômica e métodos quantitativos para explicar mudanças econômicas e institucionais; Oliver E. Williamson, condecorado no Nobel de Economia de 2009, por sua contribuição à governança econômica; e Ronald Coase, laureado no Nobel de 1991, por seu trabalho envolvendo custos de transação e firmas.

A NEI insiste no equilíbrio e na visão mecanicista, se apoiando no método estático-comparativo newtoniano trazido da física, em oposição ao método da VEI, com seu método evolucionário, à semelhança da biologia darwiniana. Como exemplo, North (1997, p.17 apud REIS 1998, p.141), afirma que a NEI "parte da teoria neoclássica, altera-a e desenvolve-a para que possa aprofundar e esclarecer uma série de problemas anteriormente fora do seu alcance", conservando os pressupostos fundamentais neoclássicos.

> (...) a dita Nova Economia Institucional (NEI) parece ser uma reaproximação desavergonhada com aquilo que a Velha Economia Institucional (VEI) mais criticava: a microeconomia neoclássica e seus pressupostos. Perde-se a perspectiva histórica e, fundamentalmente, de uma teoria econômica voltada para o desenvolvimento; numa palavra: o estudo da Economia Política é praticamente abandonado. Volta-se, então, ao estudo dos mercados, analisando as estruturas, as hierarquias (procurando entender as origens e funções), o comportamento do consumidor, as incertezas etc. O fundamental agora é compreender os mercados, as firmas, os contratos etc. (SANTOS, 2003, p. 100).

Assim, diferentemente do institucionalismo tradicional, os novos institucionalistas utilizam os pontos que são divergentes da economia neoclássica para complementá-la, e não para romper com esta.

2.3.1 Douglass C. North

North busca tornar flexíveis alguns pressupostos da economia neoclássica, considerando a realidade mais complexa do que a ortodoxia propunha: um mundo operacionalizado por indivíduos com informações incompletas e que estão constantemente errados (AGUILAR FILHO; FONSECA, 2011).

A esfera socioeconômica de uma sociedade é permeada por incertezas, cuja principal consequência são os custos de transação, que se dividem em problemas de *measurement* e *enforcement*. Os custos de *measurement* se referem às adversidades que os agentes encontram ao tentar conhecer um produto no ato da transação, como a impossibilidade do conhecimento da qualidade de um bem antes de se obtê-lo. Os custos de *enforcement* se relacionam à incerteza quanto à propriedade do bem no momento da transação. Também existe o pressuposto de que os contratos são fundamentalmente incompletos, realizados sob condições de incerteza e agentes com comportamentos divergentes (altruístas, oportunistas, desinteressados, etc.). Para reduzir então os custos de transação, as sociedades desenvolvem regras formais e informais, as instituições (NORTH, 1990 apud GALA, 2003).

Para poupar esforços, o cérebro cria padrões mentais inconscientes de acordo com nossas experiências e percepções, que se tornam comportamentos mecânicos e que ao serem compartilhados, tais comportamentos consolidam a matriz institucional da sociedade. Para romper com uma matriz institucional de forma gradativa, gerando mudanças, é necessária a modificação nos gostos e preferências dos agentes. No entanto, guerras e revoluções também acarretam em mudanças, porém de maneira radical. North defende que para alterar o desempenho econômico de uma matriz institucional, deve-se incentivar as atividades mais produtivas (NORTH, 2005 apud LOPES; CONCEIÇÃO, 2019).

North utiliza o conceito de *path dependence* para discutir a ideia de que as presentes instituições condicionam o desenvolvimento institucional futuro, estendendo seus trabalhos ao campo da inovação tecnológica. Para o autor, escolhido um determinado modelo tecnológico, a presença de rendimentos crescentes acarreta na generalização e consolidação de um padrão, de modo que uma mudança se torna extremamente difícil devido aos mecanismos de *self-enforcing*: (I) custos fixos significativos, que se diluem à medida que a produção se eleva; (II)

efeitos de aprendizagem, fruto das oportunidades disponibilizadas pelo quadro institucional vigente; (III) efeitos de coordenação, por meio da realização de investimentos e contratos com outras instituições, tornando o sistema menos flexível; (IV) expectativas adaptativas, posto que a quantidade de contratos firmados com base em uma determinada instituição diminui as incertezas quanto ao futuro desta (NORTH, 1990 apud FIANI, 2002). Nessa perspectiva, observa-se a importância do estudo da história, posto que cada decisão tomada cria uma nova realidade, baseada no aprendizado e capacidade acumulados, condicionando a trajetória a ser percorrida.

North introduz o conceito de ordem social, onde as instituições surgem como essenciais para assegurar uma ordem, limitando a violência, ao mesmo tempo em que criam um arcabouço institucional que reflete em níveis diferentes de desenvolvimento entre os países. Destacam-se três tipos de organização social ao longo da história: *Forgaging Order* (FO), *Limited Access Order* (LAO) e *Open Access Order* (OAO). A primeira se refere a uma ordem primitiva composta por pequenos grupos de pessoas, onde a violência era natural. Tal ordem é considerada extinta. Na segunda existe algum nível de complexidade no que se refere às organizações e instituições, para controle da violência, porém de forma bastante limitada. É a ordem utilizada por países não desenvolvidos. Por fim, a última é composta por diversas organizações onde o controle da violência se dá através da competição em todos os âmbitos da sociedade, sendo característica dos países desenvolvidos (NORTH, 2011). As duas últimas ordens são o objeto de estudo de North.

A LAO soluciona o problema da violência por meio do sistema político, onde as elites recebem privilégios, como direitos de propriedade mais fortemente assegurados, enquanto os demais membros da sociedade são pouco garantidos. Uma característica desta ordem é que somente alguns grupos são permitidos de formar corporações, partidos políticos, sindicatos e etc. Isto porque a entrada aberta se torna um obstáculo para uma coalizão dominante que inclui os grupos com potencial para violência. Em oposição, na OAO, o problema da violência é resolvido através da competição e da acessibilidade, uma vez que todos os indivíduos têm o direito de firmar contratos, acarretando em uma acumulação de capital sustentada e dinamismo tecnológico. Nas OAOs, o controle acerca da violência está exclusivamente concentrado nas forças policiais, não podendo outras organizações fazerem uso da violência (NORTH, 2011).

Na perspectiva de North, de modo geral, a função das instituições consiste em amenizar a incerteza e os custos de transação que as firmas estão sujeitas no ambiente socioeconômico, posto que as mesmas fundem os interesses do coletivo e dos indivíduos, influenciando no crescimento econômico de uma região (LOPES; CONCEIÇÃO, 2019).

Diferentemente das instituições, que surgem como regras do jogo na ótica de North, as organizações são definidas como os times que competem entre si, sendo os principais agentes de uma sociedade e divididos em diversos campos (no âmbito político como Conselhos, agências de regulação, partidos políticos, Senado, e outros; no âmbito educacional como centros de treinamento, escolas, universidades, entre outros; no âmbito social, como igrejas, clubes, associações atléticas, etc.; e no âmbito econômico, como firmas, sindicatos, cooperativas, entre outras). A interação das instituições e organizações é responsável pela performance econômica das mais diversas sociedades, como consequentemente, de sua evolução institucional. Assim, North concebe a ideia de equilíbrio institucional, que se dá quando nenhuma organização tem estímulos para alterar as regras formais e informais (instituições) vigentes na sociedade (NORTH, 1990 apud GALA, 2003).

North destaca o papel do Estado como responsável por definir as regras do jogo de uma economia, uma vez que o mesmo tem o papel de criar instituições políticas e econômicas capazes de estimular investimentos produtivos, formando uma matriz institucional ao longo do tempo, e moldando as condições de desenvolvimento de diferentes nações; além da criação de uma estrutura que garanta os direitos de propriedade em sua sociedade. Por outro lado, o autor também considera que a criação de uma estrutura de incentivos ineficiente (com baixos custos de arrecadação, por exemplo) é capaz de trazer ameaças aos governos (AGUILAR FILHO; FONSECA, 2011).

À medida que as economias se tornam mais complexas, diminuem-se os incentivos para a cooperação, posto que quanto maior o grupo, mais fácil é disfarçar o próprio caráter oportunista do indivíduo, e menor é o número de benefícios individuais da interação coletiva (AGUILAR FILHO; FONSECA, 2011). Por isto, maiores se tornam os custos de transação, uma vez que surge a necessidade de se criar instituições que garantam as transações econômicas, políticas e sociais, assegurando o cumprimento dos contratos.

North destaca a necessidade de se manterem distantes as instituições que se baseiam em relações pessoais, uma vez que geram maiores custos de transformação, reduzindo as economias de escala. Para tanto é necessária a criação de regras formais impessoais para regular os contratos e os direitos de propriedade. A imposição de regras de tal magnitude, no entanto, tendem a marcar desigualdades nas sociedades, além da verticalização na imposição de suas regras, gerando um ônus maior. Isto porque, muitas vezes, as regras são formuladas a partir de grupos de interesse que desejam colocar em prática suas reivindicações (AGUILAR FILHO; FONSECA, 2011).

No entanto, existem ainda limitações informais que diminuem substancialmente os custos de transação, por meio da cooperação complexa. Por tal modelo, entende-se as sociedades que trabalham com sistemas de reciprocidade e participação cívica, sem interesse em contrapartida. No entanto, as limitações ganham estabilidade com a passagem do tempo, podendo ocasionar conflitos com as regras formais (AGUILAR FILHO; FONSECA, 2011).

2.3.2 Coase

Ronald Coase foi quem deu fundamento para a Nova Economia Institucional, ao introduzir as bases da Economia dos Custos de Transação, ainda que North e, posteriormente, Williamson tenham empregado o conceito de custos de transação de maneiras variadas. Define-se custo de transação como os custos que abrangem todo e qualquer tipo de transação econômica, de maneira que cabe aos agentes sua redução por meio da escolha de alocação de recursos, através das instituições — a firma, o mercado e o Estado (CAVALCANTE, 2014). Assim, os custos de transação englobam levantamento das informações necessárias, pesquisa de preços, formulação de contratos, condução de negociações, inspeção de produtos, etc.

O autor enxerga o mercado através do mecanismo de preços em concorrência perfeita, onde agentes adquirem o direito de utilizarem à sua maneira o bem que obtiveram, de modo que passam a tomar decisões acerca de como seus recursos serão alocados, constituindo-se em firmas. No artigo *The Nature of the Firm* (A natureza da firma, 1937), Coase busca explicar o porquê estas surgem e se expandem, discutindo as dificuldades existentes no processo de trocas mercantis e na utilização do sistema de preços. A gênese da firma se dá em função dos custos em transacionar no mercado, os quais, através da relação de hierarquização, podem ser mitigados ou minimizados. Em contrapartida, internalizar todas as transações por parte da firma acarreta em maiores custos (ARAÚJO JÚNIOR, 1996, SARTO; ALMEIDA, 2016). Sendo assim, “a firma poderia crescer somente até o limite em que a internalização de uma transação adicional levasse a um incremento de custos equivalente àquele correspondente à efetivação desta pelo mercado ou sob a direção de outro empresário” (SARTO; ALMEIDA, 2016, p. 4). De modo geral, Coase vê a firma como um conjunto de contratos com o meio exterior por meio de outros contratos, resultando em uma distribuição de direitos de propriedade (ARAÚJO JÚNIOR, 1996).

Outra contribuição de Coase se refere ao artigo *The Problem of Social Cost* (O problema do custo social, 1960), onde o autor reprova a solução de Pigou em relação às externalidades

negativas. Para Pigou, o governo deve sempre intervir em uma situação dessa, restringindo os agentes responsáveis por meio de tributação ou de formas de legislação. No entanto, Coase admite que se X ocasiona males a Y, impor limitações a X em prol de Y causaram danos a X. Sendo assim, a questão principal é saber qual situação tem menor custo social. Se não houver custos de transação e se os direitos de propriedade forem bem definidos, o problema seria resolvido pela troca voluntária, por meio da livre negociação (ARAÚJO JÚNIOR, 1996). Assim se dá o "Teorema de Coase".

2.3.3 Williamson

Na percepção de Williamson, os indivíduos são cognitivamente limitados e oportunistas, de forma que as instituições são as responsáveis por controlar o comportamento destes, apoiando as escolhas e servindo de complemento computacional ao ajudar na realização de cálculos necessários à escolha ótima (CAVALCANTE, 2014). A racionalidade limitada considera que por mais racional que o indivíduo seja, ele ainda assim não é capaz de absorver, processar, armazenar e transmitir toda informação existente. O comportamento oportunista se refere ao desvio de comportamento por uma das partes de uma transação, visando benefícios próprios. Estes dois tipos de comportamento aliado às incertezas criam conflitos na execução de contratos, dificultando o processo de transações e elevando os custos associados a estes.

Williamson define transação como "o evento que ocorre quando um bem ou serviço é transferido através de uma interface tecnologicamente separável" (Williamson, 1985, p. 1 apud PONDÉ, 2007), sendo este um tipo de relação contratual. Dado que os contratos são incompletos, devido à racionalidade limitada e ao oportunismo dos agentes, nota-se então riscos em meio às negociações, que resultam em dispêndios e que precisam ser gerenciados para tornar as firmas. Assim se dão os custos de transação.

Os custos de transação são categorizados na perspectiva de Williamson como custos *ex ante* e custos *ex post*. Os custos *ex ante* se referem aos custos para elaborar, negociar e garantir um contrato. Os custos *ex post* referem-se a dispêndios financeiros resultado de circunstâncias não previstas na etapa *ex ante*, como em casos de: (I) mau-adaptação, quando a transação não se dá da maneira esperada; (II) custos relacionados à negociação e correção do desempenho das transações; (III) custos de criação e manutenção das estruturas de gestão que gerenciam as transações; (IV) custos para garantir que as transações sejam cumpridas sem oportunismos (WILLIAMSON, 1985 apud PONDÉ, 2007).

Na perspectiva de Williamson, compreende-se como atributos de uma transação: a incerteza, a frequência e a especificidade dos ativos. A incerteza é a incapacidade de identificar todos os aspectos significativos possíveis que afetam uma transação, tendendo a causar algum tipo de confusão relacionada à falta de conhecimento quanto ao estado verdadeiro do ambiente econômico. A frequência se refere à periodicidade em que os agentes econômicos se encontram para realizar uma transação. Já o grau de especificidade dos ativos são os custos relativos à impossibilidade de alocar um determinado ativo em outras transações. Distingue-se ainda seis tipos de especificidade: (I) especificidade de tempo: o tempo é relevante no caso da negociação, influenciando no valor de uma transação; (II) especificidade de localização: refere-se à empregabilidade do uso de um ativo devido à sua localização; (III) especificidade de ativos físicos: ocorre quando é feito um investimento em equipamento e maquinário que envolve produzir um bem como características específicas para a transação que se destina; (IV) especificidade de capital humanos: refere-se à situação onde um trabalhador adquire conhecimentos específicos sobre sua função, tornando-se mais eficiente e produtivo; (V) especificidade de marca: diz respeito ao capital – nem físico nem humano – que se efetiva na marca de uma firma, tornando-se de extrema importância para o reconhecimento desta; (VI) especificidade de ativos dedicados: surge quando um investimento é realizado para atender a uma demanda específica no futuro, não precisando possuir nenhuma especificidade física ou estar vinculado à localização onde foi executado o investimento (POHLMANN et al, 2004; THIELMANN, 2013).

A partir dos atributos descritos, as firmas devem escolher a estrutura de governança que mais se adeque para si. Estruturas de governança são instrumentos de coordenação utilizados para diminuir os custos de transação, a partir das instituições. Williamson distingue as estruturas de governança em três tipos: mercados, hierarquias e estruturas híbridas. A estrutura de governança via mercado é uma instituição onde um número relevante de produtos são negociados constantemente, com regras de negociação padronizadas. Através da competição, o mercado coordena o comportamento dos agentes, fruto, de forma espontânea, da busca pelo lucro privado. A firma é vista como um tipo de organização baseada em uma rede de contratos entre indivíduos, objetivando alcançar o máximo de eficiência na produção. Organizações são um tipo de instituição que estabelece limites de funcionamento, distingue os membros dos demais indivíduos, se pauta na soberania do líder e delimita responsabilidades. A hierarquia tem como característica principal a submissão dos indivíduos a uma relação de autoridade. Este sistema reduz a incidência do comportamento de oportunismo e a diversidade de pensamento, posto que limita as ações dos indivíduos. As estruturas híbridas estão situadas entre o mercado

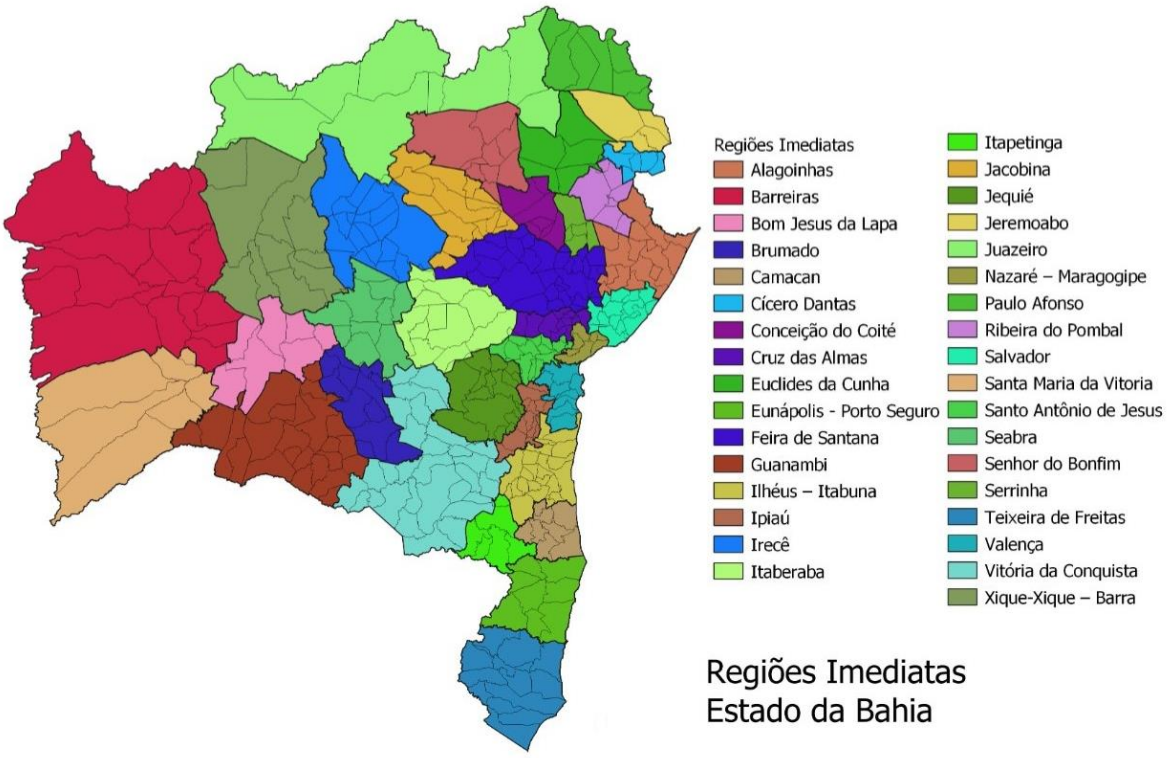
e a hierarquia, sendo uma estrutura de governança onde se preserva parte dos incentivos de mercado, mesmo que reduzidos, mas também estabelece instrumentos de coordenação que englobam intervenções administrativas e recurso a algum tipo de autoridade superior para impedir a existência de conflitos (THIELMANN, 2013; PONDÉ, 2007).

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da área de estudo

A Bahia é uma das 27 unidades federativas do território brasileiro. Está localizada ao sul da Região Nordeste, sendo o estado com maior extensão territorial, maior população, maior produto interno bruto e maior número de municípios da região. A Bahia é o estado que mais faz divisas, fazendo limite com outros oito estados: Pernambuco, Piauí, Tocantins, Goiás, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas e Minas Gerais. O território limita-se a leste pelo Oceano Atlântico, sendo o estado com a costa mais extensa do país. A Bahia tem área territorial de 564.760,429km², distribuída entre 417 municípios, 10 regiões intermediárias e 34 regiões imediatas, como pode-se ver na Figura 1 e Quadro 1.

Figura 1 – Mapa das regiões imediatas baianas



Fonte: elaboração própria.

Quadro 1 – Recorte das regiões geográficas intermediárias e imediatas baianas (2017)

Região geográfica intermediária	Número de municípios	Região geográfica imediata	Número de municípios
Barreiras	24	Barreiras	17
		Santa Maria da Vitória	7
Feira de Santana	83	Feira de Santana	33
		Jacobina	16
		Itaberaba	12
		Conceição do Coité	7
		Serrinha	5
		Seabra	10
Guanambi	31	Guanambi	24
		Bom Jesus da Lapa	7
Ilhéus-Itabuna	51	Ilhéus-Itabuna	22
		Teixeira de Freitas	13
		Eunápolis-Porto Seguro	8
		Camacan	8
Irecê	29	Irecê	19
		Xique-Xique-Barra	10
Juazeiro	18	Juazeiro	9
		Senhor do Bonfim	9
Salvador	33	Salvador	16
		Alagoinhas	17
Santo Antônio de Jesus	41	Santo Antônio de Jesus	14
		Cruz das Almas	12
		Valença	8
		Nazaré-Maragogipe	7
Paulo Afonso	30	Paulo Afonso	7
		Ribeira do Pombal	7
		Euclides da Cunha	5
		Cícero Dantas	6
		Jeremoabo	5
Vitória da Conquista	77	Vitória da Conquista	30
		Jequié	16
		Brumado	12
		Ipiaú	13
		Itapetinga	6

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE.

3.2 Caracterização da pesquisa

A abordagem desta pesquisa é de caráter qualitativa e quantitativa, de forma complementar.

Quanto à natureza, é um estudo básico, posto que objetiva gerar novo conhecimento, sem o compromisso de aplicação prática do resultado.

No que se refere aos objetivos, a pesquisa é descritivo-analítica, uma vez que se buscou descrever, classificar e interpretar o fenômeno estudado.

Em relação aos procedimentos, este estudo se utilizou de pesquisa bibliográfica, fundamentada em materiais já publicados, como artigos, monografias, teses, dissertações e livros; pesquisa documental, uma vez que foram utilizados documentos de organizações públicas, privadas e do terceiro setor; e pesquisa estatística.

3.3 Técnicas e procedimentos da coleta de dados

A coleta de dados empíricos foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica compreendeu o levantamento de bibliografias já publicadas em forma de livros, revistas, meios eletrônicos, artigos, dissertações e teses. O uso da pesquisa bibliográfica permite saber quem estudou sobre o tema, conhecer os principais periódicos sobre o assunto, identificar abordagens no tratamento da temática, bem como as novidades e perspectivas.

A pesquisa documental compreendeu o exame de materiais diversos, como estudos científicos, instrumentos legais, relatórios técnicos, entre outros. Para ambos os métodos, se realizou a organização, classificação e a realização de tratamento analítico, de modo a identificar quais informações serviriam para a compreensão do fenômeno estudado, com o propósito definido de remontar a trajetória histórica do setor industrial baiano, destacando as principais políticas públicas envolvidas neste processo.

Com relação ao recorte temporal selecionado, devido à disponibilidade de dados entre as fontes de informações, foi necessário o uso da análise por meio de *cross-section* (corte transversal), que corresponde a um estudo observacional que analisa dados em momentos específicos, de modo que se diferem das análises de séries temporais, posto que os agregados econômicos são registrados ao longo do tempo (de maneira longitudinal). Sendo assim, o recorte temporal aqui usado foram os anos de 2002, 2010 e 2018.

Destaca-se que a área de abrangência do estudo são os municípios e as regiões imediatas baianas, a partir da atualização de um novo recorte acerca das regiões geográficas

intermediárias e imediatas, realizado em 2017 pelo IBGE, devido às mudanças nas dinâmicas econômicas ocorridas ao longo das três últimas décadas.

A regionalização do território brasileiro foi fundamentada na identificação das cidades-polo e dos municípios vinculados a estas, a partir dos conceitos de território-rede e território-zona. O território-rede se refere à centralidade devido ao controle intra e inter-regional que as cidades exercem. O território-zona é observado quando os fluxos se localizam em um espaço contínuo e homogêneo. Assim, as regiões intermediárias têm seus territórios classificados por meio de um polo de hierarquia a partir dos fluxos de gestão privado e público, além das funções urbanas com maior complexidade.

As regiões imediatas são classificadas a partir dos centros urbanos mais próximos para a satisfação das necessidades das populações, como serviços de saúde, educação, comércio, serviços públicos, trabalho, entre outros. Assim, esta tem na rede urbana sua principal referência.

Vale ressaltar que as regiões geográficas imediatas respeitam as divisões das Unidades da Federação, ou seja, mesmo quando a dinâmica socioeconômica ultrapassa os limites estaduais, formando um arranjo como é o caso dos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), cada realidade será refletida em uma região imediata, em unidades federativas diferentes (IBGE, 2017).

Justifica-se a escolha do recorte espacial em regiões geográficas imediatas, devido à preocupação com a exequibilidade da pesquisa, uma vez que o estudo sob o nível de desagregação municipal seria exaustivo, longo e pouco significativo para o conjunto, e o estudo sob a perspectiva das regiões intermediárias seria amplo demais, podendo tornar-se superficial. Seria pouco significativo, sobretudo, por se tratar de indicadores perenes, cujos resultados ocorrem no decorrer de muitos anos.

Para identificar o comportamento da realidade baiana, optou-se por trabalhar por meio de dados municipais, agrupados de acordo com as regiões imediatas. As análises em nível municipal possibilitam a formatação de recortes regionais alternativos, permitindo que pesquisadores aproveitem amplamente os dados em seus estudos, configurando-os de acordo com suas necessidades, como agrupando-se em regiões administrativas, territórios de identidade, regiões intermediárias, entre outros.

As variáveis (Quadros 2 a 5) foram escolhidas de acordo com sua importância para compreensão do cenário econômico e institucional acerca das regiões imediatas, e a disponibilidade no recorte regional e no período selecionado.

Quadro 2 – Atividade produtiva: variáveis

Variável	**Descrição**	**Unidade de Medida**	**Fonte dos dados**
Valor adicionado bruto da Agropecuária	Resultado da atividade produtiva da Agropecuária no decurso de um ano	R$ (1.000)	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Valor adicionado bruto da Indústria	Resultado da atividade produtiva da Indústria no decurso de um ano	R$ (1.000)	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Valor adicionado bruto dos Serviços – exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Resultado da atividade produtiva da Serviços – exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social – no decurso de um ano	R$ (1.000)	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Valor adicionado bruto da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Resultado da atividade produtiva da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social no decurso de um ano	R$ (1.000)	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Produto Interno Bruto municipal	Somatório de todos os bens e serviços finais produzidos pelo município no decurso de um ano	R$ (1.000)	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Produto Interno Bruto municipal per capita	Divisão da soma de todos os bens e serviços finais produzidos pelo município no decurso de um ano pelo número de residentes deste	R$ (1.000)	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Fonte: elaboração própria.

Quadro 3 – Arrecadação fiscal: variáveis

Variável	**Descrição**	**Unidade de Medida**	**Fonte**
Repasse de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	Imposto federal sobre produtos industrializados no Brasil	R$ (1,00)	Secretaria de Estado da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA)
Arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	Imposto estadual incide sobre a circulação de diversos produtos, e que se aplica tanto a comercialização dentro do país como em bens importados	R$ (1,00)	Secretaria de Estado da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA)

Fonte: elaboração própria.

Quadro 4 – Comércio exterior: variáveis

Variável	**Descrição**	**Unidade de Medida**	**Fonte**
Importações municipais	Compra de produtos ou serviços oriundos de empresas estrangeiras por empresas locais	US$	Comex Stat
Exportações municipais	Venda de produtos ou serviços oriundos de empresas locais por empresas estrangeiras	US$	Comex Stat
Saldo da balança comercial municipal	Diferença entre as exportações e as importações municipais	US$	Elaboração própria a partir das variáveis "Importações municipais" e "Exportações municipais"

Fonte: elaboração própria.

Quadro 5 – Emprego industrial: variável

Variável	**Descrição**	**Unidade de Medida**	**Fonte**
Estoque de emprego formal	Quantidade total de contratos de trabalho que estavam vigentes em 31 de dezembro de cada ano	1 (um)	Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (Rais-MTE)

Fonte: elaboração própria.

3.4 Técnicas e procedimentos da análise de dados

Para atender ao primeiro objetivo, foi realizada uma compilação acerca das principais informações encontradas na pesquisa bibliográfica e documental, de modo que todos os dados passaram por análise crítica e interpretação relativa à evolução das políticas industriais na Bahia.

Para atender ao segundo objetivo, inicialmente, foi realizada a caracterização do perfil econômico das regiões imediatas. Foram analisados os dados dos valores adicionados brutos da agropecuária, indústria, serviços e administração pública; PIB municipal; PIB municipal per

capita; repasse de IPI; arrecadação de ICMS; importação; exportação; saldo da balança comercial municipal; e estoque de emprego formal. Em seguida, foram realizados testes de correlação linear entre as variáveis, de modo a identificar as que possuem maior intensidade de correlação.

O coeficiente de correlação, também chamado de coeficiente de Pearson (r) mede o grau de relação entre duas variáveis quantitativas, com variação que pode oscilar entre -1 e +1. Quanto mais próximo de -1 ou +1, mais forte é a relação; quando próximo de 0, indica correlação fraca ou nula; se negativa, o valor de uma variável aumenta quando o da outra diminui; se positiva, o valor de uma variável aumenta conforme a outra também aumenta. Segundo Martins (2014), o coeficiente de correlação de Pearson se calcula da maneira conforme verificação na Equação 1:

$$r = \frac{\sum_{i=1}^{n}(x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\left[\sum_{i=1}^{n}(x_i - \bar{x})^2\right]\left[\sum_{i=1}^{n}(y_i - \bar{y})^2\right]}} \quad (1)$$

x_i e y_i representam os valores das variáveis X e Y, enquanto $\bar{x}$ e $\bar{y}$ são respectivamente as médias dos valores x_i e y_i.

Em seguida, diante dos resultados do Coeficiente de correlação de Pearson, foi utilizado o Índice de Moran Local, denominado de Índice Local de Associação Espacial (*LISA – Local Indicator of Spatial Association*), que identifica as associações espaciais entre áreas, possibilitando visualizar a influência que determinadas regiões exercem entre si, como também a existência de *clusters* espaciais locais, no caso desta pesquisa, no Estado da Bahia. Segundo Druck et al (2004), o LISA pode ser expresso conforme verifica-se na Equação 2:

$$\mathrm{Ii} = zi \sum_{j=1}^{n} wijzj \,/\, \sum_{j=1}^{n} zj^2 \quad (2)$$

Associações com valores iguais (positivas) são considerados *clusters*. Já associações com valores divergentes (negativas) são chamados de *outliers*, posto que são considerados valores que fogem da normalidade, se dispersando em relação à média dos vizinhos. Neste caso, quando ambos valores.

Podem-se separar quatro categorias de associação espacial, as quais também se dividem em quatro quadrantes quando representado no plano gráfico (Figura 2):

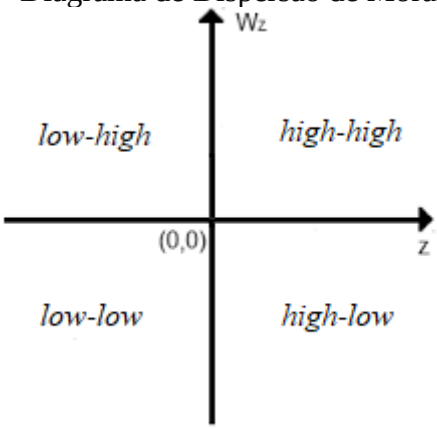
Q1: *clusters high-high* significa uma localidade com valores altos e vizinhos também com valores altos;

Q2: *clusters low-low* se refere a uma localidade com valores baixos e vizinhos também com valores baixos;

Q3: *outliers high-low* significa uma localidade com valores altos e vizinhos com valores baixos;

Q4: *outliers low-high* representa uma localidade com valores baixos e vizinhos com valores altos.

Figura 2 – Diagrama de Dispersão de Moran



Fonte: elaborado pela autora.

Para auxiliar na visualização da dependência espacial, foi utilizado o Diagrama de Dispersão de Moran, um gráfico que exibe as quatro diferentes combinações possíveis do valor do atributo na área em comparação com a média dos valores dos seus vizinhos.

Para garantir a confiabilidade da análise, foi utilizado um mapa de probabilidade denominado de Lisa *map*, ou Mapa de Significância de Moran. Esta representação gráfica possibilita a identificação de regiões em que não existe dependência espacial, possibilitando verificar *clusters* de concentração de atividade industrial. As áreas do mapa então são classificadas da seguinte maneira: sem significância; significância de 0,05; significância de 0,01; e significância de 0,001.

Toda a análise espacial foi feita por meio do *software GeoDa* para a obtenção do índice em nível local. O *software* utiliza do arquivo em formato *shapefile* georreferenciado dos municípios do Estado da Bahia e os valores de VAB da indústria.

O VAB da indústria foi escolhido posto que este é a medida do quanto o setor secundário acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma determinada região, no caso, na Bahia.

Também foram utilizadas representações gráficas como mapas, gráficos e tabelas, para permitir uma visualização mais clara do material coletado no estado da Bahia. O *software GeoDa* auxiliou na construção de alguns dos recursos visuais.

Justifica-se o uso do Índice de Moran, com suas diversas ferramentas, a partir da necessidade de se realizar uma análise espacial do comportamento econômico dos municípios baianos, de modo a identificar a concentração industrial entre os municípios. Assim, o uso desta metodologia é importante para verificar se os municípios que formaram *clusters* industriais são os mesmos que tiveram políticas industriais implementadas, nos anos analisados no *cross section*.

Para atender ao terceiro objetivo, foi realizada uma investigação acerca dos condicionantes que delineiam a configuração industrial baiana. Na ausência de documentos que contenham as políticas industriais do governo no período analisado, foram analisados alguns dos instrumentos de planejamento no âmbito do Estado da Bahia, o PPA e a LDO, durante o novo século, visando compreender o processo de mudança institucional relacionado à indústria baiana no território. Uma vez que o PPA e LDO são os indicativos de ações do governo, instrumentos do planejamento que guiam o orçamento anual, entende-se que estes são suficientes para atender aos fins deste estudo, não sendo necessária a análise da LOA. Assim, foram analisados as legislações e os documentos dos PPA que descrevem as estratégias planejadas, linhas de intervenção e programas; e as legislações e os anexos de prioridades e metas das LDO.

4 TRAJETÓRIA HISTÓRICO-ECONÔMICA DO SETOR INDUSTRIAL BAIANO

A Crise de 1929 expôs ao mundo a quebra de paradigma do modelo de liberalismo econômico, trazendo como consequências a retração das atividades econômicas e a elevação da taxa de desemprego. Os países do Terceiro Mundo e, especialmente, da América Latina tiveram sua vulnerabilidade revelada, posto que havia dependência da exportação de produtos primários. Assim, para superar A Grande Depressão, muitos países adotaram políticas de cunho estatal, inspiradas no keynesianismo, disseminando o *Welfare State* (Estado do Bem-Estar Social) durante as duas décadas posteriores à crise (CARVALHO, 2014).

Foi a partir da crise que o crescimento industrial ganhou impulso, iniciando o processo de substituição de importações (PSI). Neste período, o PSI consistia somente em produzir internamente o que importava anteriormente. Durante as décadas de 1930 e 1940, a industrialização era voltada para bens de consumo popular e setores não tradicionais (FONSECA, 2009). Já do período de 1950 a 1970, a propagação das ideias de bem-estar social propiciou a criação de um novo modelo de desenvolvimento: o desenvolvimentismo. Com base no crescimento da produção e da produtividade, defesa da industrialização, nacionalismo e intervencionismo pró-crescimento, este teve seu auge na década de 1950, sob o governo de Juscelino Kubitschek, tendo como ator principal o capital externo (CARVALHO, 2014). A partir de então, a industrialização se direciona principalmente para os bens de consumo duráveis, mas, ainda assim, incentivava os setores de bens de consumo popular, os intermediários e de capital (FONSECA, 2009).

A Bahia, por outro lado, tinha sua economia baseada no modelo primário-exportador, onde a indústria têxtil voltava-se para a produção de tecidos para embalar o açúcar e café, além de roupas para vestir a população pobre da região. O cacau, como principal produto, criou um círculo vicioso baseado na concentração de riqueza e na dependência da economia internacional, com sua oscilação de preços. Todas as atividades realizadas no estado promoviam o crescimento e o desenvolvimento do modelo estrutural de desenvolvimento do país, principalmente no estado de São Paulo Assim, nota-se que a Bahia assumia um papel periférico diante do desenvolvimento da indústria nacional (PESSOTI, 2008).

Na primeira metade do Século XX, a economia baiana esteve vinculada ao chamado “enigma baiano”. O enigma foi um termo usado para tentar compreender a decadência comercial, política e socioeconômica que fazia com que o estado estivesse decadente e atrasado em relação aos demais. A Bahia era um estado dotado de recursos e com especialização no comércio exterior, mas ao mesmo tempo era pobre e sem dinamismo econômico (ELIOMAR

FILHO, 2018). Diversas eram as especulações disseminadas na época para desvendar tal enigma. Thales de Azevedo (1977) indicava que a involução baiana era resultado da influência materna na constituição das famílias irregulares. Rômulo Almeida (1977) sugeria que era a ausência de um espírito empresário-industrial, o que fazia com que os homens não visassem mais apenas os lucros elevados. Clemente Mariani (1977) salientava que os problemas baianos estavam se acumulando desde o Século XIX, até culminar no ponto que chegou.

Pinto de Aguiar (1958) então observa que as soluções para mitigar o enigma seria resolver a instabilidade econômica causada pela dependência agrícola, posto que o estado se subordinava aos mercados internacionais e aos seus preços; realizar a manutenção da política cambial, uma vez que desvalorizava a economia baiana; e, por fim, fazer crescer a poupança dos baianos, de modo a estimular os investimentos dentro do estado. Para tanto, seria necessário identificar o problema, realizar um planejamento e mobilizar os cidadãos acerca das políticas adotadas (ELIOMAR FILHO, 2018). Ademais, a Bahia acumulava pouco capital, uma vez que os poucos excedentes do cacau eram canalizados no Sudeste, e muito desse capital era consumido fora do estado; não tinha a infraestrutura logística adequada para a integração dos mercados internos; sofria com a escassez de crédito; e a população apresentava baixos níveis de escolaridade (ALBAN, 2005; PESSOTI, 2008).

A industrialização da Bahia se aprofundou devido à política federal de integração da economia nacional via desconcentração industrial, objetivando promover as localidades com baixo custo de mão de obra, favorecidas quanto à localização e recursos naturais, encorajando a instalação de novas indústrias (SOUZA, 2014).

A espacialização das atividades produtivas baianas partiu do centro, Salvador, e se disseminou pela zona costeira do estado, em direção ao sul. O cultivo do cacau e sua comercialização foram responsáveis pela alavancagem da economia do estado, apesar de o cacau não alavancar o processo de industrialização do estado, mitigando a estagnação enfrentada no período (PESSOTI; SAMPAIO, 2009).

Uma das primeiras políticas implementadas pelo governo federal que acarretou em benefícios à indústria baiana foi a criação do Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia (IFCEB), de acordo com o Decreto federal nº 1.661 de 19 de maio de 1937, o qual seria posteriormente transformado em Banco do Estado da Bahia (BANEB) (BRASIL, 1937).

Em 1947 o governo da Bahia criou o Conselho Estadual de Fomento à Indústria (CEFI), através da Lei nº 51 de 18 de dezembro de 1947. Segundo a lei, competia ao CEFI estudar e propor ao governo estadual as medidas necessárias para o desenvolvimento da matriz industrial no Estado (BAHIA, 1947).

No entanto, o processo de industrialização baiano começou definitivamente em 1950, após a implantação da Refinaria Landulpho Alves - Mataripe (RLAM), localizado no município que lhe empresta o nome, no Recôncavo Baiano. Na época, o petróleo na Bahia acabara de ser descoberto, gerando a expectativa de o Brasil se tornar uma nação independente em energia. A RLAM foi a primeira refinaria de petróleo do Brasil, antes mesmo da criação da Petrobras, com o nome de Refinaria Nacional do Petróleo. A refinaria produzia diesel, asfalto, querosene, gasolina, óleos combustíveis, entre outros produtos petroquímicos, e tinha a Bahia e Sergipe como principal mercado consumidor, mas também negociava com outros estados e até países da Europa, Estados Unidos e Argentina. A exploração de petróleo no território baiano foi determinante para a mudança do perfil econômico baiano, viabilizando a expansão da participação da indústria no PIB.

Ao longo do tempo, surgiram no entorno da refinaria, novos empreendimentos que utilizavam os produtos da RLAM como matéria-prima de seus processos produtivos, o que propiciou o aumento do fluxo econômico na região. Ademais, a refinaria possibilitou a criação do primeiro complexo petroquímico planejado do país e maior complexo industrial do Hemisfério Sul, o Polo Petroquímico de Camaçari, e foi a responsável por manter a Bahia como o único estado produtor de petróleo no Brasil por quase três décadas. Com a criação da Petrobrás, em 1953, a refinaria foi incorporada a esta (PETROBRAS, 2020; RAPP, 2014).

Assim, a perspectiva de planejamento para reverter a dinâmica involutiva da economia baiana se deu sob o governo de Antônio Balbino (1955-1959), através da instituição do Conselho de Desenvolvimento Econômico da Bahia (CONDEB), formado por instituições governamentais, objetivando estabelecer um programa de estudos e pesquisas para a elaboração de um plano de ação estadual, de modo a desenvolver a área industrial e, em particular, fortalecer a Região Metropolitana de Salvador (RMS) (PESSOTI, 2018).

Entre 1954 e 1955 foi instituído o Programa de Recuperação Econômica da Bahia, o qual se constituía de um quadro diagnóstico da economia baiana, com recomendações e propostas de iniciativas estruturadas, funcionando como um plano para o governo de Antônio Balbino. Entre seus projetos executados, destaca-se o Fundo de Recuperação da Lavoura Cacaueira, a Comissão Executiva do Plano Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e o programa de ampliação do Porto de Salvador, entre outros (BAPTISTA, 1978). Também fruto do Programa de Recuperação, foram instituídos o Conselho de Desenvolvimento Econômico da Bahia (CONDEB), por meio do Decreto estadual nº 16.261 de 27 de maio de 1955; e a Fundação de Desenvolvimento Agroindustrial (FUNDAGRO), através da Lei nº 849 de 19 de outubro de 1956 (BAHIA, 2020; BAHIA, 1956).

Através do CONDEB, se instituiu a Comissão de Planejamento Econômico (CPE) no Estado da Bahia, por meio do Decreto nº 16.261 de 27 de maio de 1955 (ALBAN, 2005). A CPE tinha a finalidade de estudar, analisar, diagnosticar gargalos na economia baiana, e elaborar programas e projetos para solucioná-los, institucionalizando estes na esfera estadual (PESSOTI, 2008). Esta foi a primeira política de planejamento no Brasil, contudo, a institucionalização do planejamento no Estado da Bahia não era suficiente para estabelecer um domínio econômico.

Em 1956, o governo federal criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), através do Decreto nº 40.554 de 14 de dezembro de 1956, que tinha como finalidade identificar os problemas da região Nordeste e as oportunidades para desenvolver a região, transformando o Nordeste em um centro de expansão manufatureira independente. Influenciado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), diante da ideia de centro e periferia, o GTDN entendia que o Nordeste era visto como um produtor de matéria-prima, com deterioração em seus termos de troca (CARVALHO, 2008).

Romper com o atraso econômico enfrentado pelo Nordeste seria uma tarefa difícil, uma vez que as oligarquias agrárias sempre foram influentes na região, juntamente ao modelo monocultor e à herança escravista. Assim, o progresso só seria alcançado se, pouco a pouco, fosse introduzido um novo poder, baseado no setor secundário, posto que havia a visão de que um novo direcionamento do cenário político em torno de um setor, poderia prejudicar o outro (PESSOTI, 2008).

A partir do GTDN e da CPE, sob o governo de Juracy Magalhães (1959-1963) foi instituído o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB), com o modelo de integração econômica com os mercados do Sudeste. Enquanto o GTDN defendia a repetição do PSI imposto no Sudeste, o PLANDEB visava agregar à economia baiana o desenvolvimento de setores industriais, baseado na produção de bens intermediários, para atender aos mercados criados pelo PSI no Sudeste (ALBAN, 2005).

> O processo de industrialização baiano, a partir do PLANDEB, se daria por meio da formação de um pólo de crescimento constituído de indústrias interdependentes, através de um complexo que envolvia siderurgia, metalurgia e o setor elétrico, associados a uma indústria de mineração e petróleo e infra-estrutura adequada. Como parte integrante desse sistema, ocorreria o desenvolvimento de todo o interior do estado baseado na modernização da agricultura e pecuária e de um setor agroindustrial (PESSOTI, 2008, p. 81).

O PLANDEB não foi implementado de maneira integral, posto que pairava na Assembleia Legislativa a mentalidade conservadora e retrógrada, perpetuando o atraso de grande parte das elites político-econômica voltada ainda para o modelo agrário-exportador. Por este motivo, muitos dos projetos originários do PLANDEB não foram colocados em prática, assim como muitos só foram executados mais de três décadas depois (PESSOTI, 2008).

Em 1959 foi fundada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), através da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, com as finalidades que se resumem em "estudar e propor diretrizes" e "supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos" para o desenvolvimento do Nordeste (BRASIL, 1959, s.p.). No entanto, durante o período da ditadura militar, a Superintendência sofreu modificações, onde as ações passaram a ser voltadas para atender aos interesses das classes dominantes, não realizando transformações estruturais, o que acarretou no esgotamento de suas funções e sua extinção nos anos 2000 (CARVALHO, 2014).

Em 1961, durante o governo de Antônio Lomanto Júnior, foi instituído o Conselho de Desenvolvimento Industrial, através da Lei nº 1.573 de 13 de dezembro de 1961, tentando retomar a política industrial através de critérios geográficos. A Lei sanciona que o Estado deve incentivar as atividades industriais exercidas em seu território, para aumentar a riqueza, amparar a mão de obra qualificada e corrigir as desigualdades. Para tanto, divide as indústrias em indústrias básicas, essenciais, necessárias à população e complementares. As indústrias básicas são as que oferecem serviços de energia, transporte, siderurgia, papel, borracha, grandes equipamentos, mineral e petroquímica. As indústrias essenciais são as que servem de estímulo à melhoria da produção agrícola e pastoril da Bahia. As indústrias necessárias são as que se relacionam diretamente à habitação, vestuário e educação. Por fim, as indústrias complementares são as demais atividades industriais não classificadas nos grupos referidos anteriormente (BAHIA, 1961).

Ainda no mesmo ano, através da Lei nº 3.995 de 14 de dezembro de 1961, foi aprovado o I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste para os anos de 1961-1963. O primeiro plano criou um sistema de incentivos fiscais e financeiros; realizou o levantamento de dados básicos; investiu em capacitação de mão de obra, concentrando-se na implantação de uma infraestrutura que tivesse as mínimas condições de assegurar o início de programas para a transformação da realidade tardia nordestina (BRASIL, 1961).

Em 1963, o governo federal criou o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963-1965, por meio da Lei nº 4.239 de 27 de junho de 1963, voltando seu foco para a área da educação, diferentemente do primeiro plano, ficando instituído o Fundo de

Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (FIDENE) (BRASIL, 1963).

Em 1964, com o golpe de estado que encerrou o governo democrático de João Goulart (Jango), foi instaurado o Regime Militar no Brasil. No campo econômico, o regime buscava recriar condições para o financiamento das inversões, privadas, necessárias à retomada da expansão da economia. A política industrial vigente então passou a modernizar as estruturas de financiamento, e realizar a manutenção da ordem das instituições públicas e privadas, de modo a estruturar o mercado de capitais (SOUZA, 2014).

Com o início do regime, foi lançado o Programa e Ação Econômica do Governo (PAEG), limitado ao período de 1964 a 1967, tinha a finalidade de acelerar o desenvolvimento econômico do país, conter a inflação, reduzir os desníveis setoriais e regionais, garantir oportunidades de emprego e corrigir os déficits dos balanços de pagamentos. Assim, ao mesmo tempo que os planos regionais perderam sua importância em prol da política federal, se projetava uma política de estímulos à captação de recursos estrangeiros (FGV, s.d., PESSOTI, 2008).

No ano de 1966, foi criado o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (BANDEB), por meio da Lei nº 2.321 de 11 de abril de 1966 (BAHIA, 1966), substituindo o FUNDAGRO. O BANDEB foi responsável pela elaboração do projeto e execução das obras do Centro Industrial de Aratu (CIA), dando suporte e incentivando a industrialização do interior do estado.

Em 1967 foi fundado na RMS, o Centro Industrial de Aratu (CIA), localizado no município que lhe dá o nome, como uma iniciativa de desenvolvimento industrial, cuja expectativa era de desenvolver a região do subúrbio onde estava inserida, gerando empregos diretos e indiretos, e melhorando a qualidade de vida. A localização do empreendimento foi escolhida estrategicamente, entre a área urbana de Salvador e o Porto de Aratu, encarregando o distrito de proporcionar infraestrutura para a região. O CIA tinha como vantagem competitiva a redução de custos de insumos para a indústria e a facilidade na logística dos produtos finais, uma vez que tinha acesso fácil à metrópole de Salvador (SOUZA, 2014).

A maioria das empresas instaladas no complexo eram de capital estrangeiro e, portanto, volúveis. As empresas se instalavam nas regiões e permaneciam enquanto havia incentivo, esgotados estes, suas plantas se transferiam para outros mercados. O complexo foi projetado para ser um projeto local, no entanto, os terrenos foram oferecidos a todo tipo de segmento industrial, criando competitividade local em cada zona. O CIA não prosperou como um distrito industrial, principalmente, por falta de interesse do governo estadual que, no período, estava

mais preocupado em investir na área petroquímica, seguindo o II Plano Nacional de Desenvolvimento (SOUZA, 2014).

Também na década de 1960, mais precisamente em 1964, foram descobertos poços de petróleo na cidade de Alagoinhas, no agreste baiano. Em 1967, já eram mais de 30 poços na cidade, levando a Petrobras ao município, aumentando os investimentos na região e facilitando com que a cidade se tornasse um pólo na região sob sua influência (ALAGOINHAS, 2021).

Em 1969, por meio do Decreto-Lei nº 719 de 31 de julho de 1969, cria-se o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), objetivando apoiar financeiramente programas e projetos que contribuam para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional (BRASIL, 1969).

A partir da década de 1970, a atividade cacaueira perdeu sua expressividade, fazendo com que a estrutura produtiva baiana perdesse seu caráter agroexportador. A Bahia então adentrou à indústria brasileira através da especialização regional, especialmente nos setores químico, petroquímico e metalúrgico. Os principais motivos para tanto foi a carência de produção nacional de insumos básicos utilizados pela indústria de transformação do Centro-Sul, às políticas federais de mitigação das disparidades regionais e à posição do estado como maior produtor de petróleo do país (TEIXEIRA; GUERRA, 2000)

O governo da Bahia institui, sob a forma de fundação, o Centro de Desenvolvimento Industrial (CEDIN), através da Lei nº 2.785 de 24 de janeiro de 1970, objetivando “emprestar o apoio técnico necessário ao desenvolvimento de empresa industrial notadamente as de pequeno e médio porte localizadas no interior”. Assim, o CEDIN se torna responsável por auxiliar o governo estadual na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento industrial; dar assistência às pequenas e médias empresas do estado; orientar empresários acerca de oportunidades de investimento na indústria; auxiliar as indústrias na obtenção de financiamento; promover estudos acerca das possibilidades de industrialização a partir das matérias-primas locais, entre outros (BAHIA, 1970).

Em 1970 foi criado o Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo que almejava colocar o Brasil na lista de países desenvolvidos, de maneira que necessitava alcançar um crescimento econômico e expansão da oferta de emprego elevados, baseando-se em estímulos à industrialização. O projeto selecionava estrategicamente os setores de maior prioridade, para garantir a competição do Brasil no cenário internacional, destacando a mineração, petroquímica, siderurgia, metalurgia, química, mecânica, elétrica e cimentos (BRASIL, 1970).

Também em 1971 foi lançado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), através da Lei nº 5.727 de 4 de novembro de 1971, e tendo o mesmo objetivo central do Programas de

Metas e Bases, de modo que a diferença entre os projetos econômicos é que o I PND era instituído por lei (BRASIL, 1971).

Em 1970 foi implantada o Centro Industrial de Subaé (CIS), na cidade de Feira de Santana, sendo o primeiro distrito industrial do interior do estado, com a finalidade de estimular a cidade como polo secundário na Bahia, promovendo a descentralização da matriz industrial através de incentivos fiscais e investimentos estatais. Em 1983, o distrito foi estadualizado, por meio da Lei nº 4.167 de 07 de novembro de 1983, sob o governo de João Durval Carneiro (PESSOTI, 2018; BAHIA, 1983). O CIS tem uma matriz produtiva diversificada, onde existem indústrias voltadas à produtos têxteis, derivados do petróleo, alimentícios, montagem de veículos, construção, borracha e plástico, embalagens, papel, metalurgia, gravações, reciclagem, entre outras. Por outro lado, o grau de adesão do parque industrial com a região é muito baixo, uma vez que uma parte significativa das indústrias não adquire insumos exclusivamente na localidade, assim como não comercializam seus produtos na Bahia (GOMES, 2013).

Ainda em 1971 foi implementado o Distrito Industrial dos Imborés no sudoeste da Bahia, na cidade de Vitória da Conquista, objetivando desenvolver o setor secundário, minimizando o impacto urbano da implantação de indústrias em larga escala na região ao induzir a espacialização de novas indústrias para um só local. O distrito se tornou extremamente significativo para a economia local, uma vez que absorve parte relevante da mão de obra disponível na cidade, além de utilizar insumos da região (SEI, 2017).

Em 1974 foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), pelo governo federal, definindo diversos investimentos em setores-chave da economia, centrados principalmente em infraestrutura, bens de produção e energia, discriminando as competências do Estado e definindo estratégias para a ocupação produtiva do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste (MARINGONI, 2016). O modelo era vigorosamente assentado no capital privado nacional, no externo e na delimitação das funções do Estado.

No mesmo ano foi criado o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), por meio do Decreto nº 74.794 de 30 de outubro de 1974, objetivando promover o desenvolvimento e a modernização de polos agrícolas e agropecuários (BRASIL, 1974b). Tal política foi um exemplo da tática adotada a partir da década de 1970, utilizando como base a Teoria dos Polos de Crescimento. Por outro lado, a Teoria dos Polos de Crescimento é contrária à concepção de desenvolvimento equilibrado, uma vez que o crescimento não se dá simultaneamente em diversas regiões, mas sim em pontos isolados, o que conduz a diversos resultados, como disparidades regionais (CARVALHO, 2008).

Também foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), através da Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974, a qual tinha o objetivo original de aproveitar os recursos da água e do solo do Vale São Francisco, para fins agropecuários, agrícolas e agroindustriais, desenvolvendo as áreas no entorno do Vale do Rio São Francisco, nos estados de Alagados, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal (BRASIL, 1974a). Posteriormente, a companhia também passou a atuar no Vale do Rio Parnaíba, abrangendo os estados do Piauí e Maranhão. A CODEVASF resultou em um desenvolvimento socioeconômico para a região, aumentando a produção e produtividade agrícola, ampliando a oferta de emprego e renda, e levando à formação e consolidação do Pólo de Petrolina (PE) — Juazeiro (BA) (NAILLE JUNIOR, 2006).

Em 1974 foi fundado o Distrito Industrial de Ilhéus, localizado na cidade citada, com uma vinculação direta com a monocultura cacaueira, voltado para a transformação e beneficiamento do cacau. Desde sua criação, o município contava com infraestrutura precária, desarticulação dos investimentos e dispersão das responsabilidades executivas. A crise cacaueira contribuiu para a atrofia do distrito. Ademais, contribuíram para o baixo êxito, a ausência da difusão de dinamismo da implantação da atividade econômica para outros setores da economia da região e o baixo grau de integração entre Itabuna, uma cidade que exerce influência urbana, com Ilhéus. Assim, somente na década de 1990, com políticas de cunho tecnológico, que este obteve progresso (SPINOLA, 2001; OLIVEIRA, 2008)

No mesmo ano foi fundado o Distrito Industrial de Jequié, na cidade homônima, com a finalidade de estimular a implantação e relocalização de indústrias de confecção, desenvolvendo o segundo setor na região, posto que o município era reconhecido como um polo de confecções no período. O distrito deveria aumentar a arrecadação de impostos, promover um melhor aproveitamento dos recursos minerais e agropecuários, aumentar a renda, elevar o nível de emprego, retrair o fluxo de mão de obra da região para os locais concentrados e disciplinar o processo de urbanização da cidade. No entanto, o distrito não teve sucesso na atração das indústrias têxteis, de modo passou a ser ocupado majoritariamente por empresas que não faziam parte do setor industrial, como de transportes rodoviários, frigorífico, e até metrologia (SANTOS, 2009).

O Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) está localizado desde o município de Camaçari até o município de Dias d'Ávila, foi o principal ator na mudança nos setores econômicos baianos, sendo o primeiro complexo petroquímico planejado do país, o primeiro da América Latina e o responsável principal pela organização da ocupação espacial da RMS. O plano do COPEC foi elaborado em 1974, mas suas operações foram iniciadas somente em 29

de junho de 1978, com o intuito de criar empregos, uma vez que a economia baiana passava por um período de altos índices de desemprego e subemprego. A expectativa era que além dos empregos industriais diretos, houvesse também a abertura de empregos indiretos, fruto da nova dinâmica regional (PESSOTI; PESSOTI, 2011). O COPEC possibilitou o aumento do nível de acumulação de capital. Destaca-se aqui que apesar de o petróleo ser um diferencial para a aquisição de capital ao COPEC, foi a intervenção estatal quem conduziu o curso a confluência de capital privado, principalmente por meio dos PND I e II, baseados na substituição de importações. Por outro lado, o Polo fez com que o centro econômico baiano se deslocasse da Região Sul do estado, baseada no cacau, de volta para a RMS.

A indústria petroquímica baiana gerou externalidades positivas, como o crescimento do setor de serviços e o fortalecimento da relação de dependência com o centro da economia brasileira, o Sudeste do país, posto que a Bahia especializou sua indústria na produção de bens intermediários, influenciando no desempenho da indústria nacional de bens finais. Tais ganhos poderiam ter tido um efeito multiplicador ainda superior se houvesse uma correspondência maior com outros setores industriais (PESSOTI, 2010).

Em 1975 a CPE perde totalmente a função de órgão de planejamento da Bahia, se transformando em uma Fundação de Pesquisas. A partir de reformas administrativas, e com a recente criação da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), criada por meio da Lei nº 2.925 de 03 de maio de 1971, o Centro de Planejamento da Bahia (CEPLAB), instituída por meio da Lei nº 3.413 de 01 de dezembro de 1975, é quem passa a absorver as funções do CPE, centralizando o planejamento a nível estadual, coordenando, coletando e analisando informações à nível estadual (BAPTISTA, 1978, BAHIA, 1971, BAHIA, 1975).

Em 1976 foi criado o Centro Industrial de Sauípe (DISAI), na cidade baiana de Alagoinhas, estabelecendo a cidade como “um espaço articulador, que atrai e irradia fluxos comerciais e serviços, e também participa da produção diversificada para consumo interno e das imediações espaciais”, além de ser um núcleo agropecuário (ARAÚJO, 2009, p. 175). Desta forma, o crescimento da atividade petroquímica permitiu que o setor de comércio e serviços se desenvolvesse, se disseminando para os municípios vizinhos.

Ainda na mesma década foi criado o Distrito Industrial de Eunápolis, que leva o nome da cidade onde está localizado, no extremo sul da Bahia. A cidade se destaca no plantio de eucalipto, porém a produção mais significativa do distrito é no setor de materiais de construção, não tendo nenhum vínculo com a produção de celulose. O distrito não foi capaz de aproveitar as vantagens competitivas da região, não se apresentando como relevante para a região, posto que a maioria dos empreendimentos instalados são de pequeno porte e trabalham com produtos

de baixo valor agregado, voltados somente para a economia local (SEI, 2017). Por outro lado, o crescimento do complexo madeireiro no extremo sul baiano contribuiu para a desconcentração da produção industrial na RMS.

Ainda na mesma década, em 1978, foi implantado o Distrito Industrial de Itabuna, na cidade homônima localizada no sul da Bahia. A dinâmica econômica e social da cidade sempre esteve fortemente atrelada à monocultura cacaueira, o que fez com que o município tivesse um processo de industrialização lento, além de uma inércia empresarial e falta de infraestrutura. Por outro lado, com a criação do distrito, foram adotadas estratégias de benefícios fiscais e melhora na infraestrutura da cidade, principalmente nas vias de transportes, se configurando como um atrativo para a consolidação do distrito. As transformações no município permitiriam a expansão e ocupação espacial em diferentes áreas da cidade, assim como a valorização de terrenos urbanos, como também agravou a favelização e desigualdade social (SANTOS, 2010).

Fica nítido que os anos 1970 consolidaram a industrialização no território baiano, por meio da espacialização regional. De modo geral, as políticas implementadas ampliaram a quantidade de sistemas produtivos que se desdobraram em programas para o fortalecimento da competitividade para setores que gerassem efeitos de encadeamento, como a indústria de confecções, plástico, agroindústria, naval e automotiva. A indústria de calçados, inclusive, foi a responsável por promover mudanças no padrão locacional da indústria no estado, proporcionando a interiorização da atividade. Percebe-se aqui a heterogeneidade das atividades econômicas contempladas, de forma que algumas exigem uma tecnologia complexa, como a indústria naval; enquanto outros não carecem de alta tecnologia, mas são intensivos em mão de obra, como o têxtil. Por outro lado, as políticas também se voltaram para setores competitivos em nível mundial, mas que necessitavam de suporte para enraizar sua liderança, como nos complexos petroquímicos, de siderurgia e de celulose. A indústria de celulose foi de extrema importância para a diversificação da atividade industrial no estado, em relação à RMS. Neste ponto, observa-se um tom desenvolvimentista devido à preocupação do governo federal e estadual quanto ao projeto de Estado de fortalecimento do capital nacional.

Vale ressaltar que o setor secundário não se desenvolveu tanto quanto desejado, mas propiciou a expansão do setor de comércio e serviços, forte atrativo da cidade.

> (...) no pós-1964 e por toda a década de 1970, o planejamento baiano manteve-se condizente com os interesses do governo federal, em um modelo de desenvolvimento nacional fundamentado na intensificação da industrialização. Esse planejamento estatal passa a influenciar o crescimento dos novos setores na Bahia. Para tanto, os capitais privados passaram a ser atraídos por meio de subsídios, isenções de impostos, doações de terrenos e financiamentos (ORTEGA et al, 2016, p. 61).

A economia baiana resistiu ao cenário das duas crises mundiais do petróleo, devido à grande expansão experimentada nos anos 1970. Os segmentos metalomecânicos, químicos e petroquímicos, por serem mais dinâmicos, conseguiram amenizar a situação da indústria baiana, utilizando o mercado externo como saída (PESSOTI; PESSOTI, 2011). Por outro lado, a crise do petróleo fez com que a estratégia desenvolvimentista fosse desmantelada, uma vez que foi construída com base no endividamento. A partir de então, o governo passou a optar pelo recuo nos investimentos de cunho industrial, priorizando a correção do déficit da balança comercial, o que resultou em uma recessão industrial, inflação e desemprego (CARVALHO, 2014).

No final da década de 1970, o modelo de substituição de importações se mostrava fatigado devido à diversificação do parque industrial brasileiro e à economia brasileira exageradamente fechada, o que era um entrave para a expansão das relações de mercado estrangeiro, impedindo a promoção do dinamismo necessário para auxiliar no crescimento econômico interno (PESSOTI, 2008).

O Estado passou a assumir o papel passivo, posto que a perda de dinamismo da economia brasileira acarretou no esgotamento do modelo desenvolvimentista, o que interrompeu a trajetória da industrialização. Inclusive, as iniciativas governamentais implementadas neste período, no que se refere ao processo de desenvolvimento da indústria, são consideradas por muitos autores como anti-industriais.

O esvaziamento da ideologia desenvolvimentista permitiu a ascensão do neoliberalismo, que adentra a economia brasileira a partir da entrada de Fernando Collor de Mello na presidência, em 1990, colocando em prática a abertura comercial do país. Na busca de acabar com a crise, o programa de governo identificava como causa os mecanismos de restrição do livre mercado, os oligopólios e a intervenção do Estado na economia. Na tentativa de solucionar o problema, foi implementado um programa de estabilização que retirou bilhões de dólares da economia nacional, provocando uma recessão econômica ainda maior do que a que o país enfrentava, aumentando o desemprego e reduzindo os salários e investimentos (PESSOTI, 2008).

A década de 1990 ganhou como característica, para o setor industrial, a exposição da indústria nacional frente à concorrência internacional, acentuando as desvantagens da estrutura produtiva brasileira. Os parques industriais baianos relativamente defasados competiam com o mercado globalizado, com empresas com tecnologias de pontas e largas escalas de produção. A soma da infraestrutura precária, com os recursos limitados, e a espacialização produtiva

extremamente desconcentrada, em um ambiente de concorrência com o mercado internacional, contribuiu para aprofundar as disparidades regionais.

A abertura comercial instaurada auxiliou a recessão no setor secundário, posto que ampliou a concorrência e desestruturou os setores de bens finais das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Para tanto, assim como nas crises do petróleo, novamente o mercado externo foi utilizado como válvula de escape para a indústria petroquímica. A partir de então, o governo do estado buscou minimizar os efeitos da internacionalização da economia ao implementar um novo modelo de reestruturação produtiva, voltado para a interiorização da atividade produtiva industrial e a diversificação de sua matriz, buscando o crescimento endógeno, menos dependente do mercado externo nacional e internacional (PESSOTI; PESSOTI; 2011). O Estado então reduz seu papel de promotor do desenvolvimento do país, transferindo sua responsabilidade para o mercado, através das privatizações.

No mesmo período, enquanto o Governo Federal reduzia seu papel na proteção da indústria brasileira, o Governo Estadual voltou sua estratégia para a atração de empresas através de políticas de incentivo fiscal, com a retórica de promoção de desconcentração industrial em direção ao interior. Tais políticas beneficiaram o processo de reestruturação da dinâmica produtiva do estado da Bahia, reduzindo a participação do capital privado no processo produtivo e garantindo vantagens comparativas à Bahia em relação a muitos outros estados. Outros estados também dispensaram suas arrecadações de impostos, investindo em incentivos fiscais e financeiros, de maneira a acirrar uma guerra fiscal. No caso baiano, o incentivo fiscal foi utilizado de maneira a compensar o atraso socioeconômico sofrido pelo estado, assim como sua insatisfatória infraestrutura, requisitos determinantes para a tomada de decisões na alocação do capital. O incentivo fiscal mostrou-se como ferramenta de promoção da economia baiana frente ao capital privado, de modo que mesmo não tendo as condições decisivas para ser a primeira opção do empresariado, o Estado demonstra que está disposto a despender esforços para a instalação de indústrias em seu território.

Na Bahia, no entanto, sem romper com a política nacional macroeconômica neoliberal, adotou-se políticas de caráter social, de modo a estimular o desenvolvimento das regiões. A exorbitante concentração industrial em torno do setor químico fez com que o governo da Bahia implementasse a indústria de papel e celulose como alternativa de diversificação da matriz produtiva, de modo que na década de 1990, este foi o primeiro segmento a apresentar força na economia baiana. As condições relativas ao clima e ao solo propiciaram que a produtividade do setor florestal baiano fosse até dez vezes maior que o de alguns países produtos, como é o

caso da Suécia, onde o período para corte arbóreo era de 70 anos, enquanto na Bahia era de somente 7 anos (TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

Em 1990, o Governo Federal aprovou as diretrizes para a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), o qual objetivava o aumento da eficiência na produção e comercialização de bens e serviços, mediante modernização e difusão de novos padrões tecnológicos na indústria nacional (BRASIL, 1990). Tal política industrial voltava-se para a competitividade, de modo que foi abandonado o sistema de fomento às indústrias e iniciadas as privatizações de indústrias e de infraestrutura. Sendo assim, a única estratégia que foi efetivamente implementada foi a abertura do comércio exterior, que submeteu a indústria nacional estagnada a competir com as empresas estrangeiras de tecnologia superior, em um ambiente marcado pela instabilidade macroeconômica.

Em 1991 foi lançado o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia (PROBAHIA), instituído pela Lei nº 6335 de 31 de outubro de 1991, como um estímulo para empresários interessados em investir na Bahia, mas se sentiam inseguros quanto à situação do país naquele momento (BAHIA, 1991a). O Decreto nº 840, de 18 de dezembro de 1991 aprovou o PROBAHIA, com a finalidade de:

> (...) promover a diversificação da matriz industrial do Estado, estimular a transformação no próprio Estado dos seus recursos naturais, interiorizar o processo industrial e incentivar o aumento da capacitação tecnológica, da qualidade dos bens e da produtividade do parque industrial baiano, visando sua maior competitividade (BAHIA, 1991b, s.p.).

Para tanto, através de um Conselho Deliberativo, o objetivo era de definir políticas públicas que atraíssem novos projetos industriais e outros considerados relevantes, além de propor a programas de desenvolvimento e instituições de fundos a utilização de recursos financeiros ao Estado da Bahia. O programa previa financiamentos de até 75% do ICMS para empreendimentos localizados no estado, contribuindo para minimizar os impactos da recessão nacional sobre a economia baiana. A fim de financiar novos empreendimentos, reativar os paralisados e ampliar os já existentes, por meio da mesma lei, foi criado o Fundo de Promoção do Desenvolvimento Industrial, instrumento do PROBAHIA (BAHIA, 1991). Para garantir as operações de crédito, instituiu-se o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (DESENBANCO), gestor financeiro do PROIND, que sancionava e concedia créditos referentes às aplicações previamente autorizadas pelo Conselho Deliberativo (BAHIA, 1991).

Em 1992 foi criado o Distrito Industrial de Barreiras, localizado no município de mesmo nome, com o plano de possibilitar o crescimento no oeste do estado. O município é conhecido por ser um importante centro agropecuário no estado, além de ser o maior centro comercial e

de serviços da região. O polo se caracteriza como uma organização planejada de empreendimentos heterogêneos, que se interessaram pelo distrito não somente pelos benefícios fiscais, mas pelo potencial do mercado regional. A prefeitura incentiva o distrito, promovendo a implantação de grandes empresas para o entorno do distrito, e não às concentrando no centro da cidade. A competitividade no distrito é assegurada tanto devido à demanda local dos produtos lá fabricados, como pela presença de fornecedores de insumos (SEI, 2017).

Durante o período recessivo do governo Collor, muitos segmentos da indústria sobreviveram devido à indústria química e petroquímica, que expandiu sua participação significativamente. Apesar desta ampliação, a indústria petroquímica baiana ainda estava restrita à produção de bens intermediários, carecendo do surgimento de indústrias de terceira geração do segmento petroquímico para aumentar o valor agregado dos produtos e inserir um maior dinamismo à estrutura produtiva baiana (PESSOTI, PESSOTI, 2011).

A cadeia produtiva petroquímica é dividida em três gerações principais: a primeira geração é composta de empresas de matéria-prima; a segunda geração se volta à produção de resinas e materiais para transformação; por fim, as empresas de terceira geração se destinam à produção de bens de consumo finais. Esta última é a responsável pela integração entre os diversos segmentos, estimulando o desenvolvimento técnico dos produtos e processos. No entanto, as empresas de terceira geração se mostravam tímidas até o Plano Real, onde a geração de produtos intermediários com as de bens finais mostrou-se mais próxima (CERQUEIRA; HERMINS, 2001). O Plano Real, implementado nos governos de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso, possibilitou a retomada do segundo setor, revertendo o processo de involução do setor industrial nacional.

Em 1994 foi criado o Distrito Industrial de Santo Antônio de Jesus, por meio da Lei Municipal nº 482 de 02 de agosto de 1994 (SEI, 2017). As vantagens do distrito incluíam o fácil acesso com rodovias, baixo custo do terreno e, principalmente, os incentivos fiscais. Por outro lado, os obstáculos foram (e ainda são) diversos, ligados, especialmente, à infraestrutura (como iluminação pública, asfalto, coleta de lixo, segurança, água, energia, entre outros).

Em 1995 foi criada a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), por meio da Lei nº 6.812 de 18 de janeiro de 1995, com o objetivo de realizar estudos e projetos, compartilhar informações estatísticas, e auxiliar na formulação de políticas públicas (BAHIA, 1995a).

No mesmo ano foi fundado o Polo de Informática de Ilhéus (PII), através do Decreto nº 4.316 de 19 de junho de 1995, dispondo sobre o lançamento e o pagamento de ICMS pelo exterior em relação à componentes necessários para a fabricação de produtos de informática,

telecomunicações e eletrônica, desde que localizado neste distrito (BAHIA, 1995b). O distrito foi criado como um meio de diversificar a estrutura produtiva da região, com o baixo custo de mão de obra, reduzindo o nível de desemprego da mesma depois da crise da lavoura cacaueira. A cidade já apresentava alguma infraestrutura devido ao apogeu da monocultura cacaueira, por outro lado, a falta de manutenção desta, juntamente com a qualificação de mão de obra e inovação tecnológica tornaram-se entraves (PORTO; MOTA NETO; LONGUINHOS, 2012).

Em 1996 foi sancionada a Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996, onde regula a proteção dos direitos e a execução de obrigações referentes à propriedade industrial, considerando a importância desta para o desenvolvimento tecnológico e econômico do Brasil. A Lei efetua-se por meio de concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade; concessão de registro de desenho industrial; concessão de registro de marca; repressão às falsas indicações geográficas e repressão à concorrência desleal. Ademais, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é o órgão que cuida do registro das marcas (BRASIL, 1996).

Em 1997, foi criado o Distrito Industrial de Itapetinga, de modo a atender aos objetivos da empresa Azaléia, ou seja, em função do estado, mediante capital privado. A estrutura do polo se caracteriza como especialização desconcentrada em relação à sua produção, posto que cada filial produz um tipo de calçado. O distrito gerou modificações na economia regional ao injetar capital na economia, intensificando o comércio e os serviços, e criando empregos. Apesar dos incentivos fiscais e do baixo custo de mão de obra, a infraestrutura das estradas que ligavam a sede às demais filiais situadas nos municípios que compõe o polo industrial era deficiente e não havia mão de obra especializada, o que fez com que a empresa projetasse a implantação das etapas de produção gradualmente, de acordo com a realidade da localidade. Desde 2012, a empresa vem fechando plantas industriais em diversas localidades, incluindo Itapetinga, com exceção da matriz (NERY, 2003).

Influenciado pelo Consenso de Washington, FHC então segue a dinâmica econômica do mercado livre, se abstendo de promover políticas industriais ou regionais. Regiões como o Nordeste, sofreram com o risco da involução industrial, uma vez que precisavam do auxílio financeiro da União para movimentar sua economia. Nestes estados, o Estado não deveria ter se tornado passivo quanto ao seu papel de agente fomentador do processo de desenvolvimento nos locais menos favorecidos. Assim, restou à Bahia, se utilizar das estratégias de concessão fiscal para atrair investimentos produtivos.

O Programa de Incentivo ao Comércio Exterior (PROCOMEX) foi criado através do Decreto 6.719 de 05 de setembro de 1997, com a finalidade de “estimular as exportações de produtos fabricados no Estado da Bahia” e “financiar o imposto incidente na importação de

produtos destinados à comercialização e industrialização promovidas por novas indústrias instaladas neste Estado" (BAHIA, 1997, s.p.). O PROCOMEX direcionava sua produção ao mercado internacional, focando, principalmente, no setor calçadista, cuja maioria dos empreendimentos instalou seus parques industriais em locais com benefícios fiscais e mão de obra de baixo custo, especialmente, no interior do estado (PESSOTI; PESSOTI, 2011).

O Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Transformação Plástica (BAHIAPLAST) foi criado através da Lei nº 7.351, de 15 de julho de 1998, objetivando o estímulo à instalação, expansão, modernização e manutenção de empreendimentos industriais no segmento de transformação petroquímica e plástica, através da promoção de instrumentos fiscais e financeiros (BAHIA, 1998).

Também em 1998 foi criado o Programa Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado da Bahia, com a finalidade de reduzir as disparidades regionais, fruto da má distribuição da atividade econômica; reverter a tendência de a economia baiana ser produtora apenas de commodities, induzindo então a formação de cadeias integradas e auxiliando na implantação de empresas competitivas que buscam aumentar o valor agregado de seus produtos; e, por fim, introduzir a economia baiana no comércio globalizado, por meio da oferta de produtos menos sujeitos às flutuações dos preços internacionais (VIEIRA et al, 2000). O programa permitiu que novas indústrias fossem instaladas em Vitória da Conquista, Jequié, Itapetinga, Ilhéus e Itabuna.

O Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia (PROAUTO) foi instituído através da Lei nº 7.537 de 28 de outubro de 1999, com o objetivo de incentivar a implantação e o desenvolvimento de empreendimentos do setor automotivo relevantes para a economia baiana (BAHIA, 1999). Através deste programa, na expectativa de gerar efeitos de encadeamento na indústria baiana e aumentar o valor agregado dos bens produzidos localmente, a Bahia conseguiu atrair o complexo da Ford para se instalar no estado.

Neste período, ao ponto que buscava aumentar o nível de emprego e reduzir as disparidades regionais, o governo da Bahia concedeu um conjunto de incentivos fiscais e financeiros para a instalação da empresa coreana Hyundai no estado, mas o empreendimento não foi à frente (NAJBERG; PUGA, 2003). Por outro lado, a Ford, que estava finalizando a negociação para se instalar no Rio Grande do Sul, teve seu contrato (assinado em 1998) rompido pelo governador rio-grandense. O governo baiano ofereceu, então, à Ford o terreno para instalação por um preço simbólico, além de benefícios financeiros e fiscais. Após tomar conhecimento de que o governador do Rio Grande do Sul queria retomar o contrato, o governo baiano publicou um anúncio na Folha de S. Paulo clamando para a Ford e General Motors (GM)

instalarem suas fábricas no Estado, destacando que o Estado da Bahia honra os compromissos e está sempre à frente (GONZÁLES, 1999). Assim, o Complexo Industrial Ford Nordeste foi implantado, produzindo resultados significativos na atividade econômica regional de Camaçari e Dias D'ávila, municípios vizinhos à fábrica, além de melhorar, indiretamente, a infraestrutura nas áreas de educação, saúde, transporte e comunicação (FORD, 2020). No entanto, apesar disso, tais resultados foram aquém dos esperados pelo governo estadual, operando com capacidade ociosa, e cercado por estagnação no progresso tecnológico do estado, que recentemente havia se expandido.

Ainda na década de 1990 – já iniciado o processo de industrialização no município de Dias d'Ávila, sob pressão da COPEC – foi instituído o Polo de Serviços de Dias d'Ávila, conhecido como Polo de Apoio, por meio de uma demanda do COPEC. O objetivo original era atrair empresas de serviços para incrementar as receitas municipais, mas as políticas públicas adotadas permitiram a instalação de empresas de diversos segmentos, o que motivou a mudança da denominação para Polo Empresarial Governador César Borges (PEGCB) (BARRETO, 2017).

> Declaradamente, as políticas formuladas pelo governo baiano, na década de 1990, tiveram como objetivo a indução de um novo ciclo de acumulação, com o objetivo de superar as dificuldades manifestadas anteriormente e impulsionar a economia para um patamar de competitividade condizente com a nova realidade. As prioridades foram dirigidas para a interiorização da indústria e a diversificação produtiva – principalmente através da implantação de indústrias de bens de consumo e o adensamento das cadeias produtivas do estado –, estimulando uma dinâmica econômica endógena, setorialmente encadeada, menos suscetível aos "espasmos" da demanda de outras regiões (BALANCO; NASCIMENTO, 2005, p. 40).

Em 1999, o Plano Plurianual 2000-2003, instituído por meio da Lei nº 7.525 de 22 de outubro de 1999, expressava como meta o desenvolvimento econômico e a transformação do estado em um parque produtivo espacialmente desconcentrado, promovendo a expansão das bases produtivas, consolidando a modernização do estado e melhorando a qualidade de vida dos baianos (VIEIRA et al, 2000).

No início do Século XXI, o modelo brasileiro era de que o Estado deveria influenciar o mínimo possível na dinâmica econômica, deixando o mercado livre, e abstendo o governo federal da promoção de políticas industriais e regionais, se esvai. A ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder faz com que as pautas sociais e regionais sejam retomadas, resgatando a ideia de desenvolvimentismo, especialmente para as regiões mais carentes e que precisavam de suporte da União, como o Nordeste, que estavam à mercê (CARVALHO, 2014). Assim, apesar de a política baiana de diversificação e reestruturação ter tido seu início no começo da

década de 1990, foi na virada do milênio que o estado teve seu crescimento e desenvolvimento intensificado (PESSOTI, PESSOTI, 2011).

Em 2001 foi criada a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), através da Lei nº 7.888 de 27 de agosto de 2001, vinculada à Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SECTI), objetivando estimular a pesquisa científica e tecnológica, por meio de apoio técnico e financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvidos em instituições sediadas no Estado (BAHIA, 2001). Esta foi uma das poucas políticas adotadas para estimular o desenvolvimento de tecnologias e a modernização no estado.

Em setembro do mesmo ano, foi criada a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA, através da Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001, objetivando "articular e harmonizar as ações administrativas da União, dos Estados e dos municípios para a promoção de projetos que visem à dinamização econômica e provisão de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento em escala regional" (BRASIL, 2019, s.p.). A RIDE abrange os municípios baianos de Casa Nova, Curaçá, Sobradinho e Juazeiro; e os municípios pernambucanos de Santa Maria da Boa Vista, Orocó, Lagoa Grande e Petrolina.

Em 2002 foi criado o Distrito Industrial de Luís Eduardo Magalhães, no município de mesmo nome, conhecido por sua agricultura diversificada e produtiva posto que se localiza em uma região de alto potencial em agricultura. A criação deste ambiente propiciou o desenvolvimento do agronegócio na região, que já tinha relevância significativa no cenário estadual. O distrito ganhou grande influência na economia local, de modo que este absorve a grande parte dos insumos para a maioria da região, assim como destina sua produção, tornando-se um instrumento indispensável para o fortalecimento local. Por outro lado, destaca que entre os principais entraves, consta a dificuldade na comunicação, as quedas constantes de energia e a má conservação das estradas – que dão acesso a Brasília, Goiás, Minas Gerais, Tocantins e Piauí, facilitando no barateamento da matéria-prima. Ademais, o distrito não encontrou o planejamento que lhe foi instituído originalmente, se transformando em "uma aglomeração geográfica formal de indústrias". (SEI, 2017).

Com a instituição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2001, somada às disputas fiscais entre as unidades da federação, o processo de atração de investimentos passou por uma revisão, da qual teve origem o programa DESENVOLVE (CARVALHO, 2014). O Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (DESENVOLVE) foi instituído pela Lei nº 7.980 de 12 de dezembro de 2002, com o mesmo objetivo dos planos anteriores (BAHIA, 2002a). O diferencial deste programa é que ele

congregava em apenas um decreto o que muitos dos anteriores almejavam, desburocratizando e diversificando a matriz industrial e agroindustrial.

Não obstante, o procedimento adotado não trazia novidades, uma vez que consistia no fomento por meio de incentivos fiscais. Tal ação propiciou a atração de empreendimentos de diversos segmentos, desde o têxtil até o automobilístico. Nota-se claramente a diversificação do parque industrial baiano. No entanto, por outro lado, a maioria destes investimentos se concentraram na RMS, aprofundando o processo de centralização econômica. Apesar de os pólos industriais e as diversificações das atividades trazerem resultados que não podem ser desprezados, como geração de emprego e aumento do nível de renda de uma região, porém, os resultados mais significativos continuam girando em torno de Salvador. Se antes, os motivos para tal distribuição espacial consistiam em características ambientais e acessibilidade; hoje, a explicação para tal fenômeno decorre da infraestrutura existente, que é consequência da evolução econômica da Bahia no decorrer dos anos.

Em 2003, no âmbito federal, foi criada a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), com a finalidade de aumentar a eficiência da estrutura produtiva e o potencial de inovação das empresas nacionais. Com vigência somente em 2007, as linhas de ação consistiam em: I) inovação e desenvolvimento tecnológico; II) inserção externa; III) modernização industrial; IV) ambiente institucional/aumento da capacidade produtiva. As áreas de atuação foram consideradas de maneira estratégica, por parte do Governo Federal, para o desenvolvimento de vários outros setores, permitindo menor dependência externa, posto que apresentam dinamismo; são responsáveis por grandes volumes de investimentos internacionais em P&D; há oportunidade de negócio; promovem encadeamento; e têm potencial para o desenvolvimento de vantagens comparativas. Sendo assim, os setores são: o de bens de capital, o de semicondutores, de *software*, fármacos e medicamentos (ABIINEE, 2008). Apesar de representar um avanço em contraposição à ausência de políticas industriais federais na década de 1980 e 1990, a PITCE não dispunha de ações efetivas que norteassem o desenvolvimento dos quatro eixos selecionados.

Também em 2003 foi instituído o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), por meio do Decreto nº 4.925 de 19 de dezembro de 2003, com a finalidade de estimular a participação da indústria, de forma competitiva e sustentável, por meio da implementação de projetos de petróleo e gás no Brasil e no exterior (BRASIL, 2003).

Em 2004, foi sancionada a Lei da Inovação (Lei nº 10.973 de 2 de dezembro de 2004), a qual tem a finalidade de fomentar a inovação e pesquisa científica no Brasil, almejando o

desenvolvimento da indústria nacional e o alcance de autonomia tecnológica, por meio de medidas que vão desde as parcerias do setor público e o privado até compras tecnológicas pelo estado, como instrumento de apoio empresarial (BRASIL, 2004a).

A consolidação da política de medicamentos genéricos em 2003 colocou a cadeira farmacêutica como setor prioritário diante da indústria nacional, o que ocasionou a necessidade da criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica (PROFARMA), criado pelo BNDES, vigorando a partir de 2004. "O aumento da capacidade produtiva da indústria brasileira, a adequação aos padrões de produção internacional, a ampliação dos esforços de inovação e a necessidade de fortalecer as empresas nacionais eram os principais objetivos definidos na criação desse programa" (PIERONI, PEREIRA, MACHADO, 2011, p. 316). Em 2007, o programa foi reformulado e teve seu escopo ampliado às indústrias do chamado Complexo Industrial da Saúde.

Também em 2004 foi criado o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (MODERMAQ), por meio da Lei nº 10.978 de 7 de dezembro de 2004, objetivando a promoção e estímulo à modernização da indústria brasileira, além da dinamização do setor de bens de capital, de maneira a fomentar a geração de empregos, o aumento da produtividade e o desenvolvimento do parque industrial brasileiro. O Modermaq tem seu funcionamento por meio do financiamento para a aquisição de equipamentos e máquinas, sejam novas ou usadas (BRASIL, 2004b).

Ainda no final do mesmo ano, por meio da Lei nº 11.080 de 30 de dezembro de 2004, foi instituído o Serviço Social Autônomo denominado Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), com a finalidade de executar políticas industriais que desenvolvam a adoção e expansão de tecnologias; gerar emprego por meio de tais políticas; promover a competitividade da indústria; servir de ponte entre o governo e o setor privado; levar soluções inovadoras que aumente a eficiência da indústria brasileira. A mesma lei é responsável pela criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), de modo a propor ao presidente políticas específicas objetivando a promoção do desenvolvimento industrial brasileiro, juntamente com políticas de comércio exterior e ciência e tecnologia (BRASIL, 2004c).

Em 2005, foi sancionada a Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, conhecida como Lei do Bem, a qual concede incentivos fiscais para pessoas jurídicas em regularidade fiscal, sob regime de Lucro Real e Lucro Fiscal, que realizem pesquisas e/ou realizem o desenvolvimento de inovação tecnológica (BRASIL, 2005).

No mesmo ano, foi instituído o Programa Estadual de Incentivos à Indústria de Construção Naval (PRONAVAL), através da Lei nº 9.829 de 28 de novembro de 2005, com a finalidade de estimular o desenvolvimento a construção naval na economia baiana, por meio de incentivos à implantação de infraestrutura e à todo o processo destinado à exploração, produção, armazenamento e logística de gás natural, petróleo e seus derivados (BAHIA, 2005c).

Em 2007 foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído através do Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, objetivando estimular o investimento privado e ampliar os públicos no que cerne à execução de grandes obras de infraestrutura urbana, logística, social e energética do país (BRASIL, 2007). O PAC atraiu muitos investimentos, principalmente nos segmentos de logística e infraestrutura, criando mais empregos e contribuindo para a diminuição dos custos de produção (ao criar e melhorar portos, rodovias e aeroportos) (PESSOTI; PESSOTI; 2011).

Também em 2007 foi instituído o Programa Estadual de Incentivos à Inovação Tecnológica (INOVATEC), através da Lei nº 9.833 de 05 de dezembro de 2005 e regulamentada pelo Decreto nº 10.456 de 17 de setembro de 2007, com a finalidade de "promover o desenvolvimento da economia baiana através da ampliação de seu conteúdo de ciência, tecnologia e inovação" por meio do incentivo de "investimentos de base tecnológica no Estado" (BAHIA, 2005d). O programa introduziu poucos projetos com inovações radicais, uma vez que sua maioria é de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e, portanto, não é inovação (CRAVO, 2016).

Em 2008 foi instituído o Acelera Bahia, com a finalidade de atrair novos investimentos para a Bahia, de maneira a diversificar a matriz industrial através de programas de incentivos fiscais, além da consolidação das indústrias já instaladas no território. O Acelera Bahia foi proposto para atuar em cinco pontos: I) auxiliar no desenvolvimento do setor petroquímico; II) prorrogar benefícios às empresas do PII; III) estimular a produção de biodiesel; IV) incentivar a produção de álcool; V) viabilizar a implantação de infraestrutura naval (BAHIA, 2008a).

Em 2008 foi lançada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), retomando a PITCE e objetivando a expansão das exportações, fomento a investimentos, inovação, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e científico, além da desoneração da atividade produtiva, objetivando assegurar uma competitividade mais elevada ao Brasil diante do mercado internacional (BRASIL, 2008). Além de fortalecer a competitividade, diferente da PITCE, a PDP objetivava a expansão não só de setores intensivos em tecnologia, como também o estabelecimento da liderança do Brasil em setores que já obtinha vantagens comparativas, endereçando metas para 25 setores.

Em 2010 foi criado o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER), através do Decreto estadual n.º 12.354 de 25 de agosto de 2010, tendo a finalidade de subsidiar as políticas públicas do Programa Territórios de Identidade, o qual objetivava contribuir para o desenvolvimento econômico dos territórios de identidade baianos (BAHIA, 2010a).

No mesmo ano, a prefeitura municipal de Teixeira de Freitas, cidade localizada no extremo sul da Bahia, criou o Programa de Desenvolvimento Econômico de Teixeira de Freitas (PRODETEF), por meio da Lei municipal nº 548 de 16 de dezembro de 2010, objetivando estimular o desenvolvimento socioeconômico do município através de incentivos voltados para a indústria, serviços e comércio, de modo a gerar emprego e renda. A lei tornou realidade a criação do Polo Industrial de Teixeira de Freitas, com os segmentos produtivos predominantes sendo o de construção civil e alimentos. No entanto, este não se mostrou tão expressivo, não se apresentando como uma concentração produtiva na região onde está inserida, tanto pela quantidade de empresas instaladas, como pelo tamanho destas. A maioria dos insumos adquiridos pelos empreendimentos também são comprados fora, não alimentando a economia local, devido à proximidade com a região sudeste do país. Ademais, a base econômica do município se encontra no setor terciário (TEIXEIRA DE FREITAS, 2008; TEIXEIRA DE FREITAS, 2010; TEIXEIRA DE FREITAS, 2019; SEI, 2017).

Também em 2010 foi anunciada a criação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu (EEP), no município de Maragogipe, construído com projeto do Governo da Bahia, impulsionado pela Prefeitura e obtendo investimento da iniciativa privada. A expectativa era de que o estaleiro produzisse plataformas de exploração e produção de hidrocarbonetos, a construção de embarcações de grande porte, integração de módulos e decks de produção para navios de petróleo e gás natural. O EEP atraiu muitos indivíduos para a região, tornando mais escassos os serviços de educação e saúde; aumentou a violência e a poluição ambiental; cresceu a especulação imobiliária e, consequentemente, diminuiu a oferta por moradia e aumentou seus preços. “Se a chegada do estaleiro repercutiu na economia das cidades constantes em seu entorno, a interrupção abrupta das obras também o fez, aumentando o desemprego, levando estabelecimentos locais a dificuldades financeiras etc” (BRASIL, 2016, p. 71).

Em 2011 foi lançado o Plano Brasil Maior (PBM), um programa do governo federal, com vigência até 2014, com a finalidade de aumentar a competitividade da indústria nacional em relação ao comércio exterior por meio de medidas de redução do custo tributário da indústria, em um momento onde o setor apresentava dificuldades. Os cinco objetivos estratégicos consistiam em: I) desenvolvimento sustentável; II) ampliação de mercados; III) adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor; IV) criação e fortalecimento de

competências críticas (IEDI, 2011). Infelizmente, não foram exigidas contrapartidas de aumento da produtividade ou expansão do número de empregados, de modo que o maior erro do governo federal foi acreditar que com a desoneração dos impostos, haveria aumento de investimentos, quando na verdade os empresários somente aumentaram sua margem de lucro.

Em 2014, o Governo da Bahia anunciou a criação de um novo distrito industrial no município de Nazaré, denominado de Polo Industrial do Recôncavo Baiano. Próximo às áreas de exploração da Petrobras e do Estaleiro do Paraguaçu, a expectativa da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração era de que o distrito gerasse um impacto na economia da Bahia semelhante à instalação do Polo Industrial de Camaçari (BAHIA, 2014a).

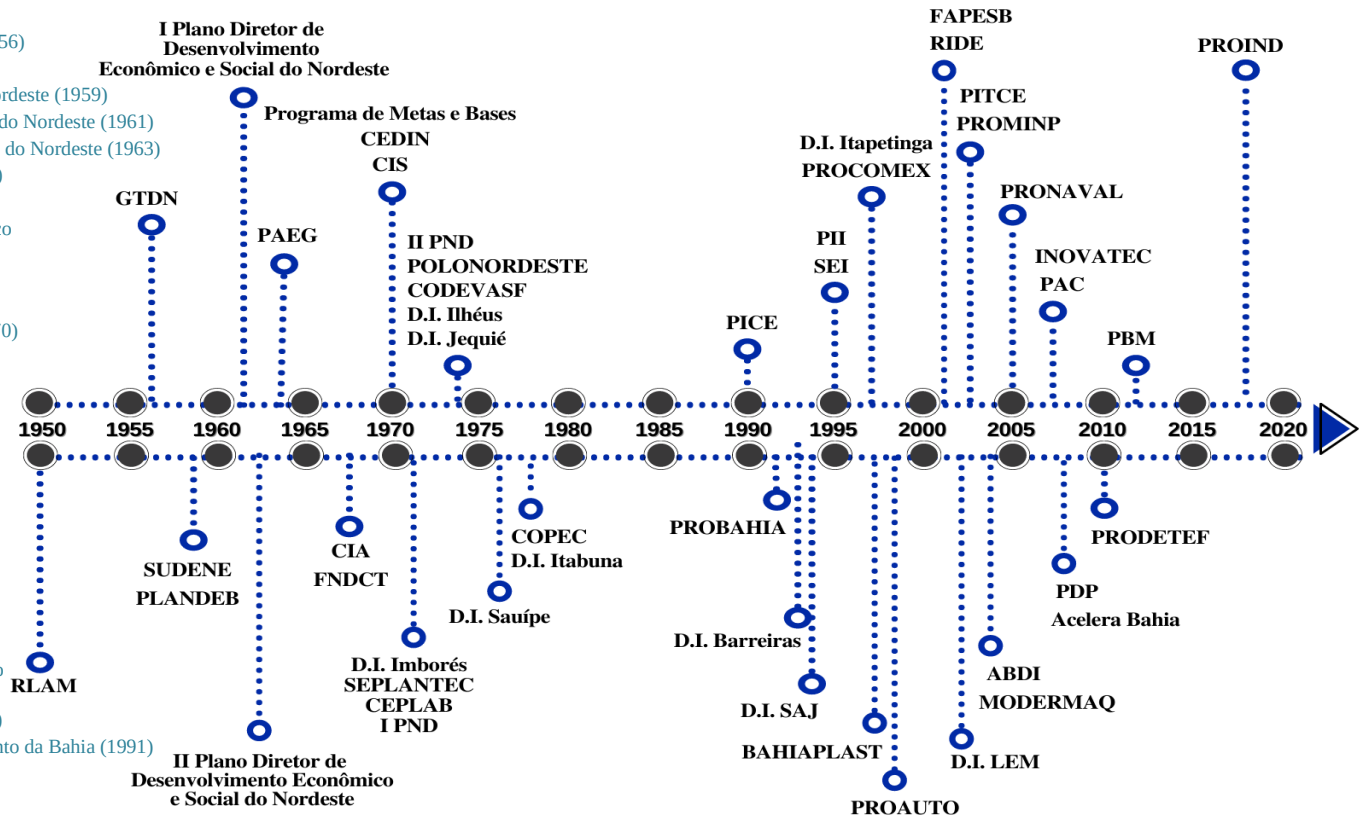
Por meio do Decreto nº 18.802 de 20 de dezembro de 2018, em 2018, foi instituído o Programa de Estímulo à Indústria do Estado da Bahia (PROIND), cuja finalidade é de fomentar o desenvolvimento da indústria no território baiano, através de concessão de crédito presumido referente ao ICMS (BAHIA, 2018c).

O documento Agenda da Indústria da Bahia 2019-2022, publicado pelo Sistema FIEB, destaca que o obstáculo para o desenvolvimento do território baiano consiste na ausência de infraestrutura, o que impacta diretamente na atração de investimentos, sendo esta consequência da Constituição de 1988. O documento ressalta que a Constituição Cidadã "(...) impôs obrigações sociais que reduzem em muito a capacidade de investir em infraestrutura" (FIEB, 2018, p.22). A publicação ainda reafirma a necessidade de abertura de áreas de atuação antes exclusivas para o setor público para a iniciativa privada, como portos, saneamento, energia, etc.

A Figura 3, logo a seguir, apresenta um resumo das principais políticas industriais da Bahia sob a forma de linha do tempo. Reiterando o que já foi exposto nos parágrafos acima, verifica-se os principais momentos: o início das políticas industriais na década de 1950, perdurando na década de 1960, e se intensificando bastante na década de 1970; o hiato de políticas na década de 1980; a retomada acentuada das políticas industriais nas décadas de 1990 e 2000; e o reflexo da preocupação do governo da Bahia com a indústria na década de 2010.

Figura 3 – Evolução histórica das principais políticas em prol da indústria na Bahia

- RLAM – Refinaria Landulpho Alves - Mataripe (1950)
- GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento (1956)
- PLANDEB – Plano de Desenvolvimento da Bahia (1959)
- SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (1959)
- I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961)
- II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1963)
- PAEG – Programa e Ação Econômica do Governo (1964)
- Centro Industrial de Aratu (1967)
- FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1967)
- CEDIN – Centro de Desenvolvimento Industrial (1970)
- Centro Industrial de Subaé (1970)
- Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970)
- CEPLAB – Centro de Planejamento da Bahia (1971)
- Distrito Industrial dos Imborés (1971)
- SEPLANTEC – Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (1971)
- I PND – I Plano Nacional de Desenvolvimento (1971)
- Distrito Industrial de Ilhéus (1974)
- Distrito Industrial de Jequié (1974)
- II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974)
- POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (1974)
- Distrito Industrial de Alagoinhas (1976)
- Distrito Industrial de Itabuna (1978)
- Início das operações do COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari) (1978)
- PICE – Plataforma Integrada do comércio externo (1990)
- PROBAHIA – Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia (1991)
- Distrito Industrial de Barreiras (1992)
- Distrito Industrial de Santo Antônio de Jesus (1994)
- PII – Polo de Informática de Ilhéus (1995)
- SEI-BA – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (1995)
- Distrito Industrial de Itapetinga (1997)
- PROCOMEX – Programa de Incentivo ao Comércio Exterior (1997)
- BAHIAPLAST – Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Transformação Plástica (1998)
- PROAUTO – Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia (1999)
- FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (2001)
- RIDE – Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Petrolina-Juazeiro (2001)
- PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (2003)
- PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (2003)
- ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (2004)



- MODERMAQ – Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (2004)
- PRONAVAL – Programa Estadual de Incentivos à Indústria de Construção Naval (2005)
- INOVATEC – Programa Estadual de Incentivos à Inovação Tecnológica (2007)
- PAC – Programa de Aceleração do Crescimento (2007)
- Acelera Bahia (2008)
- PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo (2008)
- PRODETEF – Programa de Desenvolvimento Econômico de Teixeira de Freitas (2010)
- Plano Brasil Melhor (2011)
- PROIND – Programa de Estímulo à Indústria do Estado da Bahia (2018)

Fonte: elaborado pela autora.

Diante do exposto, observou-se que a maioria das políticas industriais implementadas no território baiano são de natureza estadual, seguida das políticas de caráter federal. O número insignificante de políticas municipais e de cunho privado demonstram a falta de capital ou interesse entre estes agentes quanto à aplicação de mecanismos que promovam o desenvolvimento das atividades industriais.

Já no que se refere ao Governo Estadual, é perceptível a preocupação (especialmente na década de 1970), em promover as potencialidades de regiões, o que possibilitou a diversificação do sistema industrial. Por outro lado, quanto à diversificação regional, poucas políticas foram implementadas em prol da interiorização da industrialização, ficando evidente a polarização dos investimentos, o que refletiu em acentuadas disparidades. É observado que a atividade econômica baiana se concentra em poucos municípios mal distribuídos no território do estado, concentrando-se na RMS e ausente nas regiões mais pobres.

Dentre os setores que receberam investimento, o setor petroquímico foi o que recebeu maior foco por parte do Estado, devido ao estado ter sido o maior produtor petrolífero do país, na década de 1970, e já possuindo uma refinaria consolidada. O COPEC foi o agente que mais influenciou para a instalação gradativa de novos empreendimentos no estado, abrindo novos postos de trabalho de maneira direta e indireta, como aumentando a arrecadação de impostos federais, estaduais e municipais. Outros setores também representaram reflexos significativos para a economia do estado, como os setores de alimentos, de metalurgia e os ligados à celulose. Também foi observada a preocupação com a criação de uma indústria de base metalomecânica, de maneira a dar suporte ao segmento petroquímico. É necessário ressaltar que apesar de a maior parte da atenção governamental estar voltada para o setor petroquímico, este tem trazido cada vez menos efeitos de encadeamento, devido às políticas federais relacionadas ao câmbio e à Petrobrás.

A intenção do modelo de desenvolvimento baiano foi baseada na Teoria dos Polos de Crescimento, de François Perroux. Nessa visão, o crescimento é naturalmente polarizado, onde coexistem forças centrífugas e centrípetas em torno dos centros de inovação que estabelecem um efeito de interdependência industrial, de modo que os desequilíbrios setoriais e regionais são inerentes ao crescimento. Só existe polo quando uma indústria-chave for também uma indústria-motriz, de maneira que ao mesmo tempo que provoca uma expansão maior das outras indústrias do que o de si própria, também provoca a atração de outras indústrias de forma aglomerativa, criando complexo industrial. Os polos, na visão de Perroux, são atividades industriais aglomeradas, lideradas por indústrias motrizes, capazes de provocar transformações estruturais na dinâmica econômica do meio que estão inseridos. Para tanto, os polos devem ter

indústrias motrizes com custos marginais decrescentes e concentração de mercado; modelo não concorrencial; complexo concentrado com irradiação pelo entorno (TAVARES, 2015; SPINOLA, 2003).

Destaca-se, inclusive, que os distritos chamados de polos são chamados assim corriqueiramente, posto que nenhum tem as condições suficientes para tal denominação. Ainda que o objetivo do governo do estado seja criar polos de desenvolvimento, este não explora as potencialidades locacionais de cada região, havendo a necessidade de criar outras formas de incitar o desenvolvimento das regiões, como atração de empresas por meio de incentivos fiscais. Observa-se a falta de importância que se dá ao contexto histórico da formação do território, posto que entender a ocupação do espaço é um fator importante para se explicar a evolução socioeconômica de uma região. Não há centros de inovação na Bahia, posto que a tecnologia utilizada no estado é externa; os investimentos são volúveis; as empresas não são interligadas e estão localizadas em diferentes regiões, atraídas por interesses políticos, benefícios tributários e mão de obra barata, se instalando nessas áreas para obter vantagens de custo e competir no mercado internacional (SPINOLA, 2003).

5 DESEMPENHO DA ATIVIDADE ECONÔMICA BAIANA SOB A PERSPECTIVA DAS REGIÕES IMEDIATAS

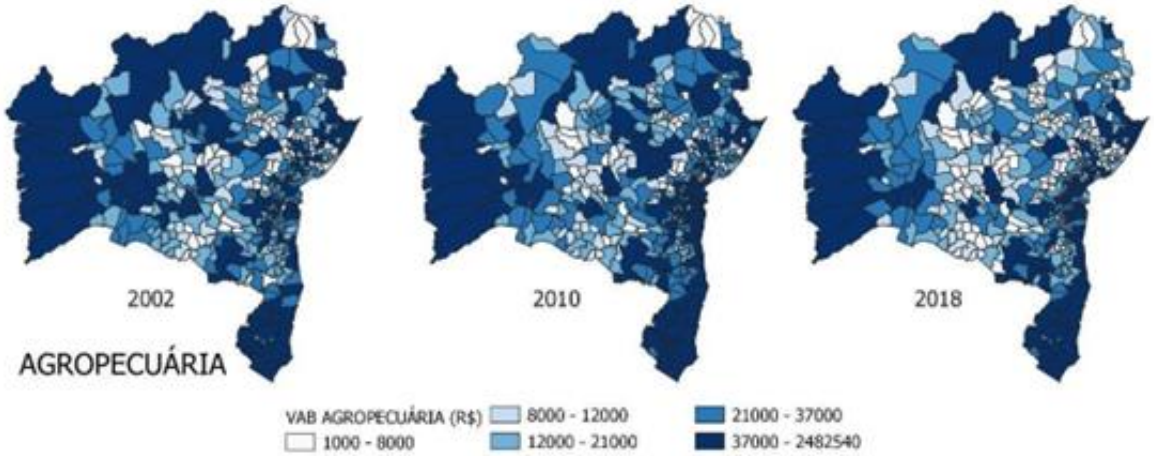
Este capítulo tem por objetivo descrever e analisar as atividades econômicas das regiões imediatas baianas, nos anos de 2002, 2010 e 2018. Objetiva-se, através da análise de alguns indicadores econômicos, verificar como tem se configurado a dinâmica da economia baiana, com enfoque, sobretudo, para o setor industrial. Procurou-se caracterizar as situações mais significativas de cada indicador apresentado no âmbito da metodologia, de acordo com as regiões imediatas. Também se destacou os dez municípios que tiveram valores mais altos para todos os indicadores, e os valores mais baixos em relação aos indicadores julgados necessários. Por fim, aplicou-se o modelo LISA visando identificar padrões de concentração industrial entre os municípios.

5.1 Atividade produtiva: setores do Produto Interno Bruto

5.1.1 Setor da agropecuária

Através da Figura 4, observa-se pouca distinção entre a situação dos municípios quanto à produção agropecuária, no período analisado, porém, de qualquer modo, nota-se que estes estão se tornando menos participativos no primeiro setor.

Figura 4 – Evolução do Valor Agregado Bruto da Agropecuária na Bahia (2002, 2010 e 2018)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2020).

De 2002 para 2010, cerca de 70% das regiões imediatas demonstraram variação positiva na sua produção agropecuária, onde as principais foram as regiões de Euclides da Cunha, Senhor do Bonfim, Itapetinga e Ribeira do Pombal; já as regiões de Jeremoabo e Teixeira de Freitas aumentaram em mais de 50% sua produção. Por outro lado, houve crescimento de

apenas 1,85% no valor adicionado bruto total do setor, o que implica afirmar que, juntamente à expansão agrícola de algumas regiões, houve a diminuição de atividades em algumas outras.

De 2010 para 2018, 80% das regiões imediatas apresentaram variação negativa de sua produção, sendo as principais: Euclides da Cunha, Jeremoabo, Cícero Dantas, Brumado, Itaberaba e Cruz das Almas; já as regiões de Barreiras e Santa Maria da Vitória mais do que dobraram sua produção agropecuária. Por outro lado, houve variação positiva de 9,93% no valor adicionado bruto total do setor no estado. A região imediata de Barreiras é a que tem a maior participação em todo o período analisado, ampliando significativamente seu peso na produção agropecuária estadual no ano de 2018: 18,49% em 2002; 18,31% em 2010; e 37,80% em 2018.

Tabela 1– Municípios baianos com maior Valor Agregado Bruto da Agropecuária (2002, 2010 e 2018)

	2002		2010			2018		
1º	São Desidério	1.076.046,65	São Desidério	985.946,99	=	São Desidério	2.482.540,29	=
2º	Luís Eduardo Magalhães	608.767,79	Rio Real	698.991,69	↑	Formosa do Rio Preto	1.814.278,58	↑
3º	Barreiras	571.530,32	Formosa do Rio Preto	652.899,43	↑	Barreiras	1.068.514,54	↑
4º	Rio Real	471.370,13	Barreiras	522.131,69	↓	Correntina	920.848,84	↑
5º	Caravelas	405.670,30	Luís Eduardo Magalhães	430.007,94	↓	Luís Eduardo Magalhães	918.132,06	=
6º	Nova Viçosa	380.972,21	Correntina	308.818,36	↑	Riachão das Neves	594.165,03	↑
7º	Juazeiro	371.422,65	Juazeiro	302.592,64	=	Rio Real	521.971,67	↓
8º	Correntina	370.369,56	Euclides da Cunha	231.810,23	↑	Jaborandi	454.272,26	↑
9º	Mucuri	308.786,72	Riachão das Neves	208.594,53	↑	Inhambupe	311.801,24	↑
10º	Formosa do Rio Preto	288.462,72	Jaborandi	194.354,57	↑	Juazeiro	214.320,56	↓

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2020)

Observa-se na Tabela 1, no que se refere aos maiores valores de VAB da Agropecuária, São Desidério liderou o ranking em todos os anos analisados, sendo o maior município agrícola do país em 2018. O município é conhecido por sua grande produção de milho e de algodão. Outros seis municípios permaneceram no ranking: Barreiras, também intensiva em soja, algodão e milho; Correntina, intensiva na pecuária e no cultivo de frutas; Formosa do Rio Preto, maior produtor de soja e algodão no estado; Juazeiro, maior produtor de frutas tropicais do país; Luís Eduardo Magalhães, Polo agrícola produtor de soja, algodão e milho; e Rio Real, maior produtor de laranja no estado.

Já na Tabela 2, nota-se que quatro municípios permaneceram com o menor VAB da Agropecuária no território baiano nos anos de 2002, 2010 e 2018: Dias d'Ávila, onde se estende o complexo de Polo Industrial de Camaçari; Lauro de Freitas, intensivo em indústria; Madre de Deus, cujo maior VAB consiste no comércio; e Milagres, 303º posição do PIB em 2018. Lauro de Freitas permaneceu em segundo lugar em todos os anos analisados.

Tabela 2 – Municípios baianos com menor Valor Agregado Bruto da Agropecuária (2002, 2010 e 2018)

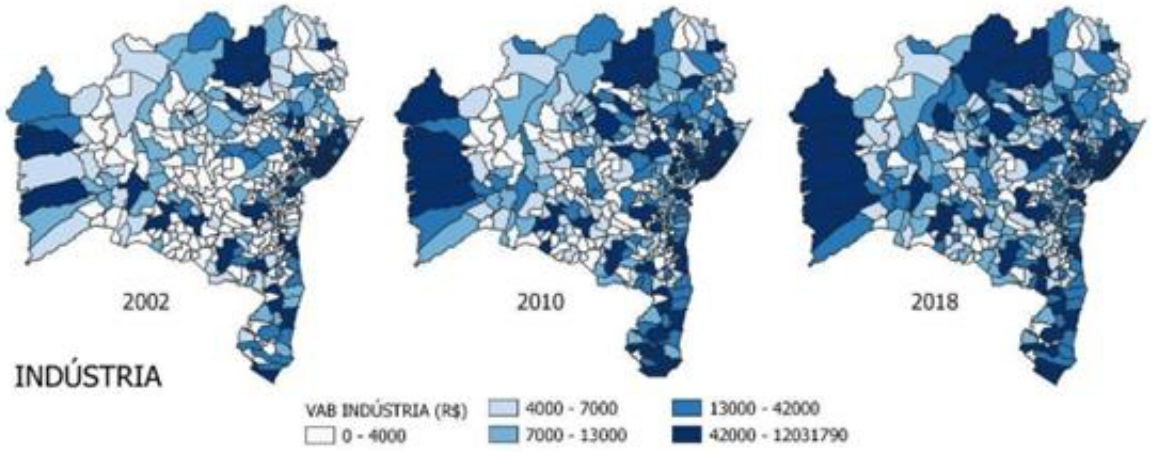
	2002		2010			2018		
1º	Macururé	1.198,80	Madre de Deus	1.757,46	↑	Milagres	1.493,47	↑
2º	Lauro de Freitas	1.330,70	Lauro de Freitas	1.790,39	=	Lauro de Freitas	1.801,61	=
3º	Madre de Deus	1.387,53	Macururé	2.600,62	↓	Dias d'Ávila	1.922,65	↑
4º	Milagres	2.201,59	Milagres	2.624,23	=	Madre de Deus	2.301,76	↓
5º	Bom Jesus da Serra	3.088,87	Maetinga	2.823,60	↑	Ichu	2.441,23	↑
6º	Chorrochó	3.342,11	Ipupiara	3.354,17		Maetinga	2.472,30	↓
7º	Dias d'Ávila	3.404,12	Dias d'Ávila	3.544,36	=	Santa Inês	2.514,99	↑
8º	Cipó	3.596,85	Ichu	3.634,67	↑	Lamarão	2.694,07	↑
9º	Itatim	3.652,98	Anguera	4.320,37	↑	Santanópolis	2.733,69	↑
10º	Itaparica	3.907,13	Chorrochó	4.471,25	↓	Cravolândia	2.931,34	↑

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2020).

5.1.2 Setor da indústria

Na Figura 5 verifica-se que somente as regiões imediatas de Nazaré-Maragogipe e Paulo Afonso demonstraram variação negativa no valor agregado do setor secundário entre os anos de 2002 e 2010; quase todas as demais regiões apresentaram crescimento significativo da indústria; de 2010 para 2018, apesar de 40% das regiões imediatas terem queda em seu setor industrial, as regiões imediatas de Bom Jesus da Lapa, Seabra, Xique-Xique-Barra, Guanambi, Jequié e Irecê mais do que dobraram sua produção industrial. De maneira geral, entre 2002 e 2010, o VAB da Indústria praticamente dobrou, alcançando o percentual de 95,86%; já entre 2010 e 2018, o VAB do setor secundário para os municípios baianos atingiu o percentual de -8,54%. Ainda assim, é possível visualizar uma maior homogeneidade no que se refere à concentração industrial no território baiano, no período observado, uma vez que se observa concentração espacial em toda a faixa litorânea, desde a região imediata de Alagoinhas até a região imediata de Teixeira de Freitas, além do extremo oeste e da mesorregião do Vale São-Franciscano. A região imediata de Salvador é quem tem a maior participação em todo o período analisado: 58,73% em 2002; 56,85% em 2010; e 50,21% em 2018.

Figura 5 – Evolução do Valor Agregado Bruto da Indústria na Bahia (2002, 2010 e 2018)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2020).

Na Tabela 3, observa-se o ranking dos 10 municípios baianos com maior VAB industrial; dois municípios lideraram durante os anos analisados: Camaçari (onde se localiza o maior complexo industrial integrado do Hemisfério Sul) e Salvador (sem grandes complexos industriais, mas uma capital importante, próxima dos principais complexos industriais, com diversas oportunidades de negócio, facilidade de escoamento da produção, etc.), respectivamente, nesta ordem. Outros seis municípios permaneceram no ranking nestes mesmos anos: Candeias, onde se situa um dos portos mais importante do Brasil, o porto de Aratu, além do CIA e de sua proximidade com a RLAM; Dias D'Ávila, até onde o PIC se estende; Feira de Santana, onde existe uma intensa industrialização devido à proximidade com os maiores centros industriais baianos e seu baixo custo de terras quando comparado à capital; Paulo Afonso, onde se situa um importante complexo hidrelétrico; São Francisco do Conde, onde se localiza a segunda maior refinaria do país, a RLAM; e Simões Filho, onde se localiza o CIA.

Tabela 3 – Municípios baianos com maior Valor Adicionado Bruto da Indústria (2002, 2010 e 2018)

	2002		2010			2018		
1º	Camaçari	5.706.087,14	Salvador	12.031.790,16	=	Camaçari	9.389.942,12	=
2º	Salvador	5.690.668,38	Camaçari	9.613.968,97	=	Salvador	6.919.077,05	=
3º	Paulo Afonso	2.318.338,79	São Francisco do Conde	3.316.435,66	↑	São Francisco do Conde	4.036.009,24	=
4º	Simões Filho	1.181.105,37	Feira de Santana	2.447.730,56	↑	Feira de Santana	2.450.391,66	=
5º	Candeias	1.079.633,58	Paulo Afonso	2.304.417,12	↓	Paulo Afonso	1.912.605,28	=
6º	Mucuri	988.231,80	Dias d'Ávila	2.088.630,12	↑	Candeias	1.720.246,70	↑
7º	São Francisco do Conde	917.751,90	Simões Filho	1.707.561,80	↓	Mucuri	1.539.368,29	↑
8º	Feira de Santana	880.662,25	Cairu	1.638.749,86	↑	Simões Filho	1.410.446,94	↓
9º	Ilhéus	740.393,21	Candeias	1.504.363,72	↓	Dias d'Ávila	1.380.778,19	↓
10º	Dias d'Ávila	704.235,23	Lauro de Freitas	1.406.989,03	↑	Conceição do Jacuípe	1.159.647,26	↑

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2020).

Tratando-se dos municípios com menor VAB da indústria baiana, três municípios permaneceram no ranking: Dom Macedo Costa, Ibiquera e Macururé. As cidades ocupam, respectivamente, 2º, 1º e 10º pior PIB do estado em 2018 (Tabela 4).

Tabela 4 – Municípios baianos com menor Valor Adicionado Bruto da Indústria (2002, 2010 e 2018)

	2002		2010			2018		
1º	Gavião	469,43	Feira da Mata	1.042,94	↑	Ibiquera	1.217,89	↑
2º	Ibiquera	477,58	Ibiquera	1.128,62	=	Macururé	1.406,15	↑
3º	Lafaiete Coutinho	557,35	Lajedinho	1.205,81	↑	Feira da Mata	1.547,27	↓
4º	Catolândia	573,50	Dom Macedo Costa	1.314,88	↑	Jussari	1.612,05	↑
5º	Macururé	592,16	Lafaiete Coutinho	1.455,74	↓	Dom Macedo Costa	1.685,26	↓
6º	Bom Jesus da Serra	691,54	Macururé	1.481,23	↓	Gavião	1.716,94	↑
7º	Dom Macedo Costa	705,47	Maetinga	1.572,06	↑	Aiquara	1.770,59	↑
8º	Presidente Jânio Quadros	777,81	Contendas do Sincorá	1.583,56	↑	Contendas do Sincorá	1.871,58	=
9º	Cravolândia	885,80	Pedrão	1.607,01	↑	Pedrão	1.961,38	=
10º	Caturama	888,06	Ichu	1.657,11	↑	Cravolândia	2.030,35	↑

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2020).

De modo geral, o movimento que tem sido observado há várias décadas é a diminuição da participação da indústria, especialmente na economia mundial. Tal movimento se relaciona com o crescimento do setor de serviços, e do surgimento de novas atividades dentro deste, levando a migração de atividades industriais para países em desenvolvimento. No caso brasileiro, observa-se a dificuldade de se inserir em um ambiente de desvantajosa concorrência externa, fazendo o setor diminuir sua participação no PIB. Já o estado da Bahia, este enfrenta obsolescência em diversos setores industriais, com estagnação naqueles que um dia foram supervalorizados (petroquímica, refino e metalurgia), custos dos insumos altos e inadequado aparelho logístico, o que tem feito o estado perder investimentos.

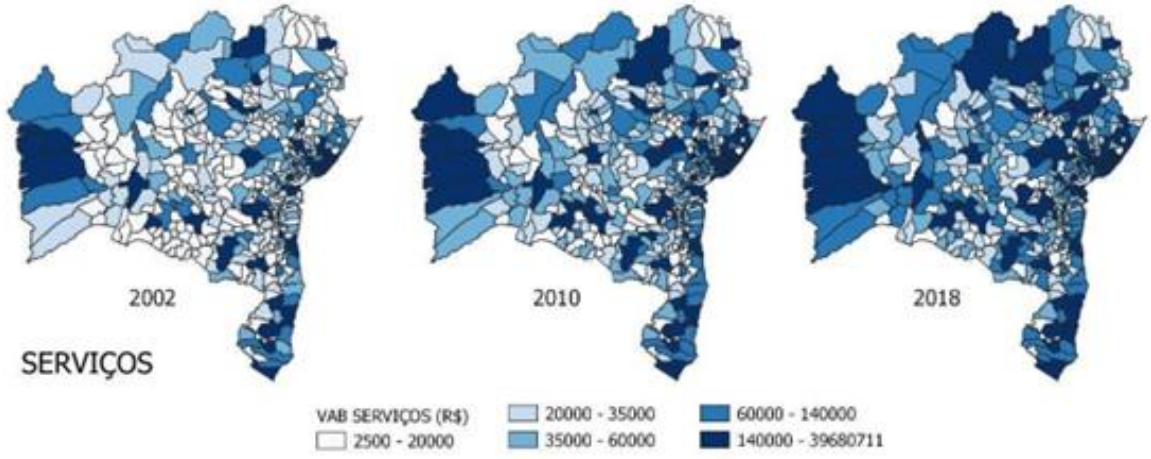
Por outro lado, o setor de serviços tem se expandido, alterando a configuração econômica baiana, devido à expansão do nível médio de renda da população. O surgimento de

atividades modernas no setor de serviço propiciou a articulação entre a indústria e os serviços, tornando-os muitas vezes indistintos.

5.1.3 Setor de serviços

Na Figura 6 pode-se constatar a evolução positiva do setor terciário no território baiano; tanto no período de 2002-2010 como no período de 2010-2018 todas as regiões imediatas obtiveram crescimento do setor de serviços e comércio, sendo que no período de 2010-2018 observou-se somente metade da variação presente no período anterior. De maneira geral, quanto à variação do valor adicionado bruto do setor de serviços do estado, foi verificado que entre 2002 e 2010, houve crescimento de 42,95%, enquanto que entre os anos de 2010 e 2018 o crescimento foi de 20,92%. A região imediata de Salvador é quem tem a maior participação em todo o período analisado: 55,74% em 2002; 53,78% em 2010; e 47,44% em 2018.

Figura 6 – Evolução do Valor Agregado Bruto de Serviços na Bahia (2002, 2010 e 2018)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2020).

Na Tabela 5, no que se refere aos municípios baianos com o maior VAB do setor de serviços, Salvador, Feira de Santana e Camaçari lideram o ranking em todos os anos analisados. Outros quatro municípios também permaneceram: Itabuna; Lauro de Freitas; São Francisco do Conde; e Vitória da Conquista. O setor de turismo se destaca, transformando a Bahia no estado nordestino que mais recebe turistas (BNE, 2019).

Tabela 5 – Municípios baianos com maior Valor Agregado Bruto dos Serviços (2002, 2010 e 2018)

	2002		2010			2018		
1º	Salvador	24.079.965,62	Salvador	37.391.426,02	=	Salvador	39.680.710,98	=
2º	Feira de Santana	2.737.459,44	Feira de Santana	5.824.817,46	=	Feira de Santana	8.136.182,02	=
3º	Camaçari	2.326.380,48	Camaçari	4.574.272,44	=	Camaçari	6.884.244,21	=
4º	São Francisco do Conde	1.421.695,07	Lauro de Freitas	3.003.636,15	↑	Vitória da Conquista	4.035.610,94	↑
5º	Vitória da Conquista	1.357.540,44	Vitória da Conquista	2.974.411,50	=	Lauro de Freitas	3.713.561,28	↓
6º	Itabuna	1.260.387,56	São Francisco do Conde	2.920.906,38	↓	Luís Eduardo Magalhães	2.951.986,67	↑
7º	Lauro de Freitas	1.121.063,77	Itabuna	2.062.008,60	↓	Simões Filho	2.718.509,04	↑
8º	Ilhéus	1.044.219,44	Simões Filho	2.029.996,36	↑	São Francisco do Conde	2.661.496,58	↓
9º	Barreiras	806.442,20	Ilhéus	1.505.432,92	↓	Itabuna	2.336.115,88	↓
10º	Juazeiro	760.620,85	Barreiras	1.446.084,45	↓	Juazeiro	2.174.465,24	↑

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2020).

Já em relação aos municípios baianos com o menor VAB do setor de serviços, o município de Ibiquera liderou o ranking em todos os anos analisados. Outros cinco municípios também permaneceram no ranking: Lafaiete Coutinho, Dom Macedo Costa, Gavião, Contendas do Sincorá e Cravolândia, considerados os municípios com menores valores de PIB da Bahia em 2018 (Tabela 6).

Tabela 6 – Municípios baianos com menor Valor Agregado Bruto dos Serviços (2002, 2010 e 2018)

	2002		2010			2018		
1º	Ibiquera	2.741,02	Ibiquera	4.780,53	=	Ibiquera	6.165,26	=
2º	Lafaiete Coutinho	3.489,06	Dom Macedo Costa	5.657,27	↑	Aiquara	8.291,85	↑
3º	Dom Macedo Costa	3.513,22	Lafaiete Coutinho	5.919,18	↓	Lafaiete Coutinho	8.973,85	=
4º	Catolândia	3.657,31	Contendas do Sincorá	7.012,15	↑	Pedrão	9.312,39	↑
5º	Gavião	3.865,47	Cravolândia	7.108,31	↑	Cravolândia	9.517,16	=
6º	Mirante	4.166,86	Pedrão	7.146,41	↑	Dom Macedo Costa	9.732,58	↓
7º	Contendas do Sincorá	4.282,33	Gavião	7.187,09	↓	Contendas do Sincorá	9.968,74	↓
8º	Feira da Mata	4.450,50	Aiquara	7.627,13	↑	Gavião	10.061,31	↓
9º	Cravolândia	4.491,05	Firmino Alves	8.171,46	↑	Lajedão	11.364,31	↑
10º	Bom Jesus da Serra	4.621,11	Nova Itarana	8.586,24	↑	Lamarão	11.450,71	↑

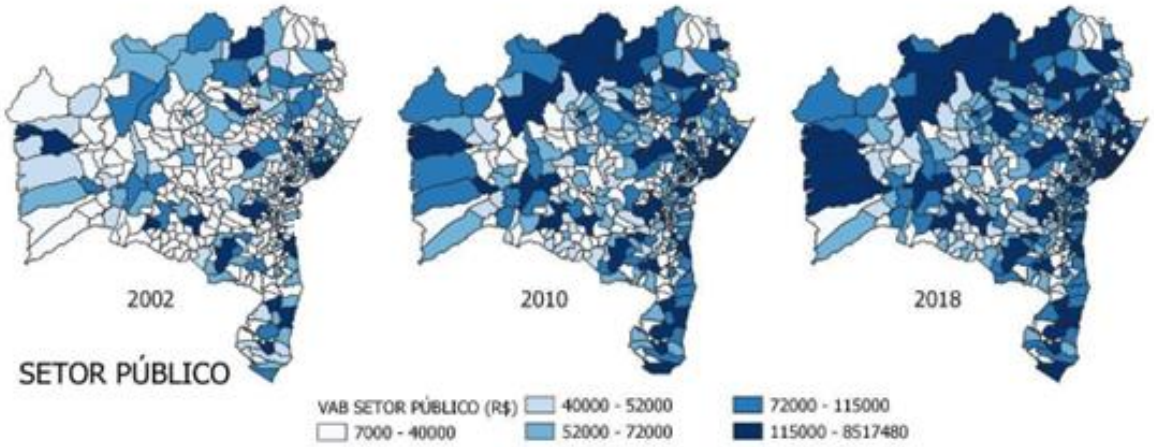
Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2020).

5.1.4 Setor Público

Na Figura 7 observa-se a evolução positiva do VAB do setor público na economia dos municípios baianos. Analisando a variação do valor adicionado bruto do setor público do estado foi verificado que entre 2002 e 2010 houve crescimento de 40,20%, enquanto que entre os anos de 2010 e 2018 o crescimento foi de somente 19,09%. Especialmente no último ano, observa-se uma maior concentração espacial do setor público na costa litorânea, nordeste, e em alguns pontos do extremo oeste e do Vale São-Franciscano da Bahia. Observa-se, assim, maior homogeneidade nessas regiões, enquanto verifica-se maior heterogeneidade no centro-sul e

centro-norte baiano. A região imediata de Salvador é quem tem a maior participação em todo o período analisado: 24,57% em 2002; 25,49% em 2010; e 25,77% em 2018.

Figura 7 – Evolução do Valor Agregado Bruto do Setor Público na Bahia (2002, 2010 e 2018)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2020).

Na Tabela 7, nota-se que Salvador e Feira de Santana lideram, nesta ordem, o ranking dos municípios baianos com maior VAB do setor público nos anos analisados. Outros sete municípios também permaneceram no ranking: Camaçari, Ilhéus, Itabuna, Juazeiro, Jequié, Lauro de Freitas e Vitória da Conquista. Os nove municípios constituem o ranking dos dez municípios mais populosos do estado, para o ano de 2018.

Tabela 7 – Municípios baianos com maior Valor Adicionado Bruto do Setor Público (2002, 2010 e 2018)

	2002		2010			2018		
1º	Salvador	4.041.905,57	Salvador	6.873.321,37	=	Salvador	8.517.480,28	=
2º	Feira de Santana	856.072,52	Feira de Santana	1.366.128,83	=	Feira de Santana	1.866.874,33	=
3º	Vitória da Conquista	517.053,84	Camaçari	863.666,88	↑	Camaçari	1.213.365,10	=
4º	Camaçari	515.092,30	Vitória da Conquista	863.604,23	↓	Vitória da Conquista	1.122.587,92	=
5º	Ilhéus	422.728,83	Juazeiro	654.124,16	↑	Juazeiro	811.550,85	=
6º	Juazeiro	371.910,44	Itabuna	614.538,36	↑	Itabuna	731.585,05	=
7º	Itabuna	371.397,29	Ilhéus	576.383,36	↓	Lauro de Freitas	699.701,33	↑
8º	Jequié	283.950,58	Lauro de Freitas	548.098,52	↑	Jequié	608.915,26	↑
9º	Alagoinhas	257.435,97	Jequié	461.416,60	↓	Ilhéus	600.840,33	↓
10º	Lauro de Freitas	248.035,95	Barreiras	412.363,58	↑	Porto Seguro	573.857,78	↑

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2020).

Na Tabela 8 nota-se que o município de Catolândia liderou o ranking dos municípios baianos com o menor VAB do setor público durante os anos de 2002, 2010 e 2018. Outros oito municípios também permaneceram no ranking nos anos analisados: Aiquara; Contendas do Sincorá; Dom Macedo Costa; Gavião; Ibiquera; Lafaiete Coutinho; Lajedinho; e Lajedão.

Municípios que geram baixo resultado econômico, com poucos habitantes e sem especialização em nenhum tipo de atividade econômica.

Tabela 8 – Municípios baianos com menor Valor Agregado Bruto do Setor Público (2002, 2010 e 2018)

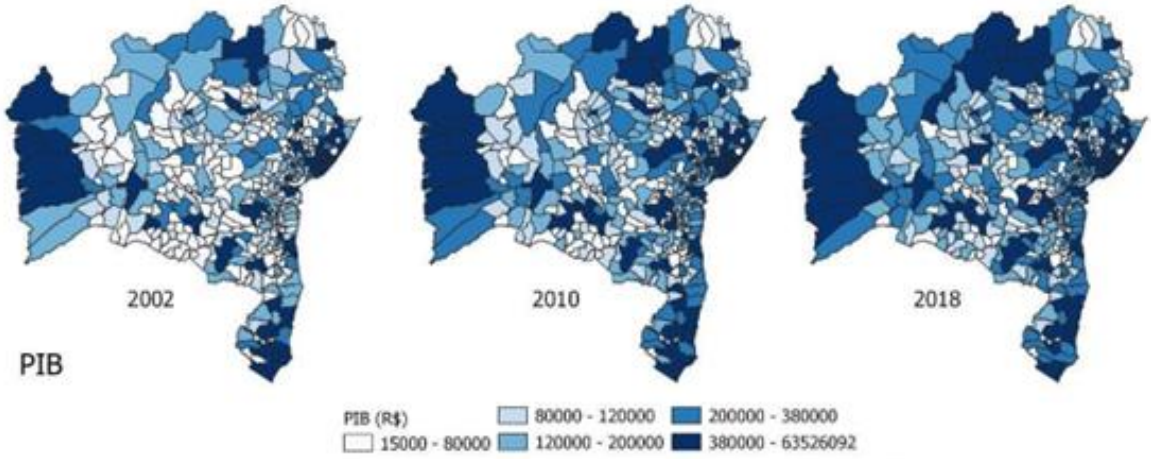
	2002		2010			2018		
1º	Catolândia	7.498,41	Catolândia	11.474,59	=	Catolândia	14.399,29	=
2º	Lajedão	8.019,96	Lajedinho	12.728,17	↑	Ibiquera	14.971,47	↑
3º	Ibiquera	8.121,46	Lafaiete Coutinho	13.953,82	↑	Dom Macedo Costa	15.374,22	↑
4º	Lajedinho	8.357,58	Dom Macedo Costa	14.108,57	↑	Contendas do Sincorá	16.502,55	↑
5º	Lafaiete Coutinho	8.368,63	Ibiquera	14.236,81	↓	Lajedinho	16.545,15	↓
6º	Contendas do Sincorá	8.420,35	Lajedão	14.372,92	↓	Lajedão	16.563,62	=
7º	Dom Macedo Costa	8.873,87	Aiquara	16.080,50	↑	Lafaiete Coutinho	17.286,47	↓
8º	Gavião	8.950,09	Gavião	16.099,01	=	Aiquara	19.697,30	↓
9º	Aiquara	10.873,29	Contendas do Sincorá	16.436,42	↓	Gavião	20.268,87	↓
10º	São José da Vitória	11.022,38	Firmino Alves	17.165,00	↑	Maetinga	20.904,60	↑

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2020).

5.1.5 Produto Interno Bruto – PIB dos municípios baianos

A Figura 8 demonstra a evolução do PIB nos municípios baianos ao longo dos anos analisados. Constatou-se que de 2002 para 2010 todas as regiões imediatas obtiveram crescimento do setor público, principalmente a de Itapetinga e Valença. Por outro lado, de 2010 para 2018, seis regiões imediatas demonstraram variação negativa de seu PIB: Valença, Itapetinga, Ipiaú, Camacan, Jeremoabo e Euclides da Cunha. De maneira geral, quanto à variação do PIB no estado, foi verificado que de 2002 para 2010, houve crescimento de 39,42%, enquanto que entre os anos de 2010 e 2018 o crescimento foi de somente 13,36%, de um ano para outro. A região imediata de Salvador é quem tem a maior participação em todo o período analisado: 46,36% em 2002; 47,44% em 2010; e 42,19% em 2018. Mais profundamente, observa-se que cerca de 10 municípios detêm metade do PIB da Bahia, no período entre 2002 e 2018.

Figura 8 – Evolução do PIB na Bahia (2002, 2010 e 2018)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2020).

Constata-se que quatro municípios lideram o ranking de maiores valores de PIB da Bahia, respectivamente, na mesma ordem durante os anos analisados: Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Francisco do Conde. Outros três municípios permanecem no ranking: Lauro de Freitas; Vitória da Conquista, conhecida pelo seu comércio forte e dinâmico, além de ser considerada o maior polo moveleiro do estado; e Simões Filho (Tabela 9).

Tabela 9 – Municípios baianos com maior PIB municipal (2002, 2010 e 2018)

	2002		2010			2018		
1º	Salvador	40.281.327,43	Salvador	65.466.937,49	=	Salvador	63.526.092,49	=
2º	Camaçari	12.514.070,47	Camaçari	19.988.948,80	=	Camaçari	23.822.597,74	=
3º	Feira de Santana	5.545.085,01	Feira de Santana	11.531.292,41	=	Feira de Santana	14.683.079,87	=
4º	São Francisco do Conde	3.905.082,07	São Francisco do Conde	8.550.474,93	=	São Francisco do Conde	8.862.470,31	=
5º	Paulo Afonso	3.003.191,94	Lauro de Freitas	5.865.582,21	↑	Vitória da Conquista	7.035.609,62	↑
6º	Ilhéus	2.839.784,26	Vitória da Conquista	5.632.136,27	↑	Lauro de Freitas	6.449.829,70	↓
7º	Simões Filho	2.781.968,35	Simões Filho	5.226.151,24	=	Luís Eduardo Magalhães	6.184.172,78	↑
8º	Vitória da Conquista	2.711.248,43	Ilhéus	4.123.048,54	↓	Simões Filho	5.813.345,83	↓
9º	Itabuna	2.483.883,56	Itabuna	3.926.315,43	=	Barreiras	4.744.485,92	↑
10º	Lauro de Freitas	2.441.104,21	Dias d'Ávila	3.543.234,95	↑	Candeias	4.358.053,22	↑

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2020).

Seis municípios permaneceram no ranking de municípios baianos com os menores valores de PIB para os anos analisados: Contendas do Sincorá; Cravolândia; Dom Macedo Costa; Gavião; Ibiquera; e Pedrão (Tabela 10).

Tabela 10 – Municípios baianos com menor PIB municipal (2002, 2010 e 2018)

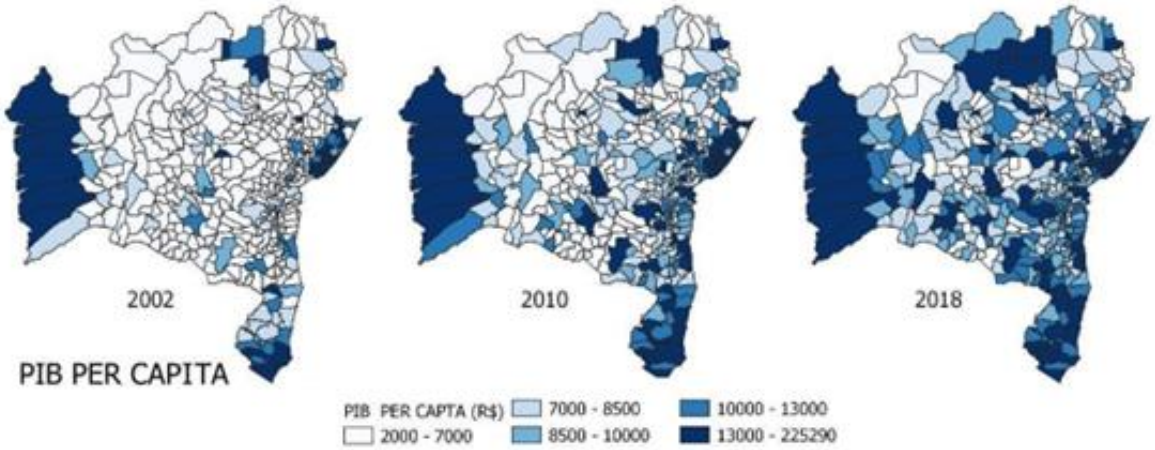
	2002		2010			2018	
1º	Gavião	18.131,33	Dom Macedo Costa	27.684,17	↑	Ibiquera	27.699,31 ↑
2º	Contendas do Sincorá	18.514,69	Ibiquera	29.124,91	↑	Dom Macedo Costa	32.122,63 ↓
3º	Dom Macedo Costa	19.062,28	Lafaiete Coutinho	31.493,57	↑	Contendas do Sincorá	36.873,30 ↑
4º	Catolândia	19.668,10	Gavião	32.177,11	↓	Cravolândia	37.416,21 ↑
5º	Ibiquera	20.389,30	Ichu	32.898,25	↑	Lafaiete Coutinho	37.916,46 ↓
6º	Macururé	22.740,55	Contendas do Sincorá	33.196,51	↓	Gavião	38.834,54 ↓
7º	Cravolândia	23.076,36	Cravolândia	34.031,94	=	Pedrão	40.541,78 ↑
8º	Firmino Alves	23.894,10	Lajedinho	36.718,32	↑	Aiquara	41.110,65 ↑
9º	Nova Itarana	25.483,98	Firmino Alves	37.527,38	↓	Ichu	43.130,23 ↓
10º	Pedrão	26.057,94	Pedrão	38.663,16	=	Macururé	43.463,21 ↑

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2020).

5.1.6 Produto Interno Bruto – PIB *per capita* dos municípios baianos

A análise dos dois primeiros períodos do *cross section* permitiu verificar o crescimento significativo do PIB *per capita* dos municípios baianos. Constatou-se que de 2002 para 2010 todas as regiões imediatas obtiveram crescimento do PIB *per capita*, principalmente a de Valença. Por outro lado, de 2010 para 2018, oito regiões imediatas apresentaram variação negativa: Valença, Ipiaú, Salvador, Alagoinhas, Serrinha, Cícero Dantas, Jeremoabo e Camacan. Verificando a variação do valor PIB *per capita* no estado, observou-se que entre 2002 e 2010 houve crescimento de 32,50%, enquanto que entre os anos de 2010 e 2018 o crescimento foi de 12,05%. A região imediata de Salvador é quem tem a maior participação em todo o período analisado: 14,98% em 2002; 15,25% em 2010; e 11,95% em 2018 (Figura 9).

Figura 9 – Evolução do PIB per capita municipal na Bahia (2002, 2010 e 2018)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2020).

Com base nos dados, pode-se inferir que o município de São Francisco do Conde permanece liderando o ranking em todos os anos analisados quando se trata de PIB *per capita*. Outros quatro municípios também permanecem no ranking: Camaçari, por ser o município que gera os maiores resultados econômicos do estado; Luís Eduardo Magalhães, intensivo em

agropecuária; Mucuri, pequeno município responsável pela terceira maior exportação de produtos do estado, devido ao seu potencial como produtor na indústria de celulose; e São Desidério, também intensivo na agropecuária (Tabela 11).

Tabela 11 – Municípios baianos com maior PIB per capita municipal (2002, 2010 e 2018)

	2002		2010			2018		
1º	São Francisco do Conde	139.536,97	São Francisco do Conde	257.761,82	=	São Francisco do Conde	225.290,31	=
2º	São Desidério	76.781,96	Cairu	146.051,29	↑	São Desidério	109.841,86	↑
3º	Luís Eduardo Magalhães	76.221,15	Camaçari	82.264,47	↑	Formosa do Rio Preto	106.481,34	↑
4º	Camaçari	71.394,34	Mucuri	56.352,59	↑	Camaçari	81.105,66	↓
5º	Mucuri	55.170,06	São Desidério	55.621,10	↓	Jaborandi	78.337,50	↑
6º	Dias d'Ávila	31.880,48	Dias d'Ávila	53.383,68	=	Luís Eduardo Magalhães	72.967,01	↑
7º	Mata de São João	30.536,49	Luís Eduardo Magalhães	50.700,17	↓	Conceição do Jacuípe	68.300,94	↑
8º	Paulo Afonso	30.248,50	Formosa do Rio Preto	46.403,22	↑	Cairu	63.029,19	↓
9º	Pojuca	28.444,87	Itapebi	45.670,18	↑	Correntina	60.601,65	↑
10º	Madre de Deus	28.321,00	Pojuca	45.615,92	↓	Mucuri	59.689,06	↓

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2020).

Observou-se que dois municípios permaneceram no ranking de municípios baianos com os menores PIB *per capita*: Caetanos e Bom Jesus da Serra. Os demais municípios presentes no ranking geram baixo resultado econômico, possuem poucos habitantes e não tem especialização em nenhum tipo de atividade econômica, de maneira que o setor público se torna o maior empregador (Tabela 12).

Tabela 12 – Municípios baianos com menor PIB per capita municipal (2002, 2010 e 2018)

	2002		2010			2018		
1º	Mirante	2.305,98	Caetanos	4.325,13	↑	Novo Triunfo	5.064,60	↑
2º	Macururé	2.490,47	Novo Triunfo	4.330,35	↑	Ipecaetá	5.475,96	↑
3º	Presidente Jânio Quadros	2.511,33	Anguera	4.422,36	↑	Macururé	5.528,26	↑
4º	Maetinga	2.659,89	Piripá	4.826,87	↑	Pedrão	5.555,19	↑
5º	Bom Jesus da Serra	2.762,10	Gentio do Ouro	4.892,48	↑	Caetanos	5.601,55	↓
6º	Boa Nova	2.812,70	Matina	4.894,90	↑	Mansidão	5.620,97	↑
7º	Ipecaetá	2.841,68	Bom Jesus da Serra	4.899,21	↓	Pedro Alexandre	5.636,83	↑
8º	Caetanos	2.931,52	Mansidão	4.917,87	↑	Santanópolis	5.688,40	↑
9º	Guajeru	2.967,95	Presidente Jânio Quadros	5.016,42	↓	Lagoa Real	5.790,81	↑
10º	Chorrochó	2.988,94	Umburanas	5.021,59	↑	Bom Jesus da Serra	5.813,87	↓

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2020).

5.2 Análise da receita municipal, sob o ponto de vista dos repasses constitucionais

Nesta subseção serão analisados a arrecadação de ICMS e o repasse de IPI nos municípios baianos. As transferências federais para os municípios foram criadas como uma forma de diminuir as disparidades econômicas entre estes e, consequentemente, entre os estados. As receitas repassadas aos municípios baianos, por determinação constitucional e legal, são as seguintes: I) 25% do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e

Intermunicipal e de Comunicação – ICMS; II) 25% do produto da arrecadação do Fundo de Investimentos Econômico e Social da Bahia – FIES, obedecendo os mesmos critérios da repartição do ICMS; III) 25% do produto da arrecadação do Fundo de Cultura da Bahia, obedecendo os mesmos moldes de distribuição do ICMS; IV) 50% do produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, beneficiando os municípios cujos veículos foram licenciados; V) 25% do repasse federal relativo ao produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI. Os recursos são depositados semanalmente em contas chamadas de “Contas Participação Município".

5.2.1 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS nos municípios baianos

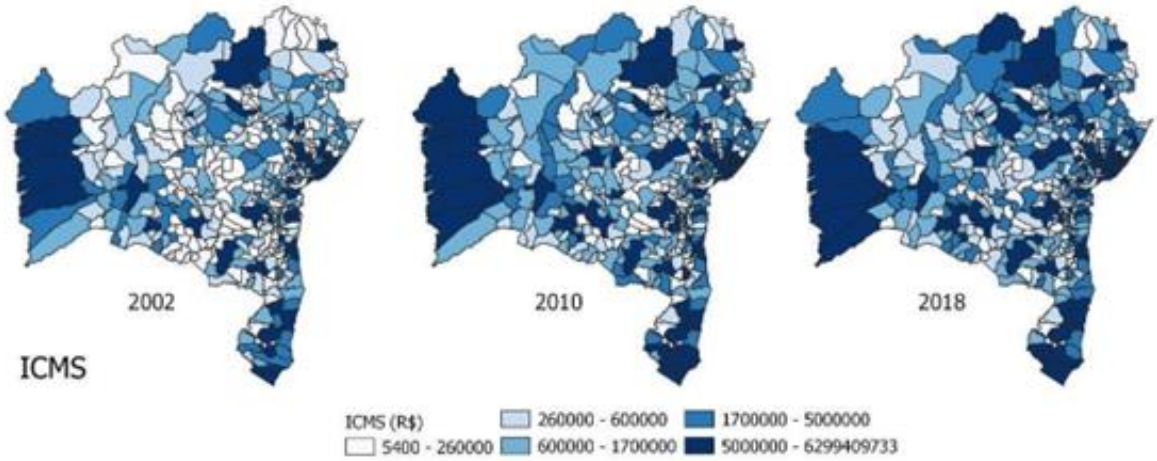
O Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) é um imposto que incide sobre a transferência de titularidade de um produto comercializado ou serviço prestado, o qual deve ser repassado pelas empresas à SEFAZ da região, por meio de pagamento de uma guia. O imposto é utilizado como ferramenta de análise da conjuntura econômica, devido a sua incidência em mercadorias que vão de combustíveis até alimentos. O ICMS representa cerca de 90% da arrecadação do Estado da Bahia, sendo a principal fonte de arrecadação dos municípios e de financiamento dos estados.

Para entregar as parcelas de ICMS aos municípios é aplicado o Índice de Participação Municipal (IPM). O IPM é um índice percentual, cujo recolhimento é de responsabilidade do governo estadual, que permite ao Estado o repasse de 25% da receita total do seu ICMS aos municípios. Funciona da seguinte maneira: do total recolhido pelos Estados, 75% se destinam ao financiamento das unidades federativas, de acordo com o Valor Adicionado Fiscal (que é a diferença entre vendas e compras no território), e 25% do valor é repassado aos municípios, segundo os critérios da legislação estadual. Na Bahia, os valores são calculados de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 13 de 1997, que estabelece o repasse considerando três índices: Índice de População, Índice de Área e Índice de Parte Igualitária. Cada um dos 27 estados tem a sua legislação acerca do ICMS, de modo que se utilizam deste imposto para alimentar guerras fiscais, ao conceder isenções e benefícios fiscais para atrair empresas para seu território.

A Figura 10 demonstra a evolução positiva na arrecadação de ICMS nos municípios baianos. Quanto à variação do valor arrecadado de ICMS no estado, observou-se que houve crescimento de 27,52% entre os anos de 2002 e 2010, e de 19,07% entre 2010 e 2018. A região imediata de Salvador é quem tem a maior participação em todo o período analisado: 82,34%

em 2002; 76,76% em 2010; e 76,84% em 2018. Vale ressaltar que quanto maior a densidade demográfica, o fluxo econômico de uma cidade, e o custo dos bens e serviços, maior será o valor do ICMS. Isto significa que no caso de existir dois municípios em condições iguais, mesmo que um município X atinja um crescimento significativo, o fato de existir um município Y com crescimento superior já é o suficiente para que este abocanhe fatias do IPM daqueles municípios com desempenhos inferiores.

Figura 10 – Evolução na arrecadação de ICMS na Bahia (2002, 2010 e 2018)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do SEFAZ-BA (2020).

A Tabela 13 mostra que os municípios de Salvador, São Francisco do Conde e Camaçari continuam no ranking de municípios baianos com maior arrecadação de ICMS em todo o período analisado.

Tabela 13 – Municípios baianos com maior arrecadação de ICMS (2002, 2010 e 2018)

	2002		2010			2018		
1º	Salvador	4.392.995.506,15	Salvador	6.428.064.841,47	=	Salvador	6.299.409.733,38	=
2º	São Francisco do Conde	3.257.956.561,57	São Francisco do Conde	3.473.953.619,40	=	São Francisco do Conde	4.511.067.298,30	=
3º	Camaçari	1.247.776.572,98	Camaçari	1.173.734.705,52	=	Camaçari	2.912.686.261,58	=
4º	Simões Filho	373.598.398,24	Feira de Santana	810.901.162,97	↑	Simões Filho	926.614.896,50	↑
5º	Feira de Santana	369.354.036,50	Simões Filho	807.538.333,91	↓	Feira de Santana	900.268.755,12	↓
6º	Ilhéus	188.586.947,76	Alagoinhas	456.022.628,74	↑	Alagoinhas	851.440.446,17	=
7º	Alagoinhas	183.658.910,91	Vitória da Conquista	335.383.559,22	↑	Lauro de Freitas	401.542.429,91	↑
8º	Itabuna	164.430.327,42	Lauro de Freitas	309.831.315,08	↑	Vitória da Conquista	380.819.384,27	↓
9º	Candeias	149.925.035,68	Itabuna	234.679.270,91	↓	Candeias	295.818.141,13	↑
10º	Catu	143.122.026,59	Ilhéus	188.031.906,37	↓	Luís Eduardo Magalhães	205.665.868,83	↑

Fonte: elaboração própria a partir de dados do SEFAZ-BA (2020).

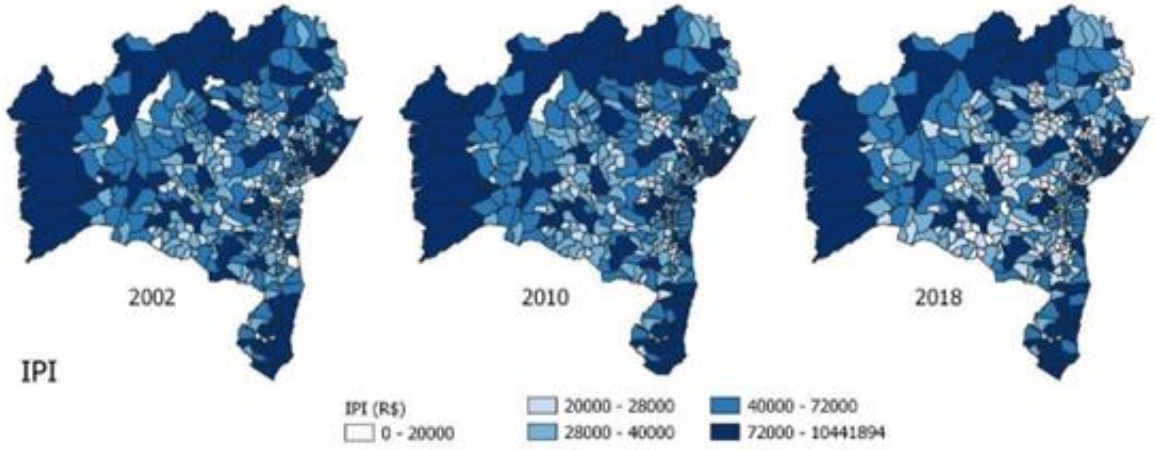
5.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI dos municípios baianos

Segundo a Constituição Federal de 1988, diante da soma da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, 10% é repassado aos estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados. Os estados então entregam aos municípios 25% dos recursos que receberam referente ao IPI,

observando os critérios descritos na Constituição Federal de 1988, como determinado nos artigos 158 e 159 (BRASIL, 1988).

Na Figura 11, no que concerne à variação do valor repassado de IPI no estado, verificou-se que houve crescimento de somente 2% entre os anos de 2002 e 2010, e uma queda brusca posteriormente, atingindo a variação percentual de -27,52% entre 2010 e 2018. Observa-se que muitos municípios têm reduzido sua participação no setor industrial no último ano analisado e, consequentemente, o repasse de IPI também, geralmente em prol do aumento do setor de serviços. A região imediata de Salvador é quem tem a maior participação de IPI em todo o período analisado: 46,51% em 2002; 44,64% em 2010; e 38,72% em 2018.

Figura 11 – Evolução no repasse de IPI na Bahia (2002, 2010 e 2018)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do SEFAZ-BA (2020).

A tabela 14 demonstra os dez municípios baianos que receberam os maiores valores de repasses de IPI nos anos de 2002, 2010 e 2018. Observa-se que Salvador, Camaçari, São Francisco do Conde e Feira de Santana permanecem, respectivamente, no topo do ranking; enquanto isso, nota-se que diversos outros municípios disputam por posições mais baixas do ranking, como Simões Filho e Candeias.

Tabela 14 – Municípios baianos com maior repasse de IPI (2002, 2010 e 2018)

	2002		2010			2018		
1º	Salvador	10.441.894,44	Salvador	9.378.029,48	=	Salvador	6.410.431,98	=
2º	Camaçari	7.007.495,16	Camaçari	6.124.978,28	=	Camaçari	3.832.888,62	=
3º	São Francisco do Conde	3.423.008,45	São Francisco do Conde	5.738.752,47	=	São Francisco do Conde	3.313.216,93	=
4º	Feira de Santana	1.922.468,00	Feira de Santana	1.830.662,22	=	Feira de Santana	2.058.339,84	=
5º	Simões Filho	1.386.601,82	Simões Filho	1.480.734,41	=	Paulo Afonso	1.237.178,18	↑
6º	Candeias	1.383.758,67	Madre de Deus	1.341.873,01	↑	Simões Filho	1.229.848,53	↓
7º	Mucuri	1.240.454,87	Jequié	943.006,21	↑	Luís Eduardo Magalhães	994.220,75	↑
8º	Ilhéus	1.118.932,44	Paulo Afonso	907.811,06	↑	Candeias	929.805,43	↑
9º	Paulo Afonso	1.062.723,95	Itabuna	905.391,09	↑	Vitória da Conquista	825.605,68	↑
10º	Madre de Deus	1.057.674,15	Candeias	870.350,30	↓	São Desidério	687.538,31	↑

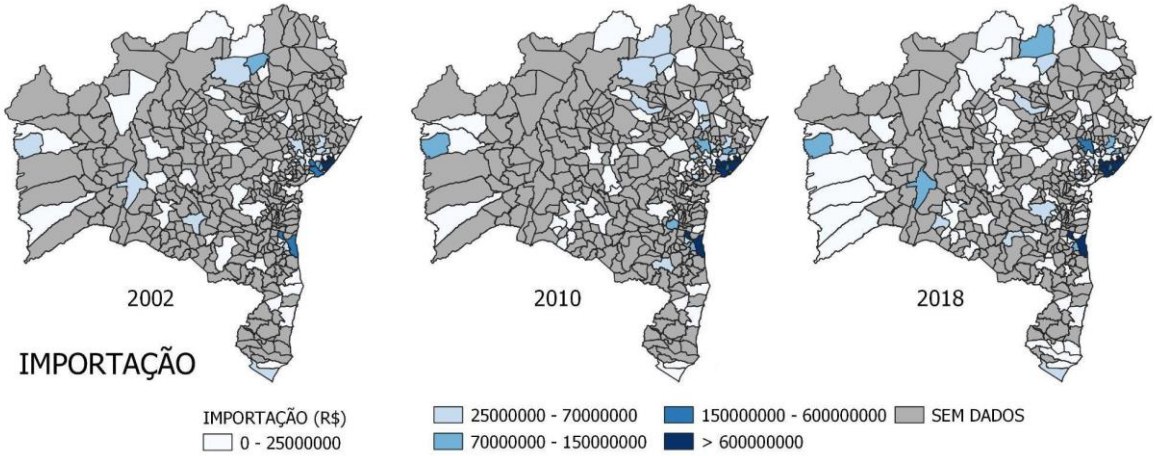
Fonte: elaboração própria a partir de dados do SEFAZ-BA (2020)

5.3 Abertura externa dos municípios baianos

5.3.1 Importações

A Figura 12 demonstra que mais municípios têm realizado operações de importações na Bahia. No que se refere à variação do valor de importações no estado, verificou-se que houve crescimento de 65,78% entre os anos de 2002 e 2010, e uma variação de somente 3,45% entre 2010 e 2018. Nota-se crescimento nos anos analisados para as regiões imediatas de Teixeira de Freitas, Juazeiro, Santa Maria da Vitória, Ilhéus-Itabuna, Feira de Santana, Barreiras e Salvador. No entanto, ainda assim, a região imediata de Salvador é quem tem a maior participação em todo o período analisado: 84,44% em 2002; 88,31% em 2010; e 87,29% em 2018. De modo geral, apesar dos novos adensamentos espaciais, a RMS ainda é quem mais demanda produtos no mercado exterior. Assim, no quesito importações, vê-se, claramente, uma grande heterogeneidade na atividade econômica, posto que diversos municípios não realizaram importações no período de análise, embora possa se identificar uma quantidade maior de municípios com importações no último ano da série.

Figura 12 – Evolução das importações na Bahia (2002, 2010 e 2018)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Comex Stat (2020).

A Tabela 15 refere-se aos dez municípios baianos com maiores volumes de importações. Nota-se que o município de Camaçari permanece liderando o ranking em todo o período analisado, assim como outros municípios intensivos em indústria. Isto ocorre porque os insumos industriais possuem participação significativa na pauta de importação do estado da Bahia, principalmente nos setores metalmecânico, metalúrgico, automotivo, elétrico e petrolífero.

Tabela 15 – Municípios baianos com maiores valores de importação (2002, 2010 e 2018)

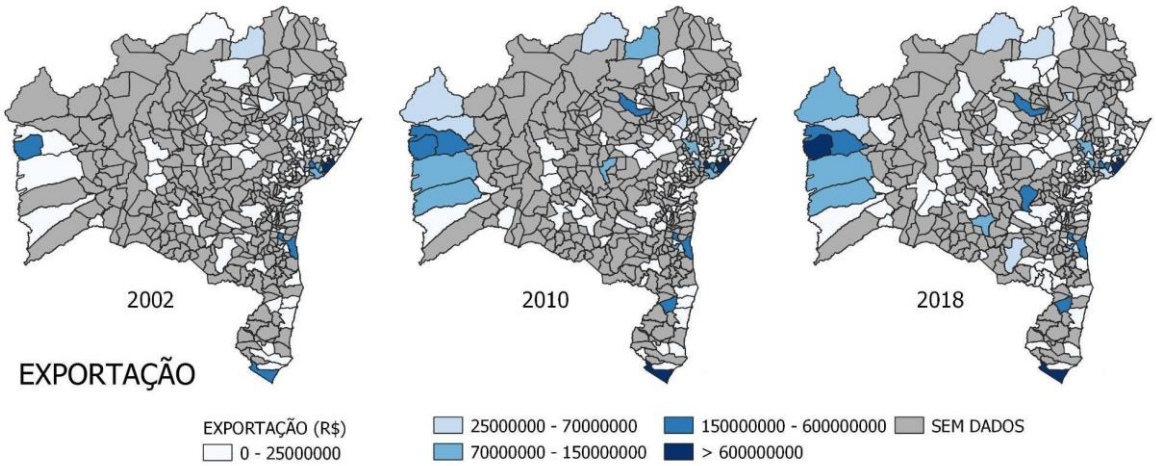
	2002		2010			2018		
1º	Camaçari	1.244.509.462,00	Camaçari	3.127.736.527,62	=	Camaçari	3.600.663.648,00	=
2º	Dias d'Ávila	276.884.930,00	Dias d'Ávila	1.274.082.933,12	=	Salvador	885.140.860,00	↑
3º	Ilhéus	241.126.291,00	São Francisco do Conde	801.326.141,52	=	Dias d'Ávila	822.634.412,00	↓
4º	Salvador	218.875.210,40	Salvador	647.069.788,92	=	Candeias	722.100.378,00	↑
5º	São Francisco do Conde	218.534.374,80	Candeias	441.832.501,80	=	São Francisco do Conde	558.504.357,00	↓
6º	Candeias	128.006.670,40	Ilhéus	394.049.205,72	=	Ilhéus	289.586.126,00	=
7º	Simões Filho	91.846.154,40	Simões Filho	250.434.060,00	=	Simões Filho	226.624.758,00	=
8º	Jaguarari	26.164.220,60	Feira de Santana	127.733.595,96	↑	Feira de Santana	143.258.387,00	=
9º	Catu	19.799.453,80	Lauro de Freitas	100.362.232,44	↑	Conceição do Jacuípe	124.345.756,00	↑
10º	Bom Jesus da Lapa	18.894.969,80	Conceição do Jacuípe	76.209.351,12	↑	Alagoinhas	85.876.828,00	↑

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Comex Stat (2020).

5.3.2 Exportações

A Figura 13 demonstra que mais municípios estão realizando operações de exportações na Bahia. Observa-se que as regiões imediatas de Barreiras e de Salvador são as que possuem maior concentração espacial na atividade exportadora, justificada respectivamente pela agropecuária e pelo fluxo na RMS. Porém, observa-se uma o crescimento tímido da atividade exportadora nas regiões imediatas de Juazeiro, Jequié e Eunápolis-Porto Seguro. Em relação à variação no valor exportado pelo estado, observou-se que entre os anos de 2002 e 2010 houve crescimento de 66,50%, já entre os anos de 2010 e 2018 houve uma queda significativa de -21,91%. A região imediata de Salvador é quem tem a maior participação em todo o período analisado: 70,08% em 2002; 57,74% em 2010; e 41,42% em 2018, seguidas pelas regiões imediatas de Teixeira de Freitas e Barreiras. A pauta baiana de exportações se baseia na agricultura, matérias-primas não comestíveis, artigos manufaturados de pouca agregação de valor, produtos químicos, e combustíveis e lubrificantes de pouca densidade tecnológica.

Figura 13 – Evolução das exportações na Bahia (2002, 2010 e 2018)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Comex Stat (2020).

A Tabela 16 refere-se aos dez municípios baianos com maiores volumes de exportações, onde os municípios de Camaçari, Mucuri e Dias d'Ávila permaneceram na mesma posição no período analisado. Neste ranking podemos ver cidades intensivas em diferentes setores, desde Camaçari (com seu polo petroquímico), passando por Luís Eduardo Magalhães (conhecida pela agricultura), até Teofilândia e Jacobina (famosas por terem minas de ouro).

Tabela 16 – Municípios baianos com maiores valores de exportação (2002, 2010 e 2018)

	2002		2010			2018		
1º	Camaçari	1.070.186.621,00	Camaçari	2.707.113.341,64	=	Camaçari	1.789.500.296,00	=
2º	São Francisco do Conde	599.717.560,40	São Francisco do Conde	1.604.935.070,34	=	Luís Eduardo Magalhães	1.149.995.144,00	↑
3º	Dias d'Ávila	215.538.208,20	Mucuri	1.052.239.389,12	=	Mucuri	922.969.509,00	=
4º	Mucuri	214.363.979,20	Dias d'Ávila	692.804.554,02	=	Dias d'Ávila	592.673.142,00	=
5º	Ilhéus	194.962.152,00	Luís Eduardo Magalhães	566.424.936,06	↑	São Francisco do Conde	369.613.418,00	↓
6º	Luís Eduardo Magalhães	153.042.493,80	Eunápolis	503.055.636,36	↑	Maracás	357.438.114,00	↑
7º	Simões Filho	143.348.510,20	Ilhéus	306.341.165,94	↓	Eunápolis	340.770.047,00	↓
8º	Candeias	141.977.536,40	Barreiras	298.305.274,02	↑	Candeias	276.159.366,00	↑
9º	Salvador	70.073.749,20	Candeias	185.881.537,20	↓	Barreiras	257.518.863,00	↓
10º	Teofilândia	64.229.187,40	Jacobina	165.756.595,08	↑	Ilhéus	181.233.255,00	↓

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Comex Stat (2020).

5.3.3 Saldo da balança comercial

A Tabela 17 demonstra os dez municípios baianos com maior superávit da balança comercial, onde podem ser vistos municípios intensivos em exploração de petróleo, ouro e agricultura, que exportam matérias-primas para outros setores. Nota-se que as cidades significativamente e exclusivamente intensivas em indústria não se encontram presentes.

Tabela 17 – Municípios baianos com maior superávit da balança comercial (2002, 2010 e 2018)

	2002		2010			2018		
1º	São Francisco do Conde	381.183.185,60	Mucuri	1.047.909.769,44	↑	Luís Eduardo Magalhães	1.119.549.240,00	↑
2º	Mucuri	208.477.417,40	São Francisco do Conde	803.608.928,82	↓	Mucuri	904.726.835,00	↓
3º	Luís Eduardo Magalhães	141.316.268,80	Luís Eduardo Magalhães	531.338.120,94	=	Maracás	357.324.555,00	↑
4º	Teofilândia	63.948.840,20	Eunápolis	501.524.103,36	↑	Eunápolis	337.410.686,00	=
5º	Juazeiro	51.778.328,00	Barreiras	296.909.108,04	↑	Barreiras	253.229.856,00	=
6º	Simões Filho	51.502.355,80	Jacobina	157.079.817,96	↑	Jacobina	166.063.361,00	=
7º	Cachoeira	32.036.044,60	Correntina	142.783.225,02	↑	Brumado	129.238.538,00	↑
8º	Pojuca	16.411.348,80	São Desidério	93.576.993,48	↑	Correntina	114.020.933,00	↓
9º	Conceição do Coité	15.943.092,20	Andaraí	87.472.907,94	↑	Formosa do Rio Preto	106.663.348,00	↑
10º	Valença	15.568.263,20	Barro Preto	86.823.585,60	↑	Pojuca	89.212.241,00	↑

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Comex Stat (2020).

A Tabela 18 se refere aos dez municípios baianos com maior déficit da balança comercial. Nesta tabela podem ser vistos municípios intensivos em indústria, que costumam importar combustíveis e bens de capital.

Tabela 18 – Municípios baianos com maior déficit da balança comercial (2002, 2010 e 2018

	2002		2010			2018		
1º	Camaçari	- 174.322.841,00	Dias d'Ávila	- 581.278.379,10	↑	Camaçari	- 1.811.163.352,00	↑
2º	Salvador	- 148.801.461,20	Salvador	- 522.404.192,88	=	Salvador	- 826.693.671,00	=
3º	Dias d'Ávila	- 61.346.721,80	Camaçari	- 420.623.185,98	↓	Candeias	- 445.941.012,00	↑
4º	Ilhéus	- 46.164.139,00	Candeias	- 255.950.964,60	↑	Dias d'Ávila	- 229.961.270,00	↓
5º	Jaguarari	- 26.164.220,60	Simões Filho	- 137.927.847,60	↑	São Francisco do Conde	- 188.890.939,00	↑
6º	Catu	- 19.642.037,80	Ilhéus	- 87.708.039,78	↓	Simões Filho	- 175.329.837,00	↓
7º	Bom Jesus da Lapa	- 18.894.969,80	Lauro de Freitas	- 81.959.668,44	↑	Conceição do Jacuípe	- 118.699.118,00	↑
8º	Itabuna	- 11.871.133,40	Conceição do Jacuípe	- 68.933.750,28	↑	Ilhéus	- 108.352.871,00	↓
9º	Campo Formoso	- 10.605.257,60	Itagibá	- 35.817.695,34	↑	Alagoinhas	- 84.421.977,00	↑
10º	Alagoinhas	- 5.379.603,60	Catu	- 30.169.509,48	↓	Feira de Santana	- 50.958.602,00	↑

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Comex Stat (2020).

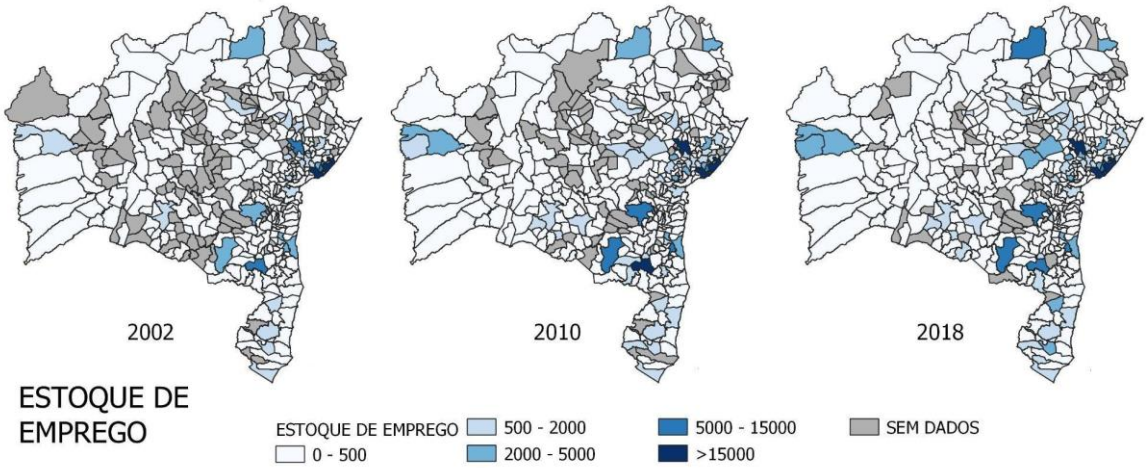
O estudo demonstrou que 233 municípios baianos não realizaram transações com o comércio exterior nos anos analisados, o equivalente a 55,88% do Estado da Bahia. Apenas 10 das 34 regiões imediatas têm mais da metade dos municípios no mercado externo: Itapetinga (todos os 6 municípios), Cruz das Almas (11 municípios do total de 12), Salvador (14 municípios do total de 16), Valença (7 municípios do total de 8), Conceição do Coité (6 municípios do total de 7), Serrinha (4 municípios do total de 5), Seabra (6 municípios do total de 10), Nazaré-Maragogipe (4 municípios do total de 7), Santa Maria da Vitória (4 municípios do total de 7) e Teixeira de Freitas (7 municípios do total de 13). A maioria destas regiões imediatas são compostas por poucos municípios, o que dificulta o desenvolvimento de heterogeneidade intrarregional. Observou-se também que as regiões imediatas que apresentaram mais municípios fora do comércio internacional foram àquelas com maior número total de municípios. São elas: Vitória da Conquista (21 municípios do total de 30), Feira de Santana (19 municípios do total de 33), Ilhéus-Itabuna (15 municípios do total de 22), Guanambi (15 municípios do total de 24), Irecê (13 municípios do total de 19), Barreiras (11

municípios do total de 17), Jacobina e Jequié (ambas com 10 municípios do total de 16), e Alagoinhas (9 municípios do total de 17). Ademais, uma única região imediata mostrou-se totalmente fora do comércio internacional: Jeremoabo.

5.4 Estoque de emprego industrial

Na Figura 14, podemos observar onde se concentra o emprego industrial no território baiano, assim como sua evolução. De modo geral, no ano de 2010, mais municípios tiveram participação do emprego industrial, em comparação a 2002. No ano de 2018 também podemos observar mais municípios com participação da indústria no seu estoque de emprego. No entanto, verifica-se também que alguns dos municípios que cresceram no período anterior regrediram, reduzindo o estoque de emprego industrial até a zero novamente em alguns casos.

Figura 14 – Evolução do emprego industrial nos municípios baianos (2002, 2010 e 2018)



Fonte: elaboração própria a partir de dados de BRASIL (2020).

Ao realizar a verificação da variação do estoque de emprego industrial no estado, observou-se que entre os anos de 2002 e 2010 houve crescimento de 45,03%, mas entre 2010 e 2018 houve a queda percentual de -1,88%. A região imediata de Salvador é quem tem a maior participação em todo o período analisado: 46,67% em 2002; 42,67% em 2010; e 41,73% em 2018, seguida da região imediata de Feira de Santana.

Tabela 19 – Municípios baianos com maior estoque de emprego formal (2002, 2010 e 2018)

	2002		2010			2018		
1º	Salvador	27.137	Salvador	42.888	=	Salvador	42.433	=
2º	Camaçari	15.212	Camaçari	28.359	=	Camaçari	27.266	=
3º	Feira de Santana	12.388	Feira de Santana	20.763	=	Feira de Santana	19.158	=
4º	Simões Filho	8.232	Itapetinga	15.232	↑	Vitória da Conquista	10.850	↑
5º	Itapetinga	5.082	Simões Filho	12.117	↓	Simões Filho	8.701	=
6º	Juazeiro	4.635	Vitória da Conquista	8.312	↑	Lauro de Freitas	6.674	↑
7º	Itabuna	4.101	Lauro de Freitas	7.173	↑	Itapetinga	5.653	↓
8º	Lauro de Freitas	3.354	Jequié	6.627	↑	Jequié	5.367	=
9º	Jequié	3.164	Itabuna	5.874	↓	Juazeiro	5.334	↑
10º	Vitória da Conquista	3.031	Dias d'Ávila	4.374	↑	Itabuna	5.220	↓

Fonte: elaboração própria a partir de dados do BRASIL (2020).

Observa-se que a Bahia acompanha a tendência atual de retração do emprego industrial, o qual tem ocorrido principalmente devido ao protagonismo do terceiro setor e a automatização do setor. No entanto, no caso baiano, associado aos problemas citados, soma-se também a perda de competitividade e os problemas referentes à infraestrutura e custos, contribuindo para o aumento nas demissões.

5.5 Análise da correlação das principais variáveis

Nesta seção foi realizado o cálculo do coeficiente de correlação entre: os valores de VAB para os setores, de IPI e de emprego industrial em relação ao PIB; o VAB da indústria em relação ao IPI; e o emprego industrial e o VAB da indústria. O intuito foi compreender o quanto estas variáveis estão relacionadas entre si, o nível de intensidade e a direção do relacionamento linear entre elas.

Como resultado, podemos observar na Tabela 20 que os VAB da indústria, serviços e setor público apresentaram coeficientes de correlação de forte intensidade, o que implica afirmar que a produção setorial destes setores e a total possuem um relacionamento linear positivo, onde destaca-se mais o setor de serviços, o que demonstra o que a Bahia acompanha a tendência mundial de crescimento e consolidação do setor. Por outro lado, o VAB da agropecuária em relação ao PIB obteve como resultado uma correlação muito fraca, demonstrando que as variáveis seguem caminhos independentes, o que indica uma perda da importância econômica relativa do setor no conjunto dos municípios baianos nos anos analisados.

Tabela 20 – Coeficiente de correlação entre variáveis dentre os municípios baianos (2002, 2010 e 2018)

Correlação entre as variáveis:	2002	2010	2018
VAB Agropecuária e PIB	0,06927	0,05621	0,10024
VAB Indústria e PIB	0,85987	0,91699	0,82422
VAB Serviços e PIB	0,97504	0,98240	0,97934
VAB Setor Público e PIB	0,97207	0,97516	0,96695
IPI e PIB	0,83025	0,90017	0,93828
Emprego industrial e PIB	0,91298	0,87741	0,94118
VAB Indústria e IPI	0,94315	0,94249	0,91982
Emprego industrial e VAB Indústria	0,87055	0,89806	0,85548

Fonte: elaborado pela autora.

Os resultados do cálculo de correlação entre o VAB da indústria e a arrecadação de IPI, e o emprego industrial e o VAB da indústria também foram de alta associação e positiva, como esperado. Isto significa afirmar que tanto o IPI como o emprego industrial possuem um forte grau de associação com a produção industrial, de modo que as variáveis caminham na mesma direção.

Pode-se notar que os resultados de todos os cálculos de correlação indicam não pairar dúvidas sobre a grande importância econômica ainda do setor industrial para os municípios baianos.

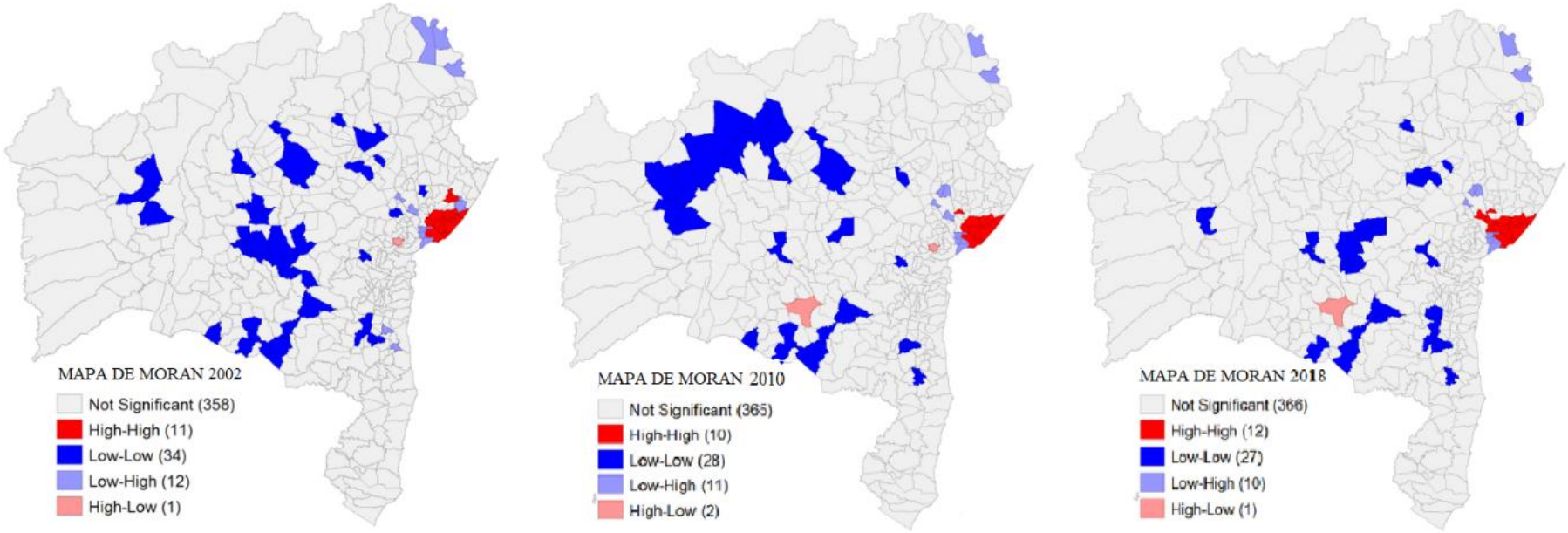
5.6 Dependência espacial entre as regiões imediatas baianas

Neste tópico, houve a aplicação do LISA, permitindo verificar como a variável VAB da indústria se comporta em cada município baiano, frente à média global e os valores dos vizinhos.

Por meio da Figura 15, extraiu-se o resultado da análise de autocorrelação espacial do VAB industrial, para os três anos em que o cálculo desse índice foi aplicado (2002, 2010 e 2018). No levantamento do ano de 2002, foi possível verificar a presença de 45 *clusters*, dos quais 11 apresentaram o padrão *high-high* e 34 do padrão *low-low*, além de 13 *outliers*, sendo 1 *high-low* e 12 *low-high*. Para o ano seguinte analisado, em 2010, foram identificados 38 *clusters*, dos quais 10 apresentaram o padrão *high-high* e 28 do padrão *low-low*, além de 13 *outliers*, sendo 2 *high-low* e 11 *low-high*. Já para 2018, foram encontrados 39 *clusters*, dos quais 12 apresentaram o padrão *high-high* e 27 do padrão *low-low*, além de 11 *outliers*, sendo 1 *high-low* e 10 *low-high*. Em cada análise, o número de municípios não-significativos foi de 358, 365

e 366, respectivamente. Ademais, foi constatado que a maioria dos municípios fazem fronteira com outros 5 ou 6 municípios.

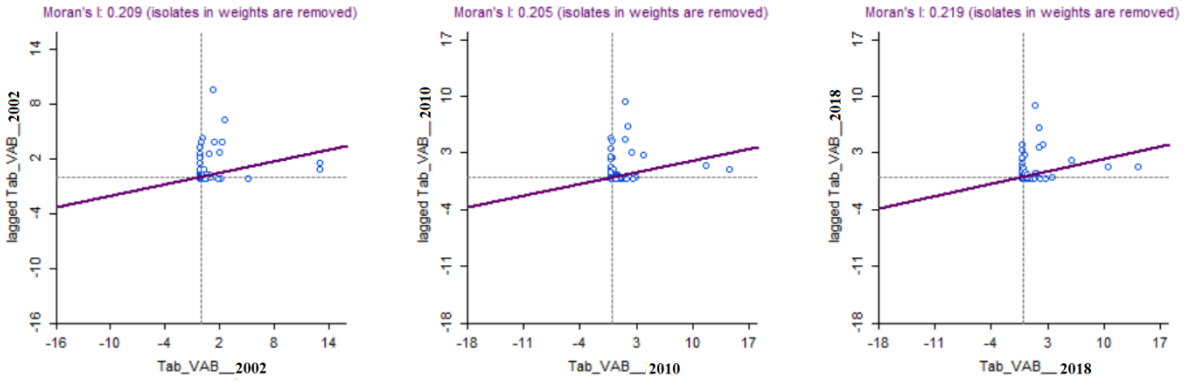
Figura 15 – Mapas de autocorrelação espacial do Valor Adicionado Bruto da indústria dos municípios baianos (2002, 2010 e 2018)



Fonte: elaborado pela autora.

O gráfico de dispersão de Moran (Figura 16) mostra no eixo horizontal o VAB industrial para 2002, 2010 e 2018, respectivamente e, na direção vertical, a defasagem espacial da variável no mesmo período. O gráfico de dispersão de Moran pode classificar os municípios de acordo com quatro estados espaciais diferentes. A maioria dos municípios está localizado no quadrante Q2 (*low-low*), de maneira bastante concentrada, para todos os anos avaliados no presente trabalho, o que indica que cidades com baixa produtividade industrial são vizinhas de outras na mesma situação. Também se verifica vários municípios, em menor concentração, nos quadrantes Q1 (*high-high*), de maneira bastante dispersa, e Q4 (*low-high*), além de um número irrisório de municípios no quadrante Q3 (*high-low*). Observa-se que a maioria dos municípios configuram um núcleo compacto e denso em relação ao valor adicionado da indústria. No entanto, nota-se ainda a dispersão de alguns pontos no quadrante Q1, onde podemos observar os municípios de Camaçari, Simões Filho, Lauro de Freitas, Salvador, Candeias, Dias d'Ávila e São Francisco do Conde em todos os anos analisados; e Mata de São João somente em 2002. Todos são municípios pertencentes à região imediata de Salvador.

Figura 16 – Diagramas de dispersão de Moran do Valor Adicionado Bruto da indústria dos municípios baianos (2002, 2010 e 2018)

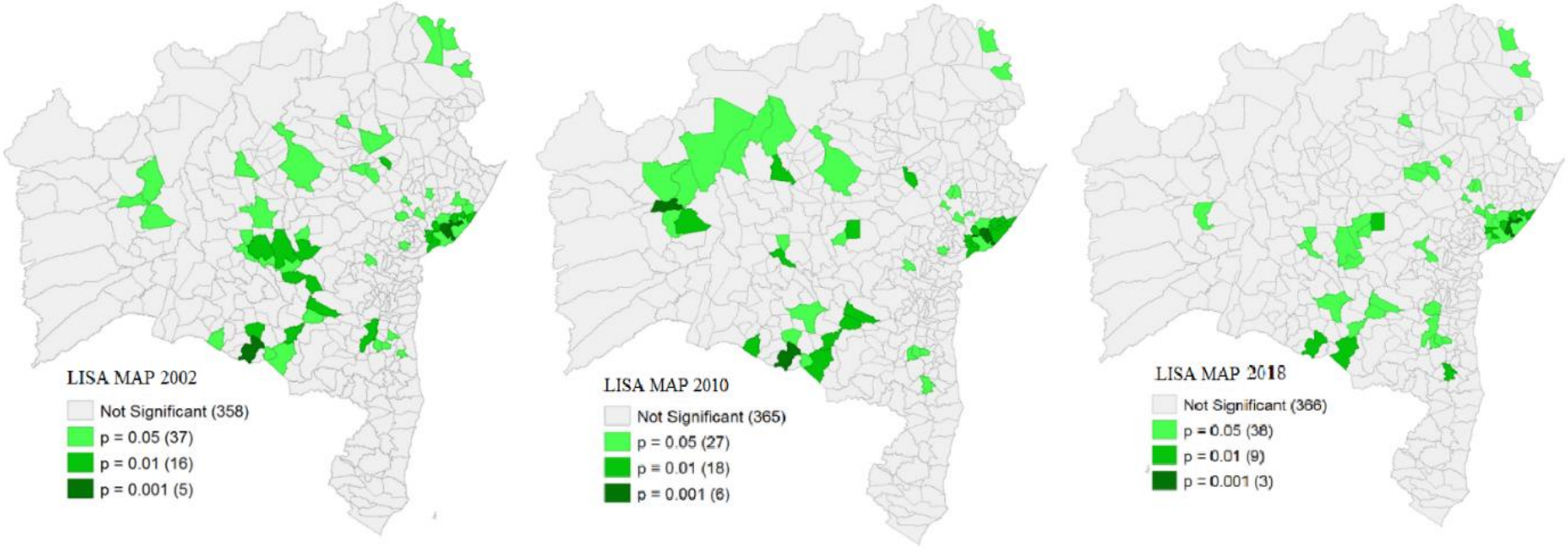


Fonte: elaborado pela autora.

A Figura 17 indica os municípios que apresentam dependência espacial significativa, possuindo Índice Local de Moran com significância de 95%, 99% e 99,9%. Verifica-se a presença de clusters de valores baixos e altos, assegurando o resultado dos mapas de Moran da Figura 15. Esta avaliação de significância permite identificar as áreas que possuem uma dinâmica espacial própria, merecendo uma análise detalhada. A indústria não tem influência sobre a maioria dos municípios baianos, de maneira que a dependência espacial não foi considerada estatisticamente significativa para a maioria dos municípios. Mais uma vez,

observa-se que os municípios mais significativos se encontram na Região Imediata de Salvador todos os anos.

Figura 17 – Mapas de significância de Moran do Valor Adicionado Bruto da indústria dos municípios baianos (2002, 2010 e 2018)



Fonte: elaborado pela autora.

6 O PAPEL DA INDÚSTRIA NA CONFIGURAÇÃO DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA

A Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, possibilitou o ordenamento jurídico no que se refere aos processos orçamentários, propiciando a criação de novos instrumentos legais, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), as quais são chamadas de Instrumentos Orçamentários, e formam o que é conhecido como Modelo Orçamentário Brasileiro.

Neste modelo, os representantes do Poder Executivo (Presidente da República, governadores e prefeitos) devem elaborar três leis e encaminhar ao Poder Legislativo (Congresso Nacional, assembleias estaduais/distritais e câmaras municipais) para aprovação, estabelecendo programas e ações prioritárias para um determinado período, fixando um valor máximo de gasto e especificando a origem dos recursos que serão despendidos.

Considerando que os documentos acima citados apresentam o escopo das ações que o governo pretende realizar para um período de quatro anos (PPA), com desdobramentos anuais por meio das diretrizes orçamentárias (LDO) e do orçamento anual (LOA), esta pesquisa considerou, na ausência de documentos do governo relativos a planos e políticas industriais para o período analisado, o planejamento governamental como indicativo das ações prol industrialização, sendo utilizados como parâmetro para a análise institucional do estado diante das atividades da indústria.

Além disso, por se considerar o PPA e a LDO como instrumentos que direcionam o planejamento governamental para uso do orçamento anual, não serão feitas análises da LOA por se entenderem suficientes as políticas e propostas previstas no PPA e na LDO.

O PPA define as diretrizes, objetivos e metas para a implementação do planejamento nas atividades governamentais de médio e longo prazo, estabelecendo diretrizes e metas por um prazo de quatro anos, seja no país, estado ou município. O PPA tem conteúdo voltado para as estratégias de governo ou políticas que durem mais de um ano, posto que serve como um guia para a LDO e a LOA. O PPA também garante a continuidade dos projetos públicos, uma vez que contempla dois diferentes mandatos, onde o sucessor deverá necessariamente executar o planejamento elaborado por seu antecessor.

A LDO, por sua vez, serve para detalhar e organizar os objetivos e metas do PPA para o ano seguinte. Cada esfera do Poder Executivo deve enviar aos seus respectivos órgãos do Poder Legislativo um projeto de lei contemplando o plano para o ano seguinte, por exemplo, se a meta traçada pelo PPA prevê a ampliação da indústria no território baiano, na LDO do ano

seguinte pode ser incluída como meta “viabilizar a instalação de 100 empresas no estado baiano”, “financiar 10 projetos de grande impacto à matriz industrial baiana” ou “gerar 2.000 novos empregos na Bahia”. A LDO então funciona como um elo entre o PPA e a LOA, sintonizando as metas do PPA com as condições econômicas e fiscais de cada exercício.

A LDO é dividida em três anexos: metas prioritárias, metas fiscais e riscos fiscais. O anexo de metas e prioridades define a alocação de recursos para os temas abordados como relevantes no planejamento orçamentário governamental. O anexo de metas fiscais estipula os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais, rumo à condução da política de governo.

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, por sua vez, determina que no anexo de metas estejam estabelecidas as metas anuais, avaliação do cumprimento do ano anterior, comparação, patrimônio líquido, origem e aplicação, situação financeira, etc. O anexo de riscos fiscais demonstra as possibilidades de eventos que possam impactar negativamente nas contas públicas (como epidemias, secas e inundações, entre outros). Vale ressaltar que se o evento tiver episódios repetitivos, ele deixa de ser considerado um risco e passa a ser tratado como mais uma meta.

Já a LOA fixa o teto de gastos em cada programa e ação no próximo ano, além de descrever a origem dos recursos, evidenciando a política econômico-financeira do governo. A LOA estima as receitas, utilizando como base a série histórica de arrecadação, analisando a previsão de crescimento ou redução de sua receita, com base nos movimentos do mercado. A LOA se divide em três orçamentos: fiscal, que se refere ao custeio da máquina pública, com os dispêndios dos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração; de investimentos, que abrange as obras e incrementos, como aquisição de bens do ativo imobilizado, onde a União detenha a maior parte do capital social com direito a voto; e de Seguridade Social, que está destinado ao custeio das despesas relacionadas à previdência social, à assistência social e à saúde pública.

Anteriormente ao período analisado no escopo deste trabalho, ou seja, 2002–2018, a Bahia implementou dois planos plurianuais: PPA 1991–1995 e 1996–1999, os quais não foram analisados neste estudo, uma vez que fogem do período interessado.

O PPA da Bahia (2000-2003) deu ênfase a três programas a partir de uma gestão espacial: Cidades-Líderes, Faz Cidadão e Sertão Forte. A diretriz das Cidades-Líderes era de promover a interiorização do desenvolvimento econômico a partir das 25 maiores cidades do estado, exceto os da RMS, com implantação e, ou reforço da infraestrutura econômica, qualificação da mão de obra, melhoria da educação e aparato municipal. O Faz Cidadão buscava elevar o desenvolvimento dos 100 municípios baianos com menores indicadores

socioeconômicos, diminuindo a pobreza através da melhora da educação, trabalho, saúde, segurança e infraestrutura. Por fim, o Sertão Forte era voltado para o semiárido baiano, marcado pelas constantes secas. Assim, o programa pretendia criar políticas de geração de renda para que o baiano tivesse condições de viver em tal ambiente (VIEIRA et al, 2000).

A LDO de 2003 tinha como meta prioritária para a indústria "criar oportunidade de negócios atraindo indústrias e aumentando a competitividade setorial no Estado", através de 70 financiamentos concedidos do Probahia/Fundese, um financiamento concedido do Protec/Fundese e outro financiamento do Programa de Fomento a Área Metalmecânica (BAHIA, 2002b)

Na Lei n.º 8267, de 28 de junho de 2002, que trata da LDO para o exercício de 2003, constavam como diretrizes para a indústria: "a promoção da competitividade da economia baiana, com ênfase para incorporação de novas tecnologias, a agregação de valor ao parque produtivo e o desenvolvimento de atividades sinérgicas no âmbito de cadeias produtivas selecionadas" e o "fomento às atividades do complexo agroindustrial, sobretudo as de maior inserção mercadológica e maior efeito multiplicador da renda" (BAHIA, 2002c, s.p.).

Através da Lei nº 8.885, de 17 de novembro de 2003, foi instituído o Plano Plurianual para o período de 2004-2007. O PPA foi criado para ser um instrumento balizador do planejamento de curto, médio e longo prazo, potencializando o alcance das ações para uma Bahia “socialmente justa e coesa, com uma economia competitiva e diversificada, espacialmente integrada e ambientalmente limpa”. Para o período, foram definidas cinco estratégias. A “Bahia de toda gente” foi uma estratégia do poder executivo, onde a linha de intervenção foi desenvolvida para se voltar para a assistência social, para o amparo e defesa do cidadão, e para a qualidade de vida e promoção da cidadania. A estratégia “Riquezas da boa terra” focava na recuperação de recursos degradados, uso sustentável dos recursos culturais e naturais, e educação ambiental. A “Caminhos da Bahia” intervia na reestruturação da matriz energética e articulação logística interna e em escala internacional. A “Gestão solidária e governo competente” se voltava para a produção de informação e conhecimento, qualidade na prestação de serviços públicos e valorização do servidor. Por fim, a “Bahia que faz” foi desenvolvida para o adensamento da matriz econômica, fortalecimento tecnológico, atração de empresas, internacionalização da economia baiana e inclusão socioeconômica (BAHIA, 2003a, s.p.). Observa-se a preocupação com o avanço tecnológico que, como consequência, acarretou na implementação do INOVATEC, em 2007.

No PPA 2004-2007 observa-se o discurso de interiorização das indústrias internacionais de médio porte no estado, junto com a sustentabilidade. Diante dos resultados desta pesquisa,

não foram encontradas políticas relacionadas a este âmbito implementadas no período. De qualquer forma, este torna-se o primeiro plano participativo, construído junto à escuta da comunidade, um grande avanço para o governo entender e atender as demandas de seus cidadãos. Apesar de o PPA se comprometer com a redução das desigualdades, este manteve-se priorizando a distribuição dos recursos orçamentários para a RMS.

Em relação à LDO de 2004, não existe registro do anexo de metas prioritárias, posto que ainda não havia um PPA aprovado no momento de envio da LDO para aprovação da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Assim, o Poder Executivo não inclui na LDO o anexo de metas e prioridades, posto que estas devem estar subordinadas ao PPA. Ressaltam-se na referida Lei nº 8640, de 16 de julho de 2003, as seguintes linhas de aplicação para a indústria: o "apoio financeiro a empreendimentos que, desejando implantar-se na Bahia, façam opção pelo reaproveitamento de construções civis e instalações industriais desativadas, ou, excepcionalmente, a ampliação e construção de novas instalações", o "fomento à implantação de empresas do setor automotivo", "apoio à incubação de empresas e à implantação de empresas de informática, eletro-eletrônica, telecomunicações e de transformação plástica" e o "fomento a programas e projetos que visem estimular, em padrões competitivos, o desenvolvimento dos setores agropecuários, agroindustrial e pesqueiro" (BAHIA, 2003b, s.p.). Esta LDO demonstra a preocupação com o apoio de empresas que explorem desde os setores agrários, até os de tecnologia, transformação, entre outros.

No ano seguinte, a LDO de 2005 apresentou como metas prioritárias para o segundo setor: "viabilizar a instalação de 60 micros e pequenas indústrias em distritos e polos industriais baianos, assegurando 2.000 novos empregos" e "dinamizar a economia baiana através do financiamento de 920 projetos de interesse social, 250 projetos nos setores agropecuários, agroindustrial e pesqueiro, 4 projetos para reaproveitamento de construções civis e instalações industriais desativadas e 10 projetos de grande impacto na sua matriz industrial" (BAHIA, 2004a, s.p.). A metodologia dessa LDO se altera e suas metas prioritárias são quantificadas, o que facilita na análise de desempenho. Observa-se a atenção dada à relação entre o âmbito social e industrial. A Lei nº 9.197, de 28 de julho de 2004, que dispunha sobre a LDO para o exercício de 2005, destacava como linhas de aplicação para a indústria: "fomento a programas e projetos que visem estimular, em padrões competitivos, o desenvolvimento dos setores agropecuário, agroindustrial e pesqueiro, inclusive visando à interiorização desses empreendimentos"; o "fomento à exportação de produtos fabricados no Estado"; e o "fomento à implantação de empreendimentos de relevante interesse para a matriz industrial do Estado através de equalização de prazo e taxas de juros" (BAHIA, 2004b, s.p.). Nota-se que esta LDO

traz novidades: o fomento à exportação e por meio de equalização de prazo e taxa de juros. A metodologia retorna para a generalização de metas, dificultando a mensuração dos resultados.

No ano seguinte, a metodologia quantitativa no tratamento das metas permanece, assim como algumas metas generalizadas. A LDO de 2006, instituída por meio da Lei nº 9.586, de 14 de julho de 2005, exibe como metas prioritárias para a indústria: "ampliar a competitividade da produção industrial, viabilizando a implantação de 53 novos investimentos industriais em distritos e polos baianos, gerando 16.900 novos empregos"; "dinamizar a economia baiana mediante apoio a 250 projetos que visem estimular, em padrões competitivos, o desenvolvimento dos setores agropecuários, agroindustriais e pesqueiros, promovendo a interiorização desses empreendimentos"; e "estimular a economia baiana, com o financiamento para implantação de 10 projetos de relevante interesse para a matriz industrial do Estado" (BAHIA, 2005a, s.p.). São descritas como linhas de aplicação para o segundo setor: o "apoio financeiro a empreendimentos que desejam se implantar na Bahia, com o reaproveitamento de construções civis e instalações industriais desativadas, ou, excepcionalmente, mediante a ampliação e construção de novas instalações", similar às linhas da LDO 2004; o "fomento à exportação de produtos fabricados no Estado", o "fomento a programas e projetos que visem estimular, em padrões competitivos, o desenvolvimento dos setores agropecuário, agroindustrial e pesqueiro, inclusive incentivando à interiorização de empreendimentos dessa natureza e a geração de emprego" e o "fomento à implantação de empreendimentos de relevante interesse para a matriz industrial do Estado através de equalização de prazo e taxas de juros", assim como a LDO 2005 (BAHIA, 2005b, s.p.).

A LDO para o exercício de 2007 é instituída por meio da Lei nº 10.217, de 26 de julho de 2006, contendo as mesmas linhas de aplicação da LDO do ano anterior, no que se refere à indústria. Por outro lado, as metas prioritárias da LDO para a indústria se alteram e consistem em: "Implementar 35 novos investimentos em distritos e polos industriais baianos, gerando 7.000 novos empregos"; "dinamizar a economia baiana mediante apoio a 120 projetos que visem estimular padrões competitivos dos setores agropecuário, agroindustrial e pesqueiro, promovendo a interiorização desses empreendimentos"; e "ampliar em 158% a instalação de novos empreendimentos agroindustriais no estado, atraindo mais 30 empresas do ramo, através da divulgação das oportunidades de investimento no agronegócio baiano" (BAHIA, 2006a, s.p.).

A LDO para o exercício de 2008 foi instituída por meio da Lei nº 10.648, de 26 de julho de 2007. Destaca-se que não existe o anexo das metas prioritárias referente a este exercício, posto que ainda não havia PPA aprovado, porém são ressaltadas como linhas de aplicação para

a indústria: o "apoio financeiro a empreendimentos que, de acordo com as diretrizes das políticas estadual e nacional para os setores de produção agrícola, agroindustrial, industrial, comercial e de serviços, visem implementar cadeias produtivas voltadas tanto para o mercado interno quanto para o internacional, que pretendam implantar-se na Bahia, reaproveitar estruturas físicas e instalações desativadas e ampliar seus parques já instalados em territórios do Estado"; o "apoio prioritário a empreendimentos voltados para agregação de valor à produção de micro e pequenas empresas e à unidades agrícolas e agroindustriais de base familiar, individuais ou organizadas em aglomerações produtivas"; o "fomento à exportação de produtos fabricados no Estado"; o "fomento a programas e projetos que visem estimular, em padrões competitivos, o desenvolvimento: dos setores agropecuário, agroindustrial e pesqueiro, inclusive incentivando a interiorização de empreendimentos dessa natureza e a geração de emprego; b) da micro e pequena empresa de base familiar nos demais setores da economia do Estado"; e o "fomento à implantação de empreendimentos de relevante interesse para o desenvolvimento econômico e social, inclusive a matriz produtiva industrial do Estado" (BAHIA, 2007a, s.p.).

Em 2007 foi instituído o Plano Plurianual para o período de 2008-2011, por meio da Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007. No eixo econômico, o PPA se voltava para a "dinamização da produção de bens e serviços, agregando valor no território baiano para permitir a geração de emprego, renda, repartição desta renda em termos sociais e territoriais, priorizando as soluções microeconômicas típicas da produção" (BAHIA, s.d., p. 51). Desde 2007, o PPA, na Bahia, é realizado de maneira participativa, buscando assegurar um maior diálogo entre o Estado e a sociedade. Em 2007-2010, foi publicado o documento "Resgatando o planejamento estratégico da Bahia: 2008-2028 – um futuro para todos nós", onde foi utilizado o mesmo modelo estruturante para o PPA 2008-2011, destacando uma nova territorialização. Nota-se no PPA 2008-2011 a evolução da metodologia e da participação da sociedade civil organizada no processo de escuta social, propondo a implementação de um modelo de desenvolvimento para a Bahia com mais inclusão social, incorporando as microrregiões rurais como prioridades no campo das políticas públicas e subdivindo o território baiano de acordo com as relações culturais e sociais, como "territórios de identidade". Observa-se então que este PPA se voltou para a estratégia do planejamento territorial. A inclusão do PPA participativo mostrou-se como uma evolução positiva no que se refere à modernização da gestão pública na Bahia (BAHIA, 2007b, s.p.).

Quanto ao exercício de 2009, a LDO foi instituída por meio da Lei nº 11.062, de 23 de julho de 2008, e anuncia as seguintes metas prioritárias para a indústria: "dinamizar e adensar

cadeias produtivas (indústria, comércio, serviços e mineração), articulando redes de diferentes portes e empreendimentos solidários, com melhor distribuição territorial", por meio do "desenvolvimento industrial com adensamento das cadeias produtivas e integração das pequenas e médias empresas", priorizando a “ampliação de infra-estrutura de distritos industriais (CIS), apoio à micro e pequenas unidades industriais, apoio à organização de arranjos produtivos locais, à construção de galpões industriais, à implantação do Centro de Logística do CIS, à realização de infra-estrutura para Implantação de Empresas Industriais - Sudic, à recuperação de galpões industriais, à revitalização da indústria naval com atração de empresas"; "articular a base científica com tecnologia aplicada ao desenvolvimento", por meio do fortalecimento dos arranjos produtivos locais, através do apoio ao desenvolvimento do processo industrial para a produção do licor de cacau; "fomento à qualidade e produtividade na indústria mineral baiana"; e "realização de diagnóstico dos insumos minerais para a indústria química" (BAHIA, 2008b, s.p.). Nota-se nesta LDO a atenção dada aos setores da indústria química e mineral, mas, principalmente, da naval. Ademais, observa-se também o interesse na revitalização da infraestrutura de determinadas localidades para a atração de empresas. Como linhas de aplicação para a indústria, destaca-se: o "fomento às empresas dos setores da indústria, do comércio e de serviços, mediante a oferta de capital fixo e de giro, que estimule a criação de empregos"; o "apoio financeiro a empreendimentos que, de acordo com as diretrizes das políticas estadual e nacional para os setores de produção agrícola, agroindustrial, industrial, comercial e de serviços, visem implementar cadeias produtivas voltadas tanto para o mercado interno quanto para o internacional, que pretendam implantar-se na Bahia, reaproveitar estruturas físicas e instalações desativadas e ampliar seus parques já instalados em Territórios de Identidade do Estado"; o "apoio prioritário a empreendimentos ligados à agricultura familiar, à agroindústria e à produção artesanal familiar em municípios pertencentes aos Territórios de Identidade na região do Semi-Árido", o apoio prioritário a empreendimentos voltados para agregação de valor à produção de micro e pequenas empresas e às unidades agrícolas e agroindustriais de base familiar, individual ou organizada em aglomeração produtivas"; o "fomento à exportação de produtos fabricados no Estado"; o "fomento a programas e projetos que visem estimular, em padrões competitivos, o desenvolvimento: a) dos setores agropecuário, agroindustrial e pesqueiro, inclusive incentivando a interiorização de empreendimentos dessa natureza e a geração de emprego; b) da micro e pequena empresa de base familiar nos demais setores da economia do Estado"; o "fomento à implantação de empreendimentos de relevante interesse para o desenvolvimento econômico e social, inclusive a matriz produtiva industrial do Estado" e o "fomento à importação de produtos a serem

destinados ao resto do país" (BAHIA, 2008c, s.p.). Observa-se aqui a inclusão dos Territórios de Identidade e a preocupação com a interiorização das atividades industriais, de maneira a elevar o nível de desenvolvimento socioeconômico do Estado.

A Lei nº 11.482, de 10 de julho de 2009, que institui a LDO para o exercício de 2010, declara como metas prioritárias para a indústria: o apoio a Empreendimentos de Agroindustrialização e Comercialização em Rede"; "dinamizar e adensar cadeias produtivas (indústria, comércio, serviços e mineração), articulando redes de diferentes portes e empreendimentos solidários, com melhor distribuição territorial", por meio do "Desenvolvimento Industrial com Adensamento das Cadeias Produtivas e Integração das Pequenas e Médias Empresa", priorizando a "realização de Infraestrutura para Implantação de Empresas Industriais SUDIC, o gerenciamento de ações para implantação do Pólo da Indústria Naval, elaboração de estudos e projetos para implantação do Pólo da Indústria Naval" (BAHIA, 2009a, s.p.). Manifestava como linhas de aplicação para a indústria: o "apoio a empresas inovadoras em tecnologia nas áreas de energia, biotecnologia e tecnologia da informação"; o "apoio financeiro a empreendimentos que, de acordo com as diretrizes das políticas estadual e nacional para os setores de produção agrícola, agroindustrial, industrial, comercial e de serviços, visem implementar cadeias produtivas voltadas tanto para o mercado interno quanto para o internacional, que pretendam implantar-se na Bahia, reaproveitar estruturas físicas e instalações desativadas e ampliar seus parques já instalados em Territórios de Identidade do Estado"; o "apoio prioritário à micro e pequenas empresas e às unidades agrícolas e agroindustriais de base familiar, individual ou organizada em aglomeração produtivas"; e o "fomento à exportação de produtos fabricados no Estado" (BAHIA, 2009b, s.p.).

A Lei nº 12.039 de 28 de dezembro de 2010, que institui a LDO para 2011, revela como metas prioritárias: "dinamizar e adensar cadeias produtivas (indústria, comércio, serviços e mineração), articulando redes de diferentes portes e empreendimentos solidários, com melhor distribuição territorial", por meio do "Desenvolvimento Industrial com Adensamento das Cadeias Produtivas e Integração das Pequenas e Médias Empresa", priorizando o "apoio à implantação do Polo de Indústria Naval" (BAHIA, 2010a, s.p.). São anunciadas como linhas de aplicação: o "apoio a empresas inovadoras em tecnologia nas áreas de energia, biotecnologia e tecnologia da informação"; o "apoio financeiro a empreendimentos agrícola, agroindustrial, industrial, comercial e de serviços que visem implementar cadeias produtivas voltadas tanto para o mercado interno quanto para o internacional, que pretendam implantar-se na Bahia, reaproveitar estruturas físicas e instalações desativadas e ampliar seus parques já instalados em

Territórios de Identidade do Estado”; e o "fomento à exportação de produtos fabricados no Estado" (BAHIA, 2010b, s.p.).

Quanto à LDO para o exercício de 2012, instituído pela Lei n.º 12.222, de 18 de julho de 2011, não existe registro do anexo de metas prioritárias, posto que não havia PPA aprovado. A legislação referente ao exercício de 2012 exibe as mesmas linhas de aplicação da LDO de 2011, incluindo somente o apoio para "as micro e pequenas empresas e as unidades agrícolas e agroindustriais de base familiar, individual ou organizada em aglomerações produtivas" (BAHIA, 2011b, s.p.).

No ano de 2011 foi instituído o Plano Plurianual da Bahia 2012-2015, através da Lei nº 12.504, de 29 de dezembro de 2011. Os princípios norteadores do plano consistem em: I) inclusão social; II) participação social; III) sustentabilidade ambiental; IV) afirmação dos direitos do cidadão; V) desenvolvimento com equidade; VI) gestão transparente e democrática; VII) excelência na gestão. Deste modo, nota-se que este PPA foi planejado direcionando seus holofotes para o âmbito social, como instrumento de inclusão, justiça social e participação ativa da sociedade baiana. Quanto à área temática de indústria, o Governo do Estado da Bahia reconhece a importância de políticas de incentivo à inovação, tecnologia e inteligência para a consolidação e ampliação dos setores industriais (BAHIA, 2011a). O PPA 2012-2015 foi construído sem sistematização de um plano estratégico, de maneira que o governo do estado recorreu aos Planos de Desenvolvimentos Setoriais e discussão de diretrizes com representantes das Secretarias, por razões desconhecidas. O governador do estado vigente incluiu no documento então as ações prioritárias de seu programa de governo em campanha eleitoral.

Para o exercício de 2013, a LDO foi instituída por meio da Lei n.º 12.584, de 04 de julho de 2012, de forma que não explicita as metas prioritárias no anexo de metas e prioridades, destacando apenas as áreas temáticas e os programas do eixo estratégico. A LDO de 2013 possui as mesmas linhas de aplicação da LDO de 2012, excluindo somente o fomento à exportação de produtos fabricados na Bahia (BAHIA, 2012a).

A LDO de 2014, instituída por meio da Lei nº 12.834, de 10 de julho de 2013, também não descreve as metas prioritárias, e assim como a LDO de 2013, só são destacados as áreas temáticas e os programas do eixo estratégico. Ademais, possui as mesmas linhas de aplicação da LDO de 2012 (BAHIA, 2013a).

Para o exercício de 2015, a LDO, estabelecida pela Lei nº 13.190, de 11 de julho de 2014, não contém um anexo de metas prioritárias e tem como linhas de aplicação: o apoio "às unidades agrícolas e agroindustriais de base familiar, individual ou organizadas em aglomerações produtivas"; "apoio a empresas inovadoras em tecnologia nas áreas de energia,

biotecnologia, tecnologia da informação, fármacos, nanotecnologia, biocombustíveis, engenharia de produtos e processos, serviços e transportes, segurança e acessibilidade"; e o "apoio às atividades de produção agrícola, agroindustrial, industrial, comercial e de serviços, que pretendam se implantar na Bahia ou ampliar seus parques já instalados no Estado" (BAHIA, 2014b, s.p.).

Já para o exercício de 2016, no que se refere à LDO, não existe registro do anexo de metas prioritárias, posto que ainda não havia PPA aprovado.

Foi somente em 29 de dezembro de 2015, por meio da Lei n° 13.468, que se estabeleceu o PPA 2016-2019, “com a finalidade de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a ação governamental, orientar a definição de prioridades e ampliar as condições para o desenvolvimento sustentável” (BAHIA, 2015b, s.p.). Dentre as inúmeras diretrizes, o PPA 2016-2019 voltava-se para a redução na pobreza extrema; inclusão socioprodutiva; redução das desigualdades territoriais; fortalecimento da base produtiva, por meio da atração, estruturação e consolidação de setores estratégicos; e a diversificação da matriz produtiva estadual.

No que se refere à LDO de 2017, o documento de metas prioritárias não cita nada relacionado ao setor industrial.

Para o exercício de 2018, a LDO não há apresenta o documento de metas prioritárias, posto que o existente no site da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia é um *link* para o documento de metas prioritárias do ano anterior.

No ano de 2019 foi instituído o Plano Plurianual do Estado da Bahia para o quadriênio 2020-2023, através da Lei nº 14.172 de 06 de novembro de 2019, com os mesmos objetivos do anterior. No entanto, diante da constante retração do consumo e do investimento, devido ao cenário de incertezas e desconfiança, o PPA 2020-2023 se volta para a realidade dos territórios de identidade e busca se adequar à capacidade orçamentária do estado (BAHIA, 2019b).

As LDO de 2019 (instituída pela Lei nº 13.973, de 12 de julho de 2018), 2020 (instituída pela Lei nº 14.101, de 04 de julho de 2019) e 2021 (instituída pela Lei nº 14.172, de 06 de novembro de 2019) não destacam a indústria em seus anexos de metas prioritárias. Quanto às linhas de aplicação presentes na legislação, estas permanecem as mesmas desde 2015 até 2021 (BAHIA, 2020, s.p.).

Diante do exposto, observa-se que a ausência de uma institucionalização do planejamento estratégico baiano ocasionou no uso de inúmeras abordagens e enfoques dados pelos governos para a elaboração de seus PPA, fragilizando o próprio processo de construção e implementação dos planos. Ademais, faltou por parte do governo estadual: delinear o que é

prioritário; melhor definir as metas de cada programa. Este conjunto de problemas interfere na mensuração dos resultados a serem atingidos, enfraquecendo o processo de monitoramento, avaliação e correção das políticas públicas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou contribuir para a compreensão do setor industrial baiano sob a perspectiva de suas instituições. Conforme visto, a Velha Economia Institucional vê tanto o crescimento como o desenvolvimento como processos de alta complexidade regidos pelos padrões de comportamento cognitivo-culturais praticados e compartilhados em cada sociedade, por meio de instituições formais e informais. Assim, instituições arcaicas, interesses políticos e resistência no modo de pensamento por parte da sociedade prejudicam a eficiência econômica, constituem-se como obstáculos que impedem mudanças de estrutura, atrapalhando o avanço da economia. Neste sentido, o Estado tem um papel decisivo ao definir a configuração dos arranjos institucionais, desenhando a trajetória institucional a qualquer nível geográfico.

Diante do exposto, é visto que por grande parte da história das políticas industriais federais fica evidenciada a presença de um desenvolvimentismo, sem adotar qualquer estratégia de reconfiguração do arranjo industrial, de forma que a aceitação da estrutura produtiva industrial existente significa concordar com a competência do mercado em alocar os recursos.

De acordo com os resultados, observou-se que a maioria das políticas implementadas em prol da indústria no território baiano são de caráter estadual, seguida por políticas do âmbito federal e, em baixíssimo número, políticas municipais e de cunho privado. Nota-se que o Governo Estadual, especialmente, concedeu um grande volume de incentivos fiscais e financeiros, de maneira a atrair o interesse do empresariado na participação do processo produtivo baiano, garantindo vantagens comparativas à Bahia em relação aos outros estados nordestinos. Através do programa de concessões, o território baiano ganhou investimentos nas mais diversas áreas: têxtil, calçadista, celulose, transformação plástica, eletrônica, informática, comunicações, automobilística, entre outras.

O Índice de Moran revelou que, dentre os municípios estatisticamente significativos, observou-se que a maioria dos municípios são de baixa produtividade industrial, com vizinhos de baixa produtividade também.

E os municípios que possuem dependência espacial mais significativa se encontram na Região Imediata de Salvador em todos os anos, especialmente Salvador, Camaçari, Simões Filho, Lauro de Freitas, Candeias, Dias D'Ávila e São Francisco do Conde. Estes são municípios de alta produtividade, que também são vizinhos de municípios similares, formando *clusters*. De modo geral, a região imediata de Salvador é quem teve a maior participação em todo o período analisado no que se refere ao VAB do setor industrial, VAB de serviços, PIB, IPI, ICMS, importações, exportações e emprego. A região imediata de Salvador foi durante a

maior parte da história da indústria baiana assim como continua sendo – a região com maiores investimentos voltados para a infraestrutura, e com a maior presença de atividades industriais, por consequência do fenômeno de retroalimentação; a região Oeste e Norte do estado recebeu o estímulo de políticas devido sua força no agronegócio; o Sul e extremo-sul recebeu o incentivo por meio de sua capacidade extrativa e seu potencial de turismo.

O Índice de Moran também revelou que a maioria dos municípios baianos não sofre qualquer influência da indústria. O vazio econômico se perpetua na maioria do mapa do estado. Até então, as regiões mais pobres permanecem com poucas ou até nenhum tipo de política industrial voltada para seu desenvolvimento, afastando a possibilidade de crescimento econômico por meio do segundo setor, uma vez que as indústrias buscam por regiões que ofereçam melhores condições gerais de produção, posto que estas se concentram em regiões onde podem obter ganhos relativos à economia de escala e de aglomeração, baixo custo de insumos, infraestrutura adequada, facilidade de escoamento da produção e/ou benefícios fiscais.

Quanto ao planejamento, foram observadas incompatibilidades e inconsistências entre os instrumentos do ciclo orçamentário, dos quais podem ser citados: I) falta de coerência entre as metas estipuladas no PPA e as estipuladas nas LDO; II) inexistência de indicadores para averiguar o desempenho da dimensão estratégica dos instrumentos; III) descrição excessivamente genérica das pautas; IV) ausência do estabelecimento de metas prioritárias na LDO; V) extrapolação do prazo de tramitação de aprovação dos instrumentos orçamentários; VI) divergência na classificação utilizada nos instrumentos dificultam o trabalho de análise; VII) baixa territorialização nos instrumentos de planejamento; VIII) deficiência na construção dos indicadores dos programas.

Isto posto, ratifica-se a hipótese de que “as instituições baianas não tem contribuído efetivamente para o crescimento da economia baiana por meio de políticas públicas industriais”, uma vez que foi observada pouca correspondência entre os arranjos institucionais e a indústria, especialmente na década de 2010, em comparação à década de 2000.

Embora a abordagem institucionalista não defina quais são as políticas necessárias para o desenvolvimento regional, a VEI se opõe às noções de planejamento centralizado e à economia puramente guiada pelas forças de mercado, uma vez que nestes modelos não são considerados os processos históricos e as ações dos protagonistas locais. Sendo assim, aqui não se faz nenhuma recomendação genérica, sugerindo políticas universais sem considerar as idiossincrasias regionais.

É interessante que o Governo do Estado passe a estabelecer metas específicas e quantitativas, dando materialidade aos interesses estabelecidos e tornando o objeto mensurável

para que se acompanhe os resultados, possibilitando checar se a condução das políticas está indo no caminho certo. Por exemplo, em vez de “ampliar a produção industrial baiana”, definir claramente algo como “apoiar, no mínimo, 10 projetos de relevância para a matriz industrial; auxiliar na instalação de, ao menos, 50 novas indústrias; e assegurar, pelo menos, 2.000 novos empregos”. É mais difícil direcionar esforços quando não existe um planejamento estratégico bem definido. Desta maneira, propor parâmetros é importante na análise da performance, tornando a gestão mais assertiva.

É necessária a integração na relação entre as instituições nos demais níveis (federais, estaduais e municipais) com as políticas, de modo que todas caminhem em direção ao mesmo objetivo, especialmente, ao explorar as vantagens comparativas e competitivas dos territórios.

É recomendado que se identifiquem regiões-líder ou algum tipo de atividade produtiva que atuem como guias nos territórios, possuindo efeito multiplicador sobre as demais cidades ou atividades, não somente do ponto de vista da indústria, mas de toda a economia em si.

É fundamental a sintonia entre ente público e privado, de modo que as empresas tenham as condições necessárias (econômico-financeiras, de infraestrutura e de mão de obra capacitada) para criar um ambiente propício para o desenvolvimento regional.

Vale destacar que as questões acerca da qualificação da mão de obra e investimentos em pesquisa e tecnologia costumam gerar polêmicas se merecerem ser consideradas como instrumentos de políticas industriais ou não. No entanto, de qualquer maneira, todas as políticas aqui analisadas exerceram ou exercem influência sobre a indústria, tornando-as relevantes para o estudo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA ELÉTRICA E ELETRÔNICA – ABINEE. **Propostas para uma nova Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)**: a Importância do Setor Elétrico e Eletrônico. 2008. Disponível em: <http://www.abinee.org.br/programas/imagens/propabin.pdf>. Acesso em: 12 de novembro de 2021.

AGUIAR, Pinto de. **Notas sobre o enigma baiano**. Progresso: Salvador, 1958.

AGUILAR FILHO, Hélio Afonso de; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Instituições e cooperação social em Douglass North e nos intérpretes weberianos do atraso brasileiro. **Estudos Econômicos**. v. 41, n. 3, pp. 551-571, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612011000300003>. Acesso em: 05 out. 2021.

ALAGOINHAS, Prefeitura Municipal. **Histórico**. Disponível em: <https://www.alagoinhas.ba.gov.br/index.php/historico/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

ALBAN, Marcus. O Novo Enigma Baiano, a Questão Urbana-Regional e a Alternativa de uma Nova Capital. In: **XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR**, 11., Salvador, 2005, 17 p. Disponível em: <http://www.xienanpur.ufba.br/232.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. In: **Planejamento**. Fundação de Pesquisas – CPE: Salvador, v.5, n. 4, out-dez 1977, p. 19-54.

ARAÚJO JÚNIOR, Eurilton Alves. **Ensaios metodológicos sobre Ronald Coase**: teoria da firma e das instituições jurídicas. 1996. 102f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV EPGE), 1996. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace;/bitstream/handle/10438/134/000081550.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 out. 2021.

ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. **A cidade de Alagoinhas na dinâmica da espacialidade funcional urbana da região litoral norte da Bahia**. 2009. 190f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19346/1/Mayara%20Mychella%20Sena%20Ara%c3%bajo.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

AZEVEDO, Thales O. G. de. A economia baiana em torno de 1850. In: **Planejamento**. Fundação de Pesquisas – CPE: Salvador, v.5, n. 4, out-dez 1977, p. 7-17.

BAHIA. **Lei nº 51 de 18 de dezembro de 1947.** Cria o Conselho Estadual de Fomento à Indústria (C.E.F.I). Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-51-de-18-de-dezembro-de-1947>. Acesso em: 31 jul. 2020.

_____. **Lei nº 1573 de 13 de dezembro de 1961**. Regula a aplicação do artigo 108, I, "B" e do artigo 109, V, da Constituição Estadual. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-1573-1961-bahia-regula-a-aplicacao-do-artigo-108-i-b-e-do-artigo-109-v-da-constituicao-estadual>. Acesso em: 31 jul. 2020.

_____. **Lei nº 2.321 de 11 de abril de 1966**. Dispõe sobre a organização da administração estadual, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. 1966. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/70118/lei-2321-66>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

_____. **Lei nº 2785 de 24 de janeiro de 1970.** Autoriza o poder executivo a instituir, sob a forma de fundação, o Centro de Desenvolvimento Industrial (CEDIN).1970. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-2785-de-24-de-janeiro-de-1970>. Acesso em: 31 jul. 2020,

_____. **Lei nº 2.925 de 03 de maio de 1971**. Cria a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado e dá outras providências. 1971. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/70137/lei-2925-71>. Acesso em: 06 de novembro de 2021.

_____. **Lei nº 3.413 de 01 de dezembro de 1975**. Altera a Lei Delegada nº 8, de 09 de julho de 1974, e dá outras providências. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/70130/lei-3413-75>. Acesso em: 12 de novembro de 2021.

_____. **Lei nº 4167 de 07 de novembro de 1983**. Autoriza o poder executivo a criar, sob a forma de autarquia, o Centro Industrial do Subaé - CIS e dá outras providências. 1983. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85399/lei-4167-83 >. Acesso em: 28 jul. 2020.

_____. **Lei nº 6.335 de 31 de outubro de 1991.** Institui o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - Probahia e dá outras providências. 1991a. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=372921>. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

_____. **Decreto nº 840 de 18 de dezembro de 1991.** Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, dos programas a ele vinculados e dá outras providências. 1991. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85990/decreto-840-91>. Acesso em: 23 jul. 2020.

_____. **Lei nº 6.812 de 18 de janeiro de 1995.** Cria a Secretaria da Cultura e Turismo, introduz modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual e dá outras providências. 1995a. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85414/lei-6812-95>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

_____. **Decreto nº 4.316 de 19 de junho de 1995.** Dispõe sobre o lançamento e o pagamento do ICMS relativo ao recebimento, do exterior, de componentes, partes e peças destinados à fabricação de produtos de informática, eletrônica e telecomunicações, por estabelecimentos industriais desses setores, e dá outras providências. 1995b. Disponível em: < http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-4316-de-19-de-junho-de-1995>. Acesso em: 28 jul. 2020.

_____. **Decreto nº 6.719 de 05 de setembro de 1997.** Aprova o Regulamento do Programa de Incentivo ao Comércio Exterior - PROCOMEX, instituído pela Lei nº 7.024, de 23 de janeiro de 1997, e dá outras providências. 1997. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/79523/decreto-6719-97>. Acesso em: 23 jul. 2020.

_____. **Lei nº 7.351 de 15 de julho de 1998.** Institui o Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Transformação Plástica - BAHIAPLAST e dá outras providências. 1998. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85394/lei-7351-98>. Acesso em: 23 jul. 2020.

_____. **Lei nº 7.537 de 28 de outubro de 1999**. Institui o Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia - PROAUTO e dá outras providências. 1999. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85820/lei-7537-

99#:~:text=Institui%20o%20Programa%20Especial%20de,PROAUTO%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.>. Acesso em: 22 jul. 2020.

_____. **Lei nº 7.888 de 27 de agosto de 2001**. Autoriza ao Poder Executivo a instituir a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, altera a estrutura da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. 2001. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85828/lei-7888-01>. Acesso em 27 jul. 2020.

_____. **Decreto nº 8205, de 3 de abril de 2002**. Aprova o regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve e constitui o seu conselho deliberativo. 2002a. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/content/programa-desenvolve>. Acesso em 24 jul. 2020.

_____. **LDO 2003**: Anexo I – Prioridades e metas para 2003. 2002b. Disponível em: < http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/20100302_105306_2003_anexoI.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2022.

_____. **Lei n.º 8267 de 28 de junho de 2002.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2003 e dá outras providências. 2002c. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/20100302_105251_2003_lei.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **PPA 2004-2007**. 2003a. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/ppa/PPA2004_2007/02_Apresentacao.pdf>. Acesso em 04 ago. 2020.

_____. **Lei nº 8640 de 16 de julho de 2003.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2004 e dá outras providências. 2003b. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/20100302_104518_2004_lei.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **LDO 2005**: Anexo I - Metas Prioritárias / Impacto. 2004a. Disponível em: < http://www.seplan.ba.gov.br/orcamento/historico-de-ldo/#:~:text=julho%20de%202004-,Anexo%20I%20%2D%20Metas%20Priorit%C3%A1rias%20/%20Impacto,-Anexo%20II%20%2D%20Metas>. Acesso em: 04 jan. 2022.

_____. **Lei nº 9.197 de 28 de julho de 2004.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2005 e dá outras providências. 2004b. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/20100302_104026_2005_lei.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **LDO 2006**: Anexo I – Metas Prioritárias / Impacto. 2005a. Disponível em: < http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/20100302_094954_anexo_1_metas_prioritarias.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2022.

_____. **Lei nº 9.586 de 14 de julho de 2005.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2006 e dá outras providências. 2005b. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Lei_n_9586_de_14_de_julho_de_2005.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **Lei nº 9.829 de 28 de novembro de 2005**. Institui o Programa Estadual de Incentivos à Indústria de Construção Naval - PRONAVAL e dá outras providências. 2005c.

Disponível em: < http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-9829-de-28-de-novembro-de-2005>. Acesso em 30 jul. 2020.

_____. **Lei nº 9.833 de 05 de dezembro de 2005**. Institui o Programa Estadual de Incentivos à Inovação Tecnológica – INOVATEC. 2005d. Disponível em: <http://www.fapesb.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/07/Lei-n9-833-_INOVATEC.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

_____. **LDO 2007**: Anexo I – Metas Prioritárias / Impacto. 2006a. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/20100302_094851_AnexoI.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2022.

_____. **Lei nº 10.217 de 26 de julho de 2006.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2007 e dá outras providências. 2006b. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/20110425_125122_Lei_n_10217_de_26_de_julho_de_2006.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **Lei nº 10.648 de 26 de julho de 2007.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2008 e dá outras providências. 2007a. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/20100125_163149_lei_10648_de_26_07_07_2008.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **PPA 2008 – 2011**. 2007b. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/ppa/PPA2008_2011/Apresentacao_PPA_2008_2011.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

_____. **“Acelera Bahia" promoverá o desenvolvimento da indústria**. 2008a. Disponível em: < http://www.alba.ba.gov.br/midia-center/noticias/5918>. Acesso em: 30 jul. 2020.

_____. **LDO 2009**: Anexo I – Metas Prioritárias / Impacto. 2008b. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/20100302_094617_LDO_2009_ANEXO_I.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2022.

_____. **Lei nº 11.062 de 23 de julho de 2008.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2009 e dá outras providências. 2008c. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/20100420_170139_LDO_lei_11062_de_230708.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **LDO 2010:** Anexo I – Metas Prioritárias / Impacto. 2009a. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/20100428_112135_Anexo_I_da_Lei_n_11482_LDO_2010.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2022.

_____. **Lei nº 11.482 de 10 de julho de 2009.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2010 e dá outras providências. 2009b. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/20100428_111947_Lei_n_11482_de_10_de_julho_de_2009_LDO_2010.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **Decreto n.º 12.354 de 25 de agosto de 2010**. Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências. 2010a. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1024959/decreto-12354-10>. Acesso em: 09 de novembro de 2021.

_____. **LDO 2011:** Anexo I – Metas Prioritárias. 2010b. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/20110119_141319_Anexo_I.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2022.

_____. **Lei nº 12.039 de 28 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2011 e dá outras providências. 2010c. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/20110119_141226_LDO_2011_Lei_n_12039_de_281210.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **Plano Plurianual – PPA 2012-2015**. Salvador: SEPLAN, 2011a. 456 p. Disponível em: <https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/ppa/PPA2012_2015/modif/20120223_175245_PPA_2012_2015_Intenet.pdf>. Acesso em: 15 de novembro de 2021.

_____. **Lei nº 12.222 de 18 de julho de 2011.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2012 e dá outras providências. 2011b. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/20110725_085002_LEI_n_12222_de_18072011.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **Lei n.º 12.584 de 04 de julho de 2012.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2013 e dá outras providências. 2012. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/20120706_171108_Lei_n__12584_de_4712___LDO_2013.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **Lei nº 12.834 de 10 de julho de 2013.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2014 e dá outras providências. 2013. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Lei_n_12834_de_10072013.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **Bahia ganha Polo Industrial no Recôncavo com 11 milhões de m2**. 2014a. Disponível em: <http://www.sde.ba.gov.br/index.php/2014/01/27/bahia-ganha-polo-industrial-no-reconcavo-com-11-milhoes-de-m2/>. Acesso em: 31 jul. 2020.

_____. **Lei nº 13.190 de 11 de julho de 2014.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015 e dá outras providências. 2014b. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Lei_n__13190_de_11_de_Julho_de_2014___LDO_2015.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **LDO 2016:** Anexo I – Metas Prioritárias. 2015a. Disponível em: <>. Acesso em: 04 jan. 2022.

_____. **Lei nº 13.369 de 14 de julho de 2015.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2016 e dá outras providências. 2015b. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Lei_n_13369_de_14_de_julho_de_2015_v3.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **Lei nº 13.468 de 29 de dezembro de 2015.** Institui o Plano Plurianual Participativo - PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2016-2019. 2015c. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-13468-de-29-de-dezembro-de-2015#:~:text=%2D%20%22O%20Plano%20Plurianual%202016%2D,do%20Anexo%20I%20desta%20Lei.%22&text=I%20desta%20Lei.%22-,Institui%20o%20Plano%20Plurianual%20Participativo%20%2D%20PPA%20do%20Estado%20da,para%20o%20quadri%C3%AAnio%202016%2D2019>. Acesso em: 04 ago. 2020.

_____. **Lei nº 13.563 de 20 de junho de 2016.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017 e dá outras providências. 2016. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Lei_n_13563_de_20_06_2016.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **Lei nº 13.727 de 05 de julho de 2017.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018 e dá outras providências. 2017. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Lei_n_13727_de_05_de_julho_de_2017.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **Lei nº 13.973 de 12 de julho de 2018.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019 e dá outras providências. 2018a. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/LDO_2019_Lei_n_13973_de_12072018.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **Decreto nº 18.802 de 20 de dezembro de 2018.** Institui o Programa de Estímulo à Indústria do Estado da Bahia - PROIND. 2018b. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=372696>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

_____. **Lei nº 14.101 de 04 de julho de 2019.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2020 e dá outras providências. 2019a. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/LDO_2020_Lei_n_14_101_2019_Versao_para_site_Seplan.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **Lei nº 14.172 de 06 de novembro de 2019**. Institui o Plano Plurianual Participativo - PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2020-2023. 2019b. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-14172-de-06-de-novembro-de-2019>. Acesso em: 04 ago. 2020.

_____. **LDO 2021:** Anexo I – Prioridades. 2020a. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/LDO_2021_Anexo_I_Prioridades_Versao_Site_Seplan.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2022.

_____. **Lei nº 14.288 de 30 de dezembro de 2020.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021 e dá outras providências. 2020b. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Lei_n_14288_de_30_12_20_LDO_2021_Versao_Site_Seplan_27072021.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BALANCO, Paulo Antônio de Freitas; NASCIMENTO, Marcelo Xavier do. Uma análise exploratória da desconcentração e da reestruturação da indústria baiana no período 1990-2000. **Desenbahia**, Salvador, v. 2, n. 3, set, 2005. p. 35 - 60. Disponível em:

<http://www.desenbahia.ba.gov.br/publitao/arquivos/arquivos/124c75f119164596a66f4597cedbef26.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

BAPTISTA, Celeste Maria Pedreira Philigret. **A intervenção planejada no Estado: uma interpretação do caso baiano**. 1976. 67f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1978. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21406/1/CELESTE%20MARIA%20PEDREIRA%20PHILIGRET%20BAPTISTA%20%28D%29.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BARRETO, Eline Santos**. Desdobramento do Polo Industrial de Camaçari**: O Polo Empresarial Governador César Borges, Dias D'ávila - Ba. 2017. 176f. Dissertação (Mestrado Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2017. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/123456730/356/1/DISSERTACAOELINEBARRETO.pdf >. Acesso em 31 jul. 2020.

BNE – Banco do Nordeste. Setor do Turismo no Nordeste em 2019. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/488/1/2020_DEE_139.pdf>. Acesso em: 12 maio 2022.

BÖCK, Ricardo; ALMEIDA, Felipe. Clarence Ayres, Ayresians and an evolution of Veblenian institutionalism. **Economia e Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 381-407, 2018.

BRASIL. **Decreto federal nº 1.661 de 19 de maio de 1937**. Concede autorização ao Instituto Central de Fomento Econômico da Baía para funcionar, nos têrmos decretos ns. 370, de 2 de maio de 1890 e 14728, de 16 de março de 1921. 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1661-19-maio-1937-459869-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 de novembro de 2021.

_____. **Encontro com ex-diretores marca 25 anos da SEI.** 2020. Disponível em: <http://www.bahia.ba.gov.br/2020/03/noticias/planejamento/encontro-com-ex-diretores-marca-25-anos-da-sei/>. Acesso em: 07 de novembro de 2021.

_____. **Lei nº 849 de 19 de outubro de 1956.** Cria o Fundo de Desenvolvimento Agro-Industrial FUNDAGRO e dá outras providências. 1956. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85500/lei-849-56>. Acesso em: 11 de novembro de 2021.

_____. Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. 1959. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3692-15-dezembro-1959-354371-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 jul. 2020.

_____. **Lei nº 3.995 de 14 de dezembro de 1961**. Aprova o Plano Diretor da SUDENE, para o ano de 1961, e dá outras providências. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3995.htm>. Acesso em: 02 de novembro de 2021.

_____. **Lei nº 4.239 de 27 de junho de 1963**. Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências. 1963. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4239.htm>. Acesso em 05 de novembro de 2021.

_____. **Metas e Bases para a Ação de Govêrno.** 1970. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/123456789/1068/1970

_MetasBases_AcaoGoverno.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 de novembro de 2021.

_____. **Lei nº 5.727 de 4 de novembro de 1971.** Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5727.htm>. Acesso em: 06 de novembro de 2021.

_____. **Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974**. Dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF - e dá outras providências. 1974a. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6088-16-julho-1974-357353-norma-pl.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.088%2C%20DE%2016,%2D%20e%20%3Bd%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.>. Acesso em: 30 jul. 2020.

_____. **Decreto nº 74.794, de 30 de outubro de 1974**.Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE). 1974b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74794-30-outubro-1974-423254-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 jul.2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 de abril de 2022.

_____. **Portaria MEFP Nº 365, de 26 de junho de 1990**. Disponível em: <http://www.infoconsult.com.br/legislacao/portaria_mefp/1990/p_mefp_365_1990.htm>. Acesso em: 15 de novembro de 2021.

_____. **Lei nº 9.276 de 09 de maio de 1995**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 1996/1999 e dá outras providências. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9276.htm>. Acesso em: 09 de novembro de 2021.

_____. **Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996.** Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm>. Acesso em: 04 de novembro de 2021.

_____. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. 2004a. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

_____. **Lei nº 10.978 de 7 de dezembro de 2004.** Cria o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional - Modermaq e dá outras providências. 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/L10.978.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.978%2C%20DE%207%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202004.&text=Cria%20o%20Programa%20de%20Moderniza%C3%A7%C3%A3o,Modermaq%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

_____. **Lei nº 11.080 de 30 de dezembro de 2004**. Autoriza o Poder Executivo a instituir Serviço Social Autônomo denominado Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, e dá outras providências. 2004c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11080.htm>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

_____. **Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007**. Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6025.htm>. Acesso em: 24 jul. 2020.

_____. EMI nº 67/MF/MTE/MDIC. Brasília, 12 de maio de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Exm/EM-67-MF-MTE-MDIC-Mpv-429-08.htm>. Acesso em: 07 de novembro de 2021.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. **Inquéritos Civis nº 1.14.000503/2010-84 (principal) e nº 1.14.000283/2012-51.** Feira de Santana, 2016. 87 p. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/docs/acp_estaleiro_enseada-do-paraguacu.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

_____. **Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE Petrolina-Juazeiro**. 2019. Disponível em: <https://www.mdr.gov.br/auditoria/121-secretaria-nacional-de-programas-urbanos/6093-regiao-integrada-de-desenvolvimento-ride-petrolina-juazeiro>. Acesso em: 30 jul. 2020.

_____. Ministério da Economia. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).** 2020. Disponível em:< https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRUE, Stanley. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Thonson Learning, 2006. 553 p.

CARVALHO, Fernanda Ferrário de. Sudene: do desenvolvimento Cepalino ao desenvolvimento endógeno. In: **Trajetórias de Desenvolvimento Local e Regional: uma comparação entre as Regiões do Nordeste Brasileiro e a Baixa Califórnia, México.** 2008. Disponível em: <http://www.ric.ufc.br/evento1/fernada_ferrario_de_carvalho.PDF>. Acesso em: 26 jul. 2020.

CARVALHO, Simone Maria Lima de. **O Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia**: um estudo da estratégia de desenvolvimento (2007 a 2013). 2014. 132f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17557/1/Carvalho%2c%20Simone%20Maria%20Lima%20de.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

CARVALHO, Anna Carolina Oliveira. **A crítica sistemática de Thorstein Veblen aos pensamentos da Escola Histórica Alemã e da Economia Neoclássica**: uma análise da aplicabilidade das proposições veblenianas na atualidade. 2019. 69f. Monografia (Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2019.

CASTELLI, Jonattan Rodriguez; CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. Instituições, mudança tecnológica e crescimento econômico: uma aproximação das escolas evolucionárias Neoschumpeteriana e Neoinstitucionalista. **Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação**, v. 1, n. 2, p. 04-16, 2016.

CAVALCANTE, Pedro Luiz. O Plano Plurianual: resultados da mais recente reforma do Planejamento e Orçamento no Brasil. **Revista do serviço Público**, v. 58, n. 2, p. 129-150, 2007. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/168>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CAVALCANTE, Carolina Miranda. A Economia Institucional e as três dimensões das instituições. **Revista de Economia Política Contemporânea**, vol.18, n.3, p.373-392, 2014.

CAVALIERI, Marco Antonio Ribas. Thorstein Veblen entre seus pares economistas: um estudo sobre a audiência e a estrutura argumentativa de sua crítica sistemática ao pensamento econômico. **Nova Economia**, v. 25, n. 1, p. 11-34, 2015.

CERQUEIRA, Vicente; HEMAIS, Carlos A. Estratégia Tecnológica e a Indústria Brasileira de Transformação de Polímeros. **Polímeros**, São Carlos, v. 11, n. 3, p. 7-10, Sept. 2001. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-14282001000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 jul. 2020.

COLANDER, David; HOLT, Richard; ROSSER, Barkley. The changing face of mainstream economics. **Review of Political Economy,** v.16, n.4, 485-499, out. 2004.

COMEX STAT / MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Exportação e importação dos municípios.** 2020. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>. Acesso em: 12 dez. 2020.

COMMONS, John Rogers. Institutional Economics. In: **American Economic Review**, vol.21, p.648-657, 1931. Disponível em: <https://afee.net/content/media/Institutional_Economics_AER_Commons.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. **Instituições**, **crescimento e mudança na ótica institucionalista**. 2001. 228 f. Tese (Doutorado em Economia) – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Porto Alegre, 2002.

CRAVO, Amanda Lima. **Políticas Públicas direcionadas à Inovação na Bahia**: O Programa Estadual de Incentivo à Inovação Tecnológica – INOVATEC. 2016. 127f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21404/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Amanda%20Lima%20Cravo.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

DENIS, Henri. **História do Pensamento Econômico**. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. 782 p.

DEQUECH, David. Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics. **Journal of Post Keynesian Economics**, v.30, n.2, 279-302, dez. 2007.

DIAS, Maria de Lourdes Pereira. Formação de preços em Jevons, Menger e Walras. **Textos de Economia**, v. 5, n. 1, p. 121-130, 1994.

DRUCK, S.et al. **Análise Espacial de Dados Geográficos**. Brasília: Embrapa, 2004. 209p.

ELIOMAR FILHO, José. “Notas sobre o enigma baiano”: uma análise historiográfica do livro de Pinto de Aguiar sob a ótica econômica. In**: IX Encontro Estadual de História**: História e movimentos sociais, 9., 2018, 10p. Disponível em: <http://www.encontro2018.bahia.anpuh.org/resources/anais/8/1532309026_ARQUIVO_NOTASSOBREOENIGMABAIANO_ANALISEHISTORIOGRAFICADOLIVRODEPINTODEAGUIARSOBAOTICAECONOMICA.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

FEIJÓ, Ricardo. O Problema Epistemológico Fundamental em Carl Menger. **Estudos Econômicos**, v. 30, n. 1, p. 129-163, 2000.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. Programa de Ação Econômica do Governo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-acao-economica-do-governo-paeg>. Acesso em: 28 jul. 2020.

FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia. **Agenda da Indústria da Bahia 2019-2022.** Disponível em: <https://issuu.com/sistemafieb/docs/agenda_da_ind_stria_da_bahia_2019-2>. Acesso em: 02 mar. 2022.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O processo de substituição de importações. In:_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003. 53 p. Disponível em: <http://www.academia.edu/download/38945676/o_processo_de_substituicao_de_importacoes.pdf>. Acesso em 27 jul. 2020.

_____. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**. v. 15, n. 2 (26), 2004.

FORD. **Fábricas no Brasil**: Camaçari-Ba. 2020. Disponível em: <https://www.ford.com.br/sobre-a-ford/fabricas-no-brasil/camacari/ >. Acesso em 25 jul. 2020.

GALA, Paulo. A teoria institucional de Douglass North. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 23, p. 276-292, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/Szh6qfj6sfzHQ7KP7b4vPfM/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2021.

GANEM, Angela. Reflexões sobre a História do Pensamento Econômico Brasileiro. **Análise Econômica**, v. 29, n. 56, 2011.

GOMES, Aline Fonseca. **Cultura Organizacional e Desenvolvimento Local**: Um Estudo Comparativo entre o Centro Industrial do Subaé (CIS) E O Centro Industrial do Minho (CIM). 2013. 199f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Salvador (Unifacs), Salvador, 2013. Disponível em: <http://tede.unifacs.br/bitstream/tede/162/1/PPDRUVers%c3%a3o%20com%20Parecer%20T%c3%a9cnico%20ABNT%20-%20Tese%20ALINE%20FONSECA%20GOMES%2021%20de%20junho%20de%202013.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

GONZÁLES, Christianne. Ford anuncia construção de fábrica de R$1,3 bi na Bahia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi16069910.htm>. Acesso em: 25 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias.** 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/>. Acesso em: 02 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Tabela 5938 - Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações - Referência 2010.** 2020. Disponível em: < https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso em: 25 nov. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - IEDI. **Uma Análise do Plano Brasil Maior**. 2011. Disponível em: <https://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_486_uma_analise_do_plano_brasil_maior.html>. Acesso em: 16 nov. 2021.

LOPES, Herton Castiglioni. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 619-637, dez. 2013.

LOPES, Herton Castiglioni; CONCEIÇÃO, Octávio Augusto Camargo. **A Teoria Institucionalista de Douglass C. North**: o conceito de *Social Order* e suas limitações. 2019.18 p. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/sul/2019/submissao/files_I/i1-f0ad8391dc481ad223f2bf48cbec746d.pdf>. Acesso em 6 out. 2021.

MARIANI, Clemente. Análise do problema econômico baiano. In: **Planejamento**. Fundação de Pesquisas – CPE: Salvador, v.5, n. 4, out-dez 1977, p. 55-121.

MARINGONI, Gilberto. A maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, ano 13, 88 ed, 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3297&catid=28&Itemid=39>. Acesso em: 25 jul. 2020.

MARTINS, Maria Eugénia Graça. Coeficiente de correlação amostral. In: **Revista de Ciência Elementar**, 2014, pp. 1-2.

MITCHELL, Wesley Clair. Los ciclos económicos. In: **Business Cycles and Unemployment National Bureau of Economic Research**, 1923, pp. 5-18.

NAJBERG, Sheila; PUGA, Fernando Pimentel. **Condomínio industrial**: o caso do complexo Ford Nordeste. 2003. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/15425/1/condom%C3%ADnio%20industrial_o%20caso%20do%20complexo%20ford%20nordeste.PDF. Acesso em: 25 jul. 2020.

NALLE JUNIOR, Claudionei**. Desenvolvimento regional e políticas públicas**: o caso do Projeto Amanhã da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba. 2006. 202f. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-06022007-134845/publico/ClaudioneiNalleJunior.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

NERY, Maria Goreth e Silva. **O Pólo Calçadista de Itapetinga (BA)**: um estudo das relações produtivas e dos aspectos políticos do espaço industrial. 2003. 233f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95725/nery_mgs_me_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em: 28 jul. 2020.

NORTH, Douglas; NORTH, Joseph Wallis; WEBB, Steven; WEINGAST, Barry. **Limited Access Orders**: Rethinking the Problems of Development and Violence. 2011. 19 p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/259552628_Limited_Access_Orders_Rethinking_the_Problems_of_Development_and_Violence/link/02e7e52c6eed78027c000000/download>. Acesso em: 8 out. 2021.

OLIVEIRA, Olga Maria Goés de. **A expansão urbana da cidade de Ilheús – Bahia e a ocupação dos manguezais**: o caso do bairro São Domingos. 2008. 220 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana) - Universidade Federal da Bahia, 2008.

OLIVEIRA, Thiago Dumont; ATTÍLIO, Luccas Assis. Causação cumulativa em Myrdal e seus desdobramentos enquanto alternativas ao conceito de equilíbrio. **Revista de Economia**, v. 40, n. 3 (ano 38), p. 28-46, set/dez. 2014.

ORTEGA, Antonio César; CERQUEIRA, Cristiane Aparecida de; SILVA, Filipe Prado Macedo da. **As políticas públicas de desenvolvimento no estado da Bahia**: evolução e características. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8823/1/As%20Pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20BA.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

OSER, Jacob; BLANCHFIELD, William. **História do pensamento econômico**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1983. 455 p.

PALERMO, Federica.**The origins of evolutionary economics**: Thorstein Veblen in retrospect. 2015. 40 f. Disponível em: <http://tesi.luiss.it/15695/1/178081.pdf>. Acesso em: 29 mar 2021.

PAVON, Paula Regina. **Alfred Marshall e a institucionalização da Escola de Economia**. 98f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.sapili.org/livros/pt/cp011490.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

PESSOTI, Gustavo Casseb. **Um estudo da política industrial na Bahia entre 1950 e 2005**. 2008. 215 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) - Universidade Salvador (Unifacs), Salvador, 2008. Disponível em: <http://tede.unifacs.br/bitstream/tede/179/1/Dissertacao%20Gustavo%20Casseb%20texto%20completo.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

PESSOTI, Gustavo Casseb; SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. Transformações na dinâmica da economia baiana: políticas de industrialização e expansão das relações comerciais internacionais. **Conjuntura & Planejamento**, v. 2, p. 36-49, 2009.

PESSOTI, Bruno Casseb; PESSOTI, Gustavo Casseb. A Economia Baiana e o Desenvolvimento Industrial: Uma Análise do Período 1978-2010. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 22, 2011. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1514>. Acesso em: 22 jul. 2020.

PETROBRAS. **Refinaria Landulpho Alves (RLAM).** Disponível em: < https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-landulpho-alves-rlam.htm >. Acesso em: 27 jul. 2020.

PIERONI, João Paulo; PEREIRA, Roberto de Oliveira; MACHADO, Luciano. Metodologia de monitoramento e avaliação do BNDES: uma aplicação para o programa BNDES Profarma. **BNDES Setorial**, n. 33, mar. 2011, p. 315-348, 2011.

PINTO, et al. Um critério de demarcação entre a economia neoclássica e heterodoxa: uma análise a partir da instabilidade estrutural. **Revista Economia Ensaios**, v. 22, n. 1, 2007.

POHLMANN, Marcelo Coletto et al. Impacto da especificidade de ativos nos custos de transação, na estrutura de capital e no valor da empresa. **Revista Contabilidade & Finanças**. 2004, v. 15, pp. 24-40. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772004000400002>. Acesso em: 19 out. 2021.

PONDÉ, João Luiz. Nova economia institucional. Rio de Janeiro: **Fundação Getúlio Vargas**, 2007. 20 p. Disponível em: <https://epge.fgv.br/we/Direito/NovaEconomiaInstitucional/2008?action=AttachFile&do=get&target=nei3.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

PORTO, Leonardo Rodrigues; SEVERIANO, José Mota Neto; LONGUINHO, Marco Antônio Araújo. Desenvolvimento local e guerra fiscal: o Pólo de Informática de Ilhéus. In: **Semana do Administrador do Sudoeste da Bahia**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2012. 15p.. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/sasb/article/view/3222/0>. Acesso em: 28 jul. 2020.

POSSAS, Mario Luiz. A cheia do "mainstream": comentário sobre os rumos da ciência econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 1, n. 1, 13-38, jun. 1997.

RAPP, Marina da Silva. **Intensidade tecnológica e deslocamentos espaciais na indústria do Estado da Bahia**. 108f. 2014. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17317/1/Monografia%20Marina%20Rapp.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

REIS, José. O institucionalismo económico: crónica sobre os saberes da economia. **Notas Econômicas.** 130-149, 1998. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/41546/1/O%20Institucionalismo%20Econ%c3%b3mico.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2021.

SANTOS, Adenilson Rosa dos. **Desenvolvimento local**: mito ou realidade? O caso do pólo de confecções de Jequié/BA. 2009. 101f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) – Universidade Salvador (Unifacs), 2009. Disponível em: <http://tede.unifacs.br/tede/bitstream/tede/210/1/Dissertacao%20ADENILSON%20ROSA%20DOS%20SANTOS.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SANTOS, Reginaldo Souza. As contribuições dos economistas ao estudo da administração política: o institucionalismo, o gerencialismo e o regulacionismo. **Organizações & Sociedade**, v. 10, n. 28, p. 99-116, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/26822/1/As%20Contribui%C3%A7%C3%B5es%20dos%20Economistas%20ao%20Estudo%20da%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20Pol%C3%ADtica%20o%20institucionalismo%2C%20o%20gerencialismo%20e%20o%20regulacionismo.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

SANTOS, Alan Azevedo Pereira do. Estratégias e ações do estado na produção do espaço urbano: um estudo de caso da cidade de Itabuna-Ba. In: **Seminário Cultura e Política na Primeira República: campanha civilista na Bahia**. Universidade Estadual de Santa Cruz, 2010, 11p. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/alanazevedo.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SANTOS, Wilton Macedo et al. Contribuições dos institucionalistas à economia regional. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n. 29, 2015. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2015/03/economia-regional.html>. Acesso em: 31 jan. 2021.

SANTOS, Rodrigo Silva Vilas Boas. **O Debate entre Ortodoxia Econômica, o Velho Institucionalismo e o Novo Institucionalismo dos Custos de Transação com foco nos Direitos de Propriedade**. 2018. 90 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, 2018.

SARTO, Victor Hugo Rocha; ALMEIDA, Luciana Togeiro de. A teoria de custos de transação: uma análise a partir das críticas evolucionistas. **Revista Iniciativa Econômica**, v.

2, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iniciativa/article/view/7301/5563>. Acesso em 15 out. 2021.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage Learning, 2014.

SEFAZ-BA – Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. **Repasse aos municípios.** 2020. Disponível em: <https://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/contas/menu_repasse.htm>. Acesso em: 16 dez. 2020.

SEFAZ-BA – Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. **Arrecadação mensal dos municípios**. Disponível em: <https://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/contas/arrecadacao/menu_arrecadacao.htm>. Acesso em: 16 dez. 2020.

SEI Bahia – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Análise da Situação Econômica dos Distritos Industriais**. Salvador: SEI, 2017. 113p. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/situacao_economica/analise_sitiuacao_economica.pdf >. Acesso em: 28 jul. 2020.

SEI Bahia – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **PIB Estadual Anual 2018**. Salvador: SEI, 2021. 8p. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/anual/economia_baiana_2018.pdf >. Acesso em: 21 out. 2021.

SOUZA, Diego Silva de. **Centro Industrial de Aratu**: uma história cronológica das vicissitudes. 2014. 64f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16031/1/DIEGO%20SILVA%20DE%20SOUZA.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: o caso da Bahia. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 3, n. 4, 2009. Disponível em: < https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/download/592/435>. Acesso em: 29 jul. 2020.

TAVARES, Cristiano Jeferson. A Teoria dos Pólos de Crescimento e o diálogo entre o planejamento urbano e regional: permanências e ausências na urbanização do estado de São Paulo. In: XVI ENANPUR, 16., 2015, Belo Horizonte. **Anais...**. 17 p. Disponível em: <http://www.anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1657/1636>. Acesso em: 28 jul. 2020.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. Os 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise & Dados**, v. 10, n. 1, 2000.

TEIXEIRA DE FREITAS. **Lei nº 548/2010**. Cria o Programa de Desenvolvimento Econômico de Teixeira de Freitas – PRODETEF. 2010. Disponível em: < https://www.camaratf.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/01/LEI-548.2010-Cria-Programa-de-Desenvolviemnto-Econ%C3%B4mico-PRODETEF.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

TEIXEIRA DE FREITAS. **Escrituras do Polo Industrial de Teixeira de Freitas são entregues pela Prefeitura Municipal.** 2019. Disponível em: <https://www.teixeiradefreitas.ba.gov.br/escrituras-do-polo-industrial-de-teixeira-de-freitas-sao-entregues-pela-prefeitura-

municipal/#:~:text=%E2%80%9CEsta%20%C3%A9%20a%20Lei%20548,para%20deixar%20o%20munic%C3%ADpio%20mais>. Acesso em: 30 jul. 2020.

THIELMANN, Ricardo. A teoria dos custos de transação e as estruturas de governança: Uma análise do caso do setor de suinocultura no Vale do Rio Piranga–MG. **X Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2013. 16 p. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/991852.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

VEBLEN, Thorstein. **Why Is Economics Not An Evolutionary Science?**. The Quarterly Journal of Economics, v. 12, n. 4, p. 373-397, 1898.

VEBLEN, Thorstein. **The theory of leisure class**: an economic study of institutions. New York: B. W. Huebach, 1919. 412 p

VIEIRA, Edmundo et al. **Economia baiana**: desempenho e perspectivas. Desenbahia, artigo técnico 01/00, jul. 2020. Disponível em: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/publitao/arquivos/arquivos/d74b05afba864f5189444ddf89e5413c.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

IKEDA, Yukihiro. Carl Menger's liberalism revisited. In: **Austrian Economics in Transition**. Palgrave Macmillan, London, 2010. p. 3-20.

ZULIAN, Aline; MARIN, Solange Regina; MARTINELLI JÚNIOR, Orlando. Comportamento dos indivíduos e instituições: uma abordagem Vebleniana. **Economia e Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 409-430, 2018.